

ICMBio/CDoc



0519208

Plano de Manejo
Parque Nacional de
Monte Pascoal

11

11.1065

EQUIPE TÉCNICA

Gerente dos Projetos do Convênio IBDF/FBCN

- Maria Tereza Jorge Pádua

Equipe de Planejamento

- Angela Tresinari Bernardes Quintão - Coordenadora do Projeto. Arquiteteta IBDF/FBCN
- Eduardo L. Rocha Porto - Geólogo IBDF/FBCN
- Elane Martins Comastri - Engenheiro Florestal IBDF/POLAMAZÔNIA
- Jean Paul Poupard - Engenheiro Agrônomo - IBDF/FBCN
- Margarene Lima Beserra - Engenheiro Agrônomo - IBDF
- Maria Tereza Jorge Pádua - Engenheiro Agrônomo - IBDF

Colaboradores

- Angela Pantoja de M. Pimentel - Geógrafa - IBDF/FBCN
- Paulo Alceu Grieger - Engenheiro Florestal - IBDF/POLAMAZÔNIA

Agradecimentos

- Raimundo Coelho da Silva - Delegado da Delegacia Estadual da Bahia
- Creuza Maria da Silva Souza - Datilógrafa IBDF/FBCN
- Edson Lopes de Oliveira - Desenhista IBDF/FBCN

Queremos deixar registrado nossos agradecimento e reconhecimento pelo elevado espírito de abnegação, dignidade e empenho nas tarefas de proteção do Parque Nacional de Monte Pascoal por parte do pequeno corpo de guardas, principalmente Siquara, Benjamim, Péricles e Zezinho, que há tantos anos vem desempenhando a função de fiscalização com dificuldades, não esmorecendo nunca no seu brio de bem cumprir.

7/27/81

Antes de finalizar o Plano de Manejo do Parque Nacional de Monte Pascoal, a comissão designada pelo IBDF entrou em contato com a FUNAI para entendimentos finais sobre a definição de áreas, no referido Parque.

Ao serem analisadas as propostas das duas partes, a FUNAI sugeriu que o problema seja definido no campo, em data a ser estabelecida. Assim, este Plano de Manejo só poderá ser dado como concluído, após o acordo final entre IBDF - FUNAI.

Plano de Manejo é o instrumento que fornece uma unidade de conservação. Os recursos da unidade são analisados dentro do contexto nacional e regional, e seus objetivos específicos definidos. O zoneamento é uma maneira de garantir que a unidade atenda todos objetivos determinados. Assim, seus programas de manejo e áreas de desenvolvimento são estabelecidas em ordem cronológica para que todos objetivos sejam alcançados.

Como o planejamento é um processo dinâmico, o plano de manejo deve ser suficientemente flexível para incorporar novas descobertas científicas ou outras alterações que direta ou indiretamente possam refletir os recursos da unidade de conservação.

O objetivo último de um plano de manejo, é garantir a perpetuidade das unidades de conservação, para benefícios do Homem.

PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DE MONTE PASCOAL

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

Página

Localização - Limites Legais - Histótico do Parque - Situação Legal... 1

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO NACIONAL E REGIONAL

1 - CONTEXTO NACIONAL

1.1. Objetivos Nacionais para Unidades de Conservação.....	8
1.2. Enquadramento Fisiográfico e Geopolítico.....	10
1.3. Grandes Tipos de Vegetação. Províncias Biogeográficas de Udvardy.....	13
1.4. Relações Nacionais - Meios de Transporte.....	10

2 - CONTEXTO REGIONAL

2.1. Fatores Biofísicos

2.1.1. Drenagem.....	18
2.1.2. Topografia.....	19
2.1.3. Clima.....	21
2.1.4. Geologia.....	25
2.1.5. Solos.....	26
2.1.6. Vegetação.....	29
2.1.7. Fauna.....	33

2.2. Fatores Sócio-Econômicos

2.2.1. Características da População - Demografia.....	35
2.2.2. Economia Regional - Uso do Solo.....	37
2.2.3. Meios de Relação.....	39
2.2.4. Atividades de Recreio e Turismo.....	39

	<u>Página</u>
2.3. <u>Valores Culturais</u>	
2.3.1. <u>História</u>	43
2.4. <u>Síntese</u> - Primeira Proposta de Redelimitação.....	47
 <u>CAPÍTULO II - ANÁLISE DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO</u>	
<u>1 - FATORES BIOFÍSICOS</u>	
1.1. <u>Fisiografia</u>	
1.1.1. <u>Drenagem</u>	49
1.1.2. <u>Topografia</u>	49
1.2. <u>Climatologia</u>	51
1.3. <u>Geologia e Geomorfologia</u>	
1.3.1. <u>Geologia</u>	52
1.3.2. <u>Geomorfologia</u>	53
1.4. <u>Solos</u>	54
1.5. <u>Hidrologia</u>	59
1.6. <u>Vegetação</u>	55
1.7. <u>Fauna</u>	59
1.8. <u>História dos Fogos</u>	61
 <u>2 - FATORES SÓCIO-ECONÔMICOS</u>	
2.1. <u>Uso Atual do Solo</u>	62
2.2. <u>Uso Atual da Área pelos Visitantes</u>	67
2.3. <u>Caracterização dos Visitantes</u>	68
 <u>3 - VALORES CULTURAIS</u>	
3.1. <u>História</u>	69
3.2. <u>Cultura Contemporânea</u>	73
3.3. <u>Antropologia</u>	74

	<u>Página</u>
4- <u>SÍNTESE</u>	
4.1. <u>Principais ecossistemas</u>	82
4.2. <u>Qualidade Paisagística</u>	82
4.3. <u>Declaração de Significância</u>	82
<u>CAPÍTULO III - MANEJO DESENVOLVIMENTO</u>	
1. <u>Determinação dos objetivos específicos de manejo da área</u>	84
2. <u>Proposta definitiva dos novos limites</u>	85
3. <u>Zoneamento</u>	
3.1. Zona e Uso Intensivo.....	87
3.2. Zona de Uso Extensivo.....	88
3.3. Zona de Uso Primitivo.....	89
3.4. Zona Histórico-Cultural.....	90
3.5. Zona de Uso Especial.....	91
3.6. Zona Intangível.....	93
3.7. Zona de Recuperação.....	94
4. <u>Determinação da Capacidade de Carga</u>	96
5. <u>Definição dos Programas de Manejo</u>	
5.1. <u>Programa de Manejo do Meio Ambiente</u>	
5.1.1. Subprograma de Investigação.....	97
5.1.2. Subprograma de Manejo da Área.....	98
5.1.3. Subprograma de Monitoramento.....	99
5.2. <u>Programa de Uso Público</u>	
5.2.1. Subprograma de Recreação.....	101
5.2.2. Subprograma de Interpretação.....	103
5.2.3. Subprograma de Educação.....	105
5.2.4. Subprograma de Turismo.....	107
5.2.5. Subprograma de Relações Públicas e Extensão.....	108
5.3. <u>Programa de Operações</u>	
5.3.1. Proteção.....	110
5.3.2. Manutenção.....	113
5.3.3. Administração.....	115

	<u>Páginas</u>
6 - <u>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO</u>	
6.1. <u>Áreas de Desenvolvimento</u>	119
6.2. <u>Plano Geral de Ordenamento</u>	126-4
6.3. <u>Circulação</u>	127
7 - <u>CRONOGRAMA</u>	128
<u>LITERATURA CITADA</u>	133
<u>ANEXOS</u>	134

I N T R O D U Ç Ã O

Os Parques Nacionais brasileiros são criados através de Decreto Federal específico, promulgado pelo Presidente da República.

Uma vez adquiridas por compra, doação, desapropriação ou qualquer outra forma legalmente permitida, suas áreas serão incorporadas ao patrimônio público e submetidas ao regime jurídico de inalienabilidade e indisponibilidade em seus limites.

Isto porque um Parque Nacional representa o que de melhor existe de natural dentro de um país, digno de ser conservado e preservado permanentemente com a finalidade de "proteger e preservar unidades importantes ou sistemas completos de valores naturais ou culturais; proteger recursos genéticos; desenvolver a educação ambiental, oferecer oportunidades para a recreação pública e servir para as atividades de investigação e outras afins de índole científica" (M.T.Jorge Pádua, 1977).

O embasamento legal para sua criação é o artigo 5º do Código Florestal Brasileiro - Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965.

LOCALIZAÇÃO - LIMITES LEGAIS - HISTÓRICO DO PARQUE - SITUAÇÃO LEGAL

Localização

O Parque Nacional de Monte Pascoal encontra-se situado na Região do Extremo Sul do Estado da Bahia, no município de Porto Seguro, entre as seguintes coordenadas: 16º45' a 16º55' Latitude S e 39º08' a 39º30' Longitude W, possuindo uma área de 22.500 ha (Fig. 1).

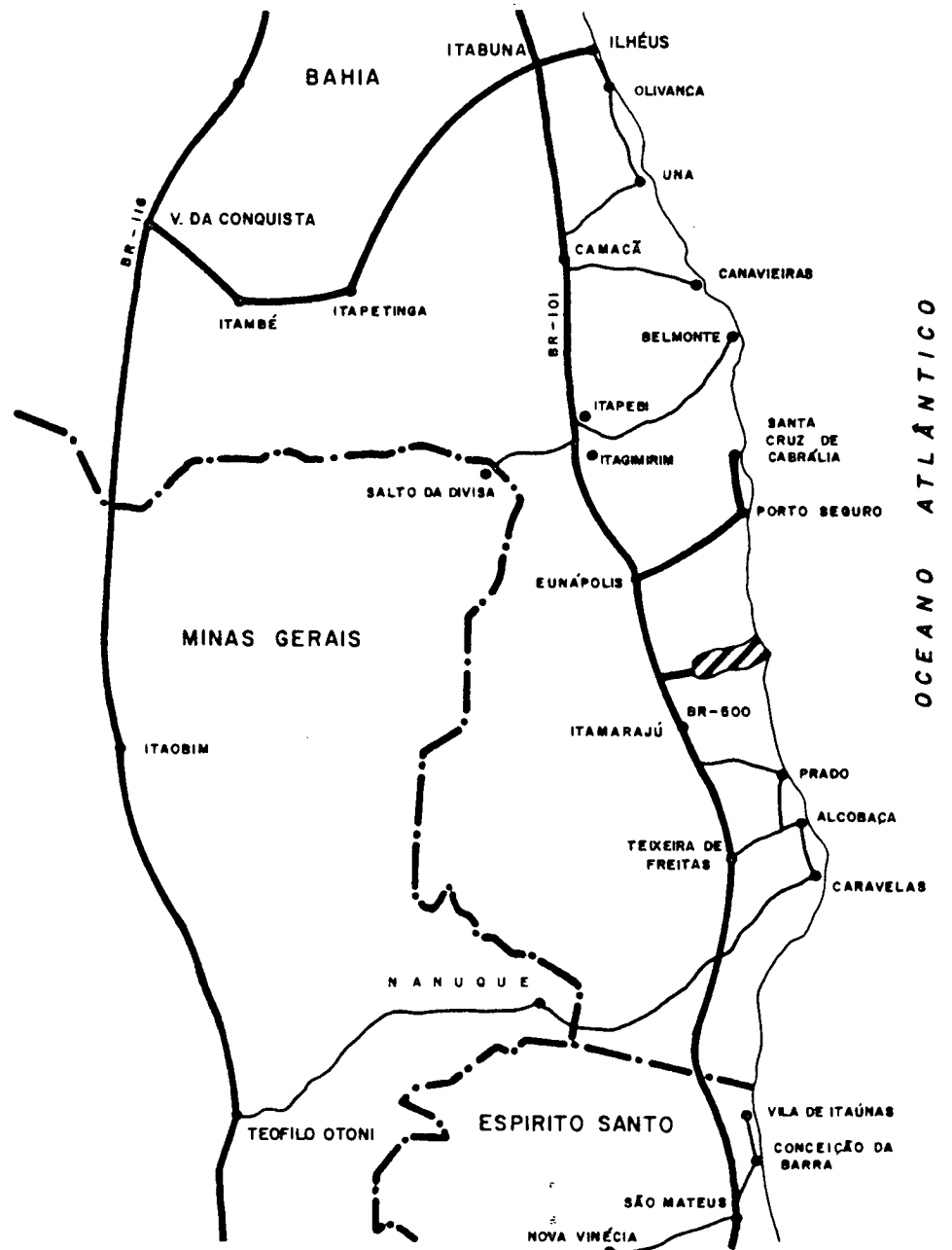
Historial do Parque

A idéia inicial de proteger o Monte Pascoal surgiu como resultado de uma comissão nomeada pelo Governo Federal, na década de 30, comissão esta encarregada de determinar o ponto exato do descobrimento do Brasil, sendo presidida pelo então Bernadino José de Souza.

Em uma de suas últimas reuniões, a comissão, por proposta de seu presidente, fixou planos de trabalho, deliberando o seguinte:

- a colocação de um marco no ilheu da Coroa Vermelha;
- a fixação de um cruzeiro monumental no local do continente onde Cabral fincou a cruz de posse e mandou rezar a segunda missa do Brasil;
- a criação de um Parque Nacional em torno do Monte Pascoal;
- a distribuição de trabalho de campo competindo (...) aos técnicos do Ministério da Guerra, o levantamento da região do Monte Pascoal, na mesopotamia entre os cursos do Caraíva e Corumbau;
- o exame da situação jurídica das terras objetivadas na criação do Parque.

A concretização da proposta partiu do Gen. Pinto Aleixo, que criou o Parque Monumento Monte Pascoal, em terras devolutas do Estado, com Decreto nº 12.729 de 19 de abril de 1943. Conforme este decreto, o



 PARQUE NACIONAL DE MONTE PASCOAL

fig. 1 - Localização do Parque Nacional de Monte Pascoal

Parque Monumento limitava-se a leste com Oceano Atlântico; ao Norte com a margem direita do rio Caraíva da foz até o rio Guaxumã, a Oeste da nascente do Guaxumã até a do Corumbaú, ao sul a margem esquerda do Corumbaú até sua foz. (Fig. 2).

Além da medição da área, nada mais consta ter sido feito, o que contribuiu para as invasões na parte oeste, onde foram estabelecidas culturas de cacau, café e outras de valor econômico.

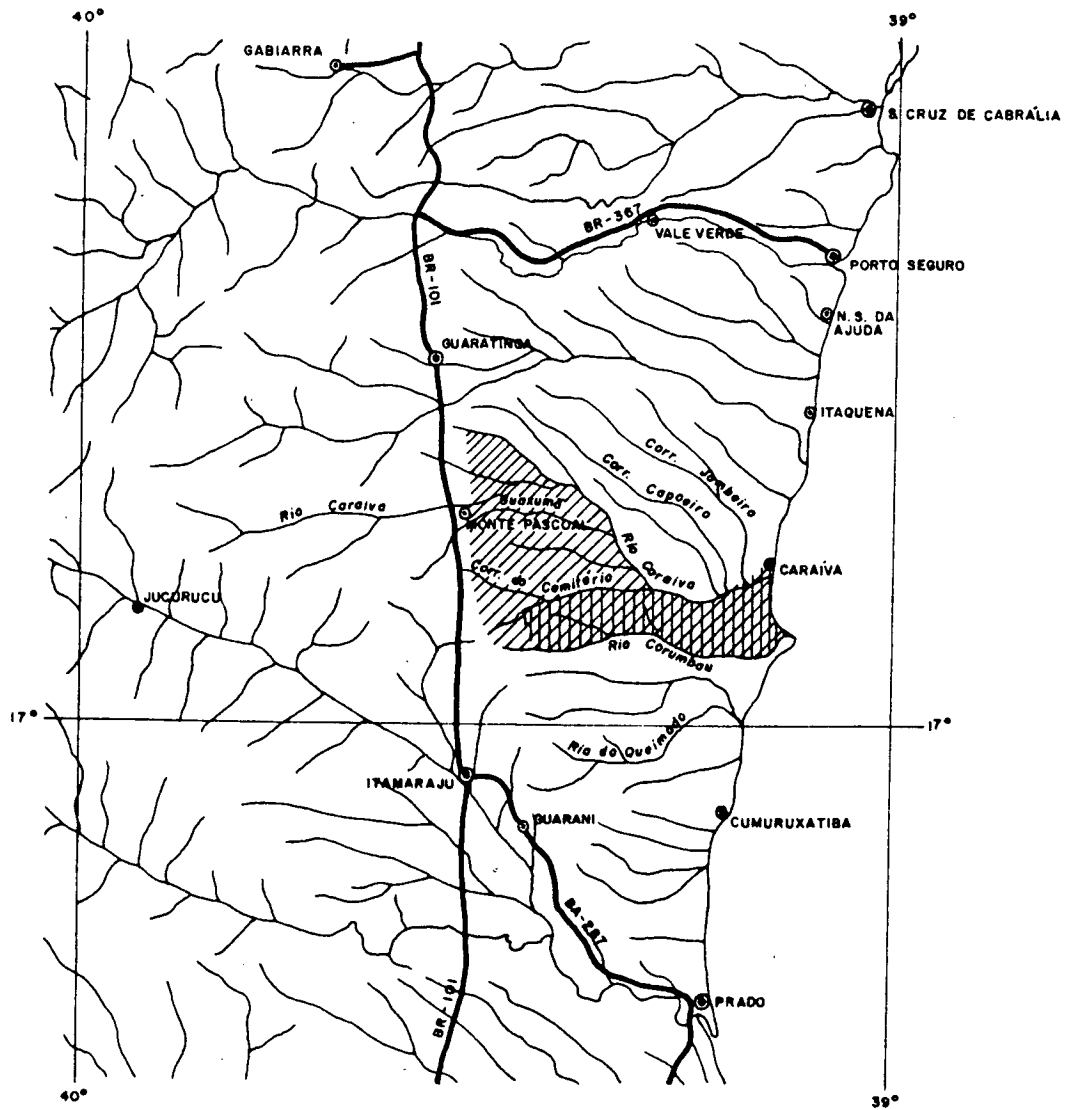
Quando a 4^a. Inspetoria Regional da Bahia aventou, em abril de 1959, a doação desta área para criação do Parque Nacional de Monte Pascoal, o então Diretor do Departamento de Terras da Secretaria da Agricultura, visitou o local e sugeriu a redução da área, com exclusão das referidas propriedades, por demais valorizadas para serem indenizadas, o que resultou nos limites especificados no Decreto nº 242, que cria o Parque Nacional de Monte Pascoal.

Limites Legais

O Decreto nº 242, de 29 de novembro de 1961, cria o Parque Nacional de Monte Pascoal e seu Art. 2º reza:

Art. 2º - O Parque, ora criado, terá a área aproximada de 22.500 hectares e a seguinte linha divisória: a leste - pela linha costeira do Atlântico; ao norte - pela margem direita do Rio Caraíva desde sua foz até a confluência com o rio Cemitério, seguindo por este e sua margem direita até a altura aproximada do meridiano 39º25' onde encontra um formador, no rumo aproximado sudoeste, logo depois Sul, até suas nascentes, nas proximidades do Monte Pascoal e a Noroeste deste; ao sul - pela margem esquerda do rio Corumbaú, até sua foz no Oceano Atlântico (Fig. 2).

Conforme art.3º do mesmo Decreto, "A área definitiva do Parque será fixada depois do indispensável estudo e reconhecimento da região, a serem realizados sob a orientação e fiscalização do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Com base neste artigo o ex-DRNR providenciou a delimitação de 250 ha entre o Oceano Atlântico e o rio Ca



LEGENDA

ESCALA : 1:1.000.000



-  LIMITE DO PARQUE MONUMENTO MONTE PASCOAL
-  LIMITE DO PARQUE NACIONAL DE MONTE PASCOAL

fig. 2 - LIMITES

raíva, desde a sua foz até uma linha perpendicular à costa, englobando o povoado de Caraíva, que, conforme o Decreto de criação do Parque, estava incluído em seus limites. Em 1965, foi reservada uma área de cerca de 210 ha, em torno do local chamado Barra Velha, para atender a população aí localizada, remanescente da tribo Pataxó.

Estas áreas não tiveram sua situação jurídica legalizada, já que não houve modificação no Decreto de criação do Parque.

Situação Legal:

Com Decreto nº 17.912-A de 28 de dezembro de 1960, o Governo do Estado da Bahia doa à União Federal 22.500 ha no município de Porto Seguro, para instalação do Parque Nacional de Monte Pascoal.

Após a criação do Parque foram indenizados todos os posseiros que ainda se encontravam na área.

O principal problema atualmente, é a população indígena que reside na área, tendo seu raio de ação extrapolado os limites anteriormente definidos, 210 ha, e vêm penetrando a cada dia na área do Parque. Foram criadas comissões de estudos para definição de um novo limite, não tendo porém chegado a nenhum resultado concreto.

C A P Í T U L O I
ENQUADRAMENTO NACIONAL E REGIONAL

1 - CONTEXTO NACIONAL

1.1. - Objetivos Nacionais para Unidades de Conservação

Até os meados de 1978 o Brasil não tinha ou por meio de legislação específica, ou por declaração política, uma estratégia nacional global para selecionar unidades de conservação. Os objetivos primários de conservação e categorias de manejo ainda não foram formalmente determinados. Por legislação vigente na altura da preparação desse Plano de Manejo, o Brasil contava com apenas duas categorias como unidades de conservação: Parque Nacional e Reserva Biológica. Além dessas categorias nobres, existiam duas categorias complementares cujo objetivo de manejo é a utilização direta dos recursos: Floresta Nacional e Parque de Caça.

Conforme Pádua, M.T. Jorge (1978), os objetivos de manejo para um sistema brasileiro de unidades de conservação deveriam ser basicamente os seguintes:

1 - Proteger amostras de toda a diversidade de ecossistemas do país, assegurando o processo evolutivo. Naturalmente, se considerarmos o cerrado, por exemplo, um ecossistema (ou um ecótono?). Em contrapartida se considerarmos o cerrado um ecossistema, o cerradão outro, mata galeria outro, campos outro deveríamos dizer, "proteger áreas que englobem vários ecossistemas".

2 - Proteger espécies raras, em perigo ou ameaçadas de extinção biólogos, comunidades bióticas únicas, formações geológicas e geomorfológicas de relevante valor, paisagens de rara beleza cênica, objetivando garantir a autoregulação do meio ambiente, como também um meio diversificado.

3 - Preservar o patrimônio genético, objetivando a redução das taxas de extinção de espécies a níveis naturais.

4 - Proteger a produção hídrica minimizando a erosão, a sedimentação, especialmente quando afeta atividades que dependam da utilização da água ou do solo.

5 - Proteger os recursos da flora e fauna quer seja pela sua importância genética ou pelo seu valor econômico, obtenção de proteínas ou para atividades de lazer.

6 - Conservar paisagens de relevante belezas cênicas naturais ou alteradas, mantidas a um nível sustentável, visando à recreação e turismo.

7 - Conservar valores culturais, históricos e arqueológicos - patrimônio cultural da nação - para a investigação e visitação.

8 - Preservar grandes áreas provisoriamente até que estudos futuros indiquem sua melhor utilização, seja como uma unidade de conservação, ou para a agricultura, ou pecuária ou qualquer outro fim.

Levar o desenvolvimento através da conservação a regiões até então consideradas marginais.

10 - Proporcionar condições de monitoramento ambiental.

11 - Proporcionar meios para educação, investigação, estudos e divulgação sobre os recursos naturais.

12 - Fomentar o uso racional dos recursos naturais, através de áreas de uso múltiplo.

1.2. - Enquadramento Fisiográfico e Geopolítico



Fig.5 - O Parque Nacional de Monte Pascoal enquadra-se dentro das Bacias do Leste.

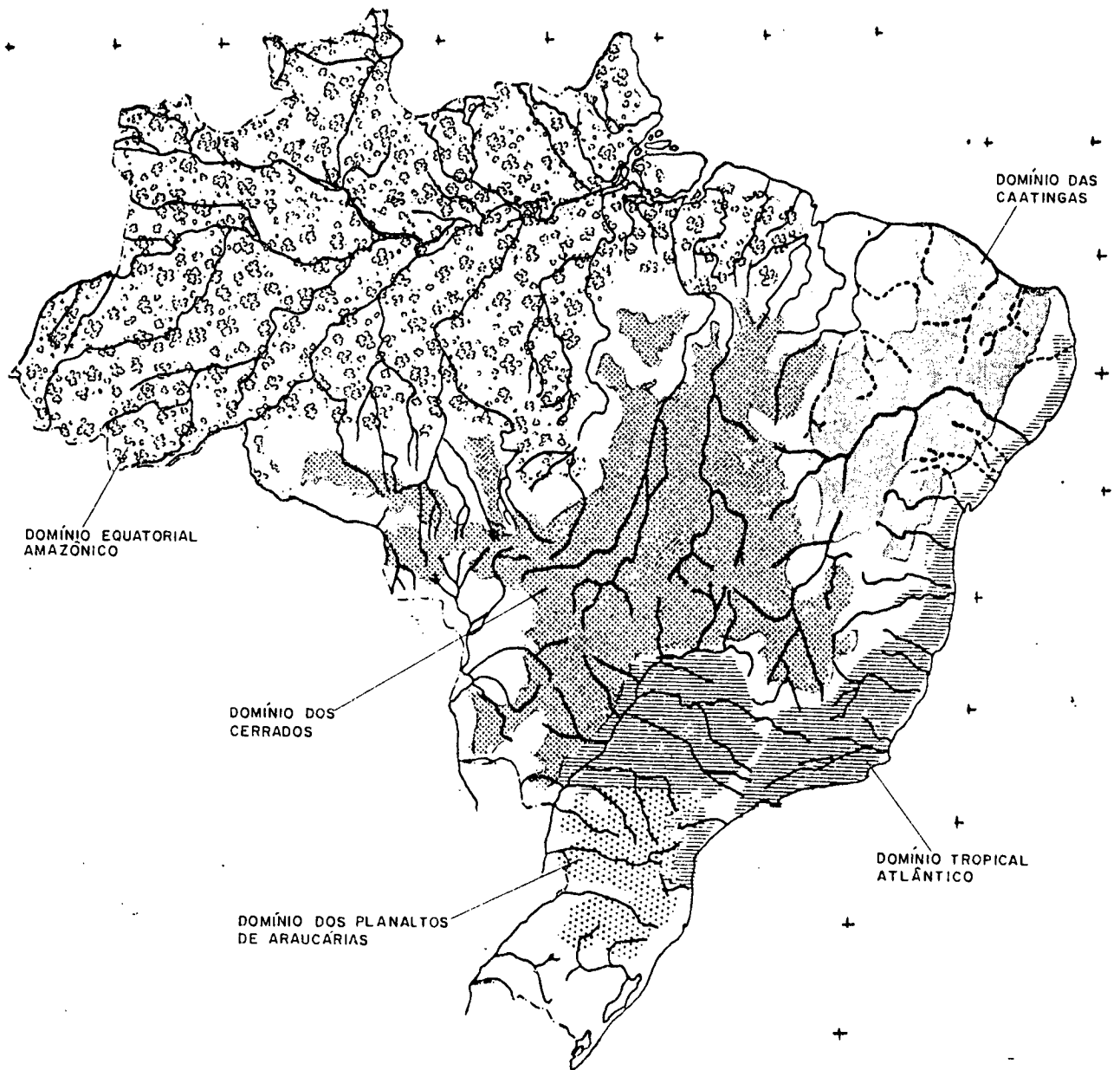


Fig. 6 - O Brasil está dividido em seis grandes domínios Morfoclimáticos e Fitogeográficos (AB'Saber 1977). O Parque Nacional de Monte Pascoal está localizado no Domínio Tropical Atlântico.

1.3. - Grandes Tipos de Vegetação. Províncias Biogeográficas de Udvardy

Lidando com um critério tríplice, estrutural, florístico e de "habitat", Rizzini (1963) distingue no Brasil cerca de 30 tipos de vegetação, várias consociações, comunidades biotópicas especiais e comunidades serais e as zonas de transição.

Neste esquema, as florestas do sul da Bahia figuram na série de formações "Floresta pluvial" ao lado das chamadas "mata de terra firme" amazônica, "floresta atlântica" de montanha, "pinheizal", "matas ciliares" e "capões".

Denominada "Floresta pluvial dos tabuleiros terciários" "é a mesma floresta ou mata de terra firme (...) da Hilêia, porém localizada no sul da Bahia - norte do Espírito Santo em stands puros e muito extensos. Estes em nada se parecem com a floresta atlântica, sendo limpos de vegetação humilde por dentro e pobres em epífitos".

Assim sendo, na divisão fitogeográfica do Brasil, do mesmo autor (Fig. 7), a região do Parque Nacional de Monte Pascoal situa-se, embora isso possa parecer paradoxal, na sub-província austro-oriental da Província Atlântica. Sendo a referida sub-província dividida em setores, sub-setores e distritos, pertence o Parque ao distrito "pluvial amazônico" - considerado como "uma disjunção da floresta hileiana de terra firme na Província Atlântica"

Segundo Udvardy (1975) (Fig. 8) o Parque localiza-se na Província Biogeográfica "Serra do Mar" que aparece ao norte no litoral norte-espírito-santense e baiano e ao sul no litoral dos estados de Rio de Janeiro e São Paulo.

DIVISÃO FITOGEOGRÁFICA DO BRASIL



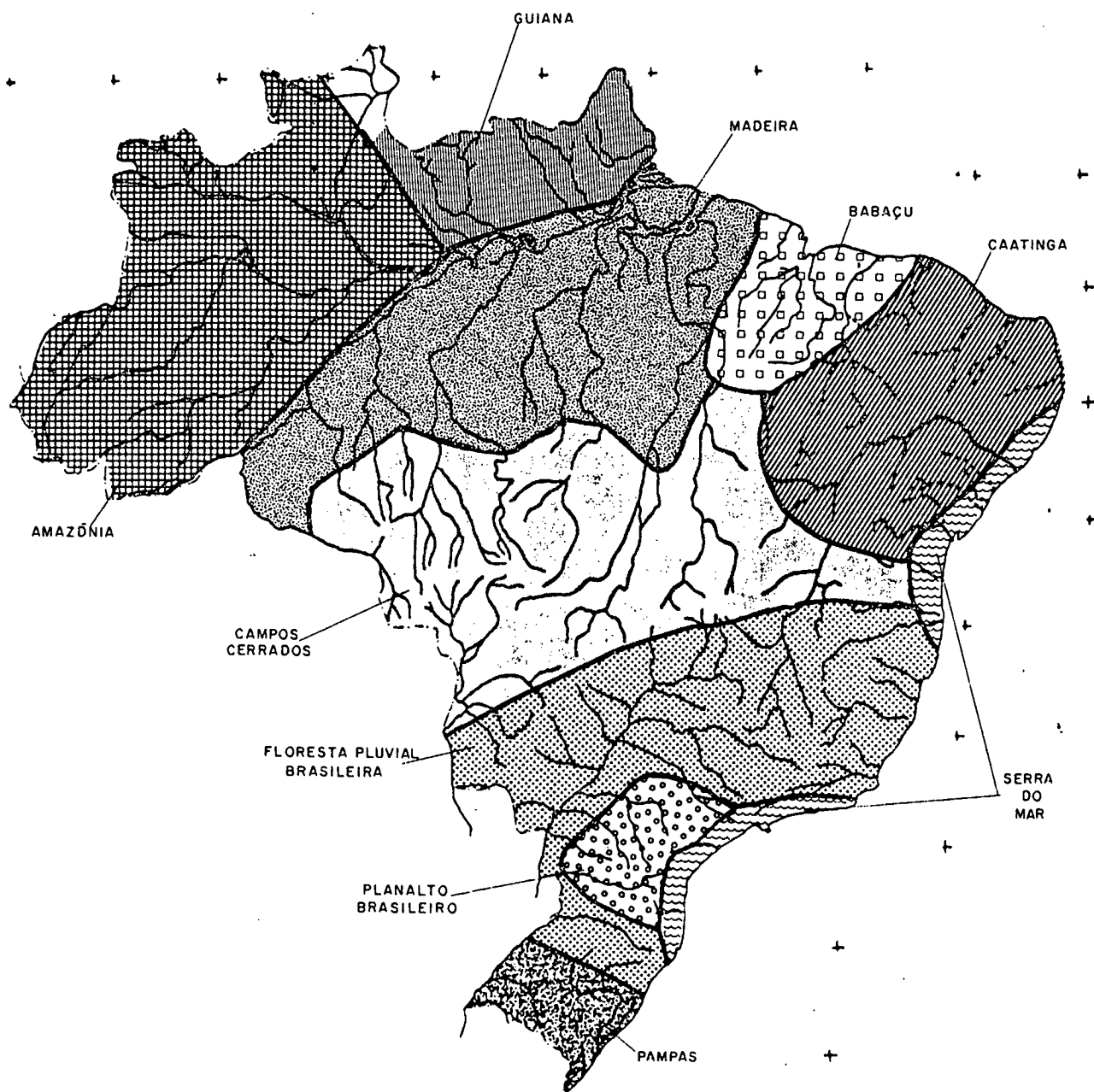


Fig B - O Parque Nacional de Monte Pascoal localiza-se na Província Biogeográfica "Serra do Mar"

1.4. - Relações Nacionais-Meios de Transporte

As cidades de Salvador e Vitória, principais pontos de acesso ao Parque, estão servidas por rodovias ligando-as com o resto do país. A rodovia principal, é a BR 101, que conecta o estado do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, passando a 14 km da entrada do Parque, que está localizado a 690 km de Salvador e 479 km de Vitória.

Estas duas cidades estão servidas por vôos diários de linhas aéreas nacionais, sendo que Salvador possui alguns vôos internacionais.

Por via marítima Salvador encontra-se na rota turística que vai do Rio de Janeiro à Manaus, e que aí faz escala.

2 - CONTEXTO REGIONAL

2.1. - Fatores Biofísicos

2.1.1. - Drenagem

A região sudeste da Bahia engloba diferentes e múltiplos aspectos no tocante a drenagem, que representam os processos ocorridos no modelamento da paisagem após o cretáceo.

Uma faixa muito extensa do litoral vislumbra-se uma paisagem com fenômenos de afogamentos de rios, lagoas, cordões litorâneos e tabuleiros.

Os rios da região desaguam diretamente no Atlântico, através das principais bacias: Jequitinhonha, Rio Pardo, Una, Colônia, Rio das Contas e Maraú.

A grande expressão do ciclo Paraguaçu e a pequena extensão das principais bacias condicionam o estágio de rejuvenescimento à drenagem, com vales apertados e raras planícies de inundação, e que junto a costa demonstra fenômenos de afogamento. A drenagem condiciona-se à tectônica e litologia com padrões dendríticos ou sub-retangulares. O caráter anastomosado é raro, exceto na parte costeira.

Esses rios, pertencentes as bacias denominadas do leste podem ser considerados como uma evolução dos rios que nascem na encosta da chapada Diamantina e do Espinhaço e se dirigem diretamente para o oceano.

O rio Jequitinhonha, constitui-se no maior e mais volumoso curso d'água da região. Os rios Rubim do Norte e os ribeirões do Jacinto, da Areia, Enxadao e Piabanha são seus principais afluentes.

Outros principais rios da região são Buranhem, João de Tiba, Jucuruçu caracterizando por apresentar cursos relativamente longos, mas sem condições de navegabilidade, a não ser em pequenos trechos, através de canoas, utilizadas quase que somente para travessias de pessoas e mercadorias.

2.1.2. - Topografia

A topografia regional está relacionada geomorfologicamente com a atuação das ações erosivas que influenciam sobremaneira a evolução do relevo da área.

Na região a ser estudada, topograficamente o relevo apresenta -se com altitudes variadas relacionadas diretamente com a litologia, e os principais tipos são: (fig.).

Relevo praticamente plano: restingas formadas pela sedimentação regressiva marinha, e está relacionado aos deltas (deposição de material em ambiente salobro na embocadura dos rios e as planícies aluviais da colmatagem dos grandes rios (Pardo, Jequitinhonha)).

Relevo suave ondulado: área dos tabuleiros típicos, caracterizados por suas formas aplainadas de topo achatado e cortados por vales de seção transversal em forma de U. Inclui-se, também, o planalto sul baiano de superfície peneplanizada e altitude superior a 750 m.

Relevo ondulado: colinas arredondadas de modelado suave, muitas vezes associada a uma topografia ondulada de topos concordantes (tabuleiros).

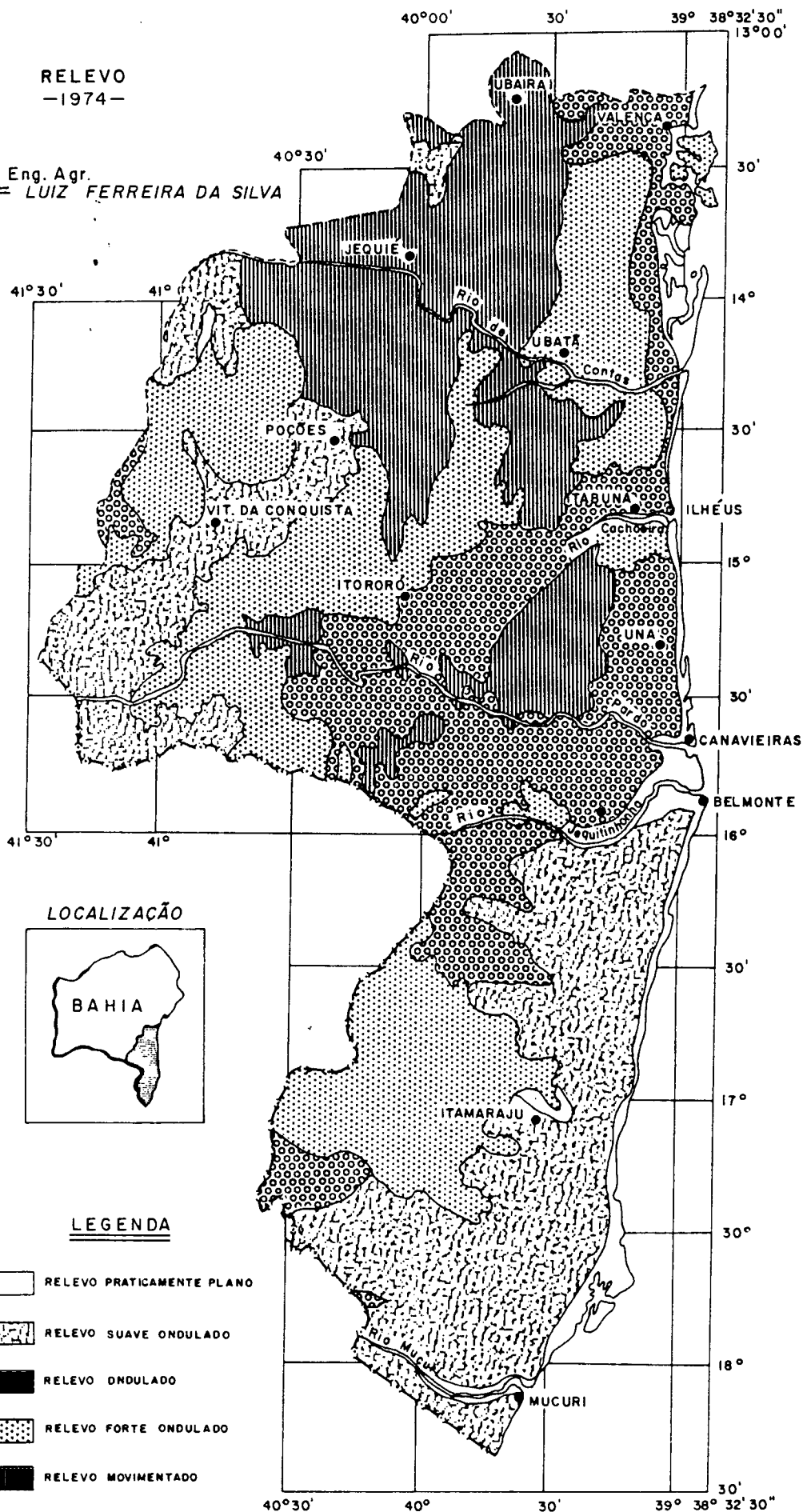
O relevo forte ondulado: as cristas baixas e os patamares nivelados do Pré-Cambriano. Topografia formada por outeiros e morros (elevações de 100 a 200m de altitude relativa) com declives fortes.

Relevo movimentado: cristas altas do Pré-Cambriano e encostas ou áreas dissecadas do planalto sul baiano. Superfície de topografia vigorosa, com predominância de formas acidentadas, apresentando desnivelamentos grandes e declives fortes ou muito fortes.

A região, analisando os tipos de relevo, identifica-se como de topografia acentuada com uma média de 42% de declives.

RELEVO
-1974-

ELABORAÇÃO DO Eng. Agr.
LUIZ FERREIRA DA SILVA



2.1.3. - Clima

O Parque Nacional de Monte Pascoal situa-se numa faixa costeira indo do Recôncavo Baiano até o Espírito Santo, apresentando um clima cujas características assemelham-se com as do setor ocidental da Amazônia a partir da foz do rio Negro.

A circulação geral atmosférica regional apresenta uma circulação normal das Massas de Ar "Tropical Atlântica" (Ta) provenientes do Anticiclone semifixo do Atlântico Sul, e uma circulação secundária com os seguintes sistemas de perturbação:

- Linhas de Instabilidades Tropicais (IT)
- Ondas de Leste (EW)
- Frente Polar Atlântica ("PA)

Temperatura (Ver fig. 12.)

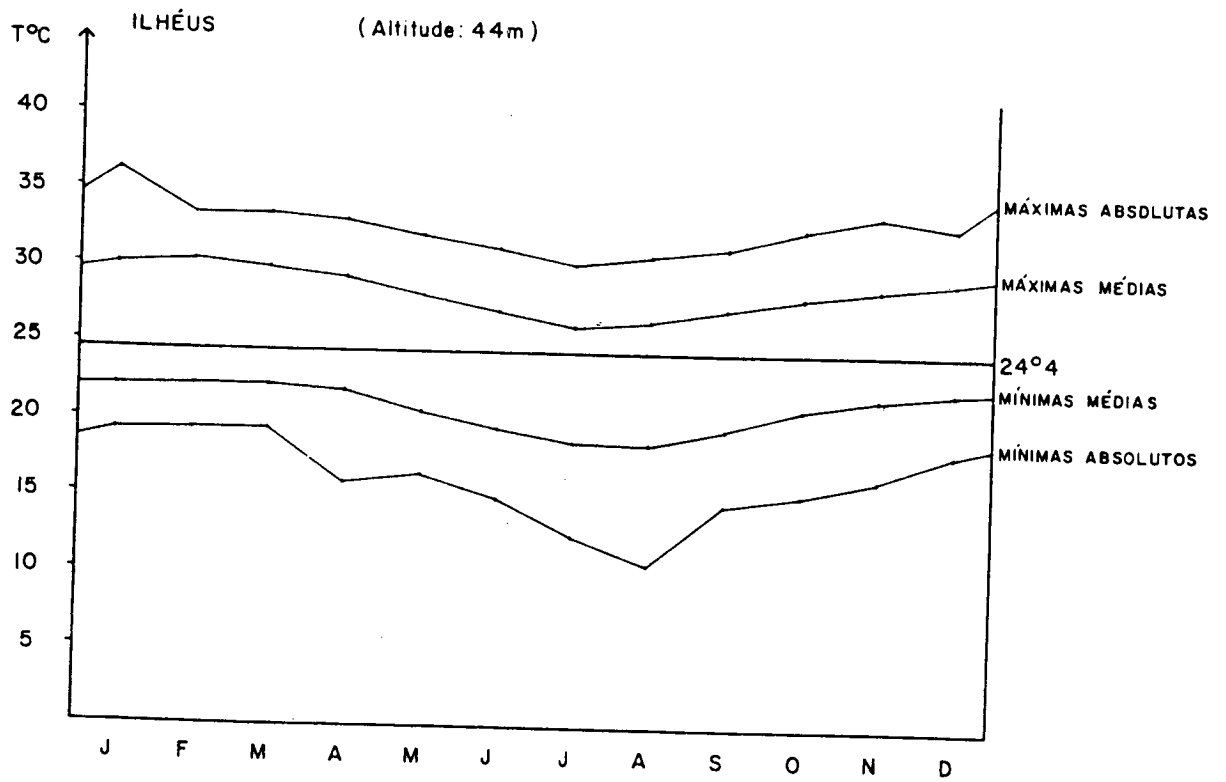
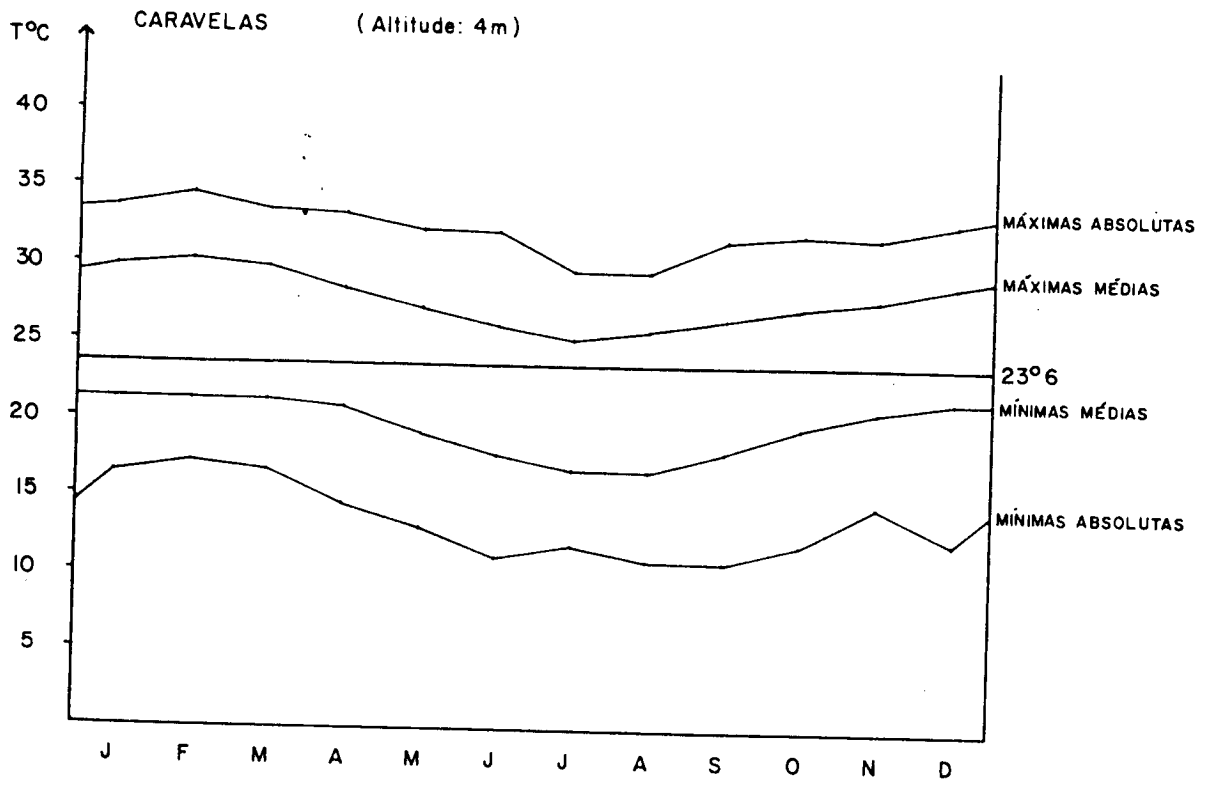
Com uma temperatura média anual em torno de 24°C, amplitudes médias mensais e amplitude média anual da ordem de 8°C, com máximas absolutas raramente superiores a 35°C e mínimas absolutas nunca inferiores a 10°C, o regime de temperatura da região apresenta-se como notavelmente uniforme e moderadamente quente.

"Embora não se disponham de suficientes dados para (...) analisar as amplitudes diárias, pode-se supor que nas regiões próximas ao litoral não devem aumentar notavelmente a medida que se afasta da costa e se sobe em altitude" (Miguel Roeder).

(Reconhecimento climatológico. Diagnóstico Sócio-econômico da Região Cacaueira).

Precipitações (Ver Fig. 13.)

As precipitações médias anuais, de 1.500mm, apresentam um regime relativamente uniforme ao longo do ano, sem deficit hídrico nem estação seca, apenas marcado por dois mínimos em Agosto-Setembro e Janeiro-Fevereiro e dois máximos em Março-Abril e Novembro-Dezembro.

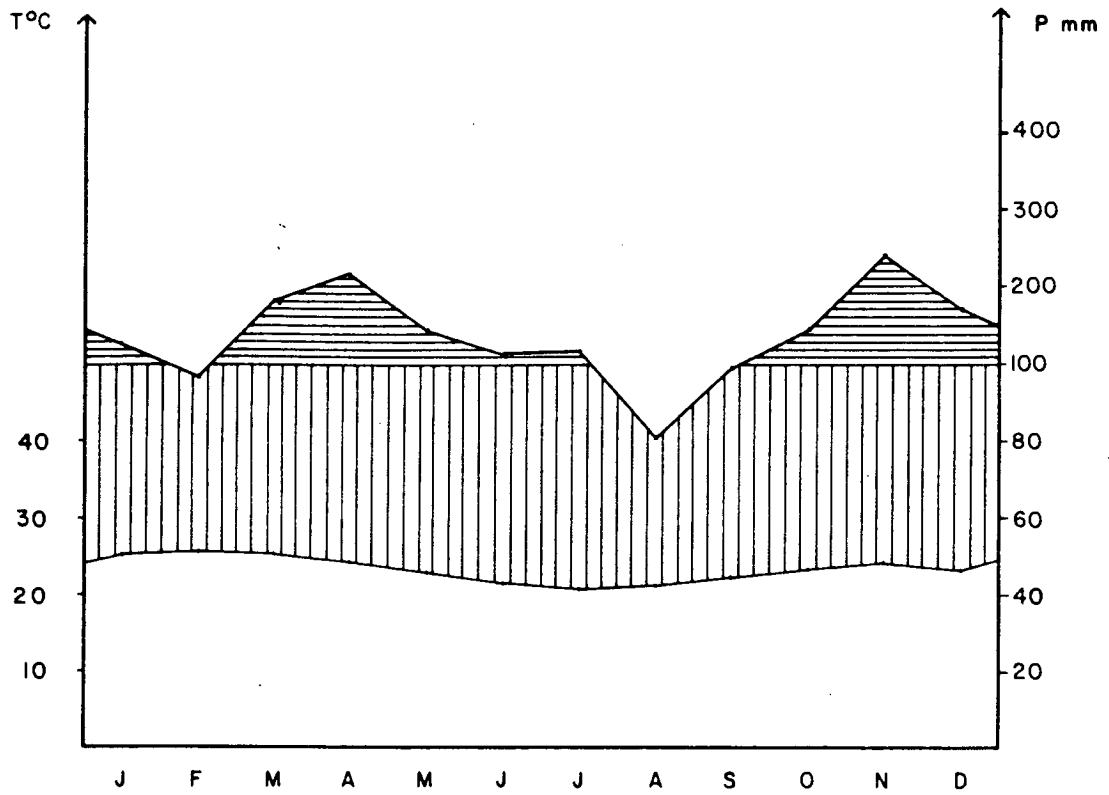


TEMPERATURAS (1931, 1960)

CARAVELAS (BA)

23°6

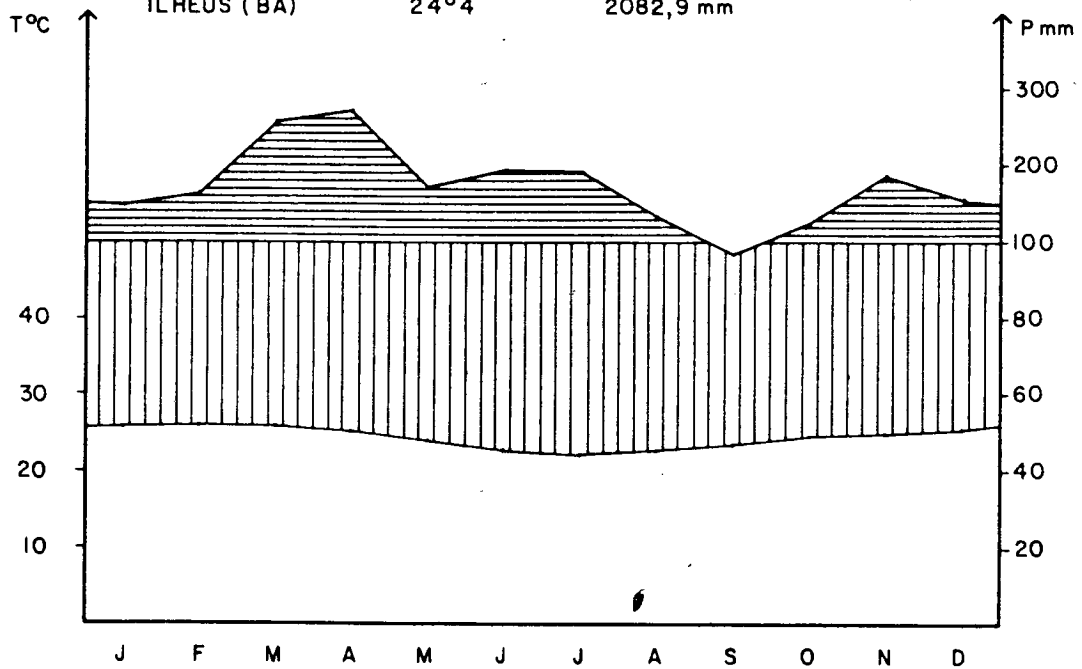
1728,8 mm



ILHÉUS (BA)

24°4

2082,9 mm



- CURVA DAS MÉDIAS MENSAIS DE CHUVA.
- CURVA DAS MÉDIAS MENSAIS DE TEMPERATURA.
- ▨ CHUVA ACIMA DE 100 mm MENSAIS EM ESCALA 10 VEZES MAIOR.
- ▤ ESTACÃO ÚMIDA.

DIAGRAMA OMBROTÉRMICOS

A estação seca, segundo Gausson, é a seqüência dos meses secos, sendo considerado mês seco aquele em que o total das precipitações em milímetros é igual ou inferior ao dobro da temperatura em graus centígrados.

O desvio pluviométrico médio anual em relação à normal (%) é de 15% a 20%; levando em consideração os mínimos observados em Ilhéus, Belmonte e Caravelas pode-se estimar que na região as precipitações anuais situam-se na faixa de 1000 mm a mais de 2.000 mm.

	Mínimo	Ano	Máximo	Ano
Ilheus	1.384 mm	1929	2.777 mm	1924
Belmonte	1.229 mm	1939	2.108 mm	1933
Caravelas	859 mm	1963	2.343 mm	1935

A intensidade máxima de precipitação em 244 (mm chuva/dia) varia entre 100 mm e 200 mm/244, sendo que "as chuvas mais intensas do ano ocorrem entre os meses de outubro e abril, destacando-se os de novembro e dezembro, o que coincide aproximadamente com a observação popular, pois entrevistas levadas a efeito revelaram que as conhecidas "trovoadas" ocorrem principalmente nos meses de outubro a dezembro" (Miguel Roedor).

Quanto ao número de dias chuvosos no ano, situa-se acima de 150, com distribuição coincidente com a da quantidade de precipitação;

Verifica-se que nos dias chuvosos, ocorre sensível queda da temperatura ambiente.

~~Ventos~~

Durante a Primavera (setembro-outubro-novembro) e o Verão (dezembro, janeiro, fevereiro) os ventos sopram do quadrante E, sendo os da Primavera os mais fortes do ano, porém fracos tendendo para moderados.

No inverno (junho, julho, agosto), ventos fracos sopram em direções variadas dentro do quadrante S e no Outono (março, abril, maio) de direções variadas, sempre fracos.

Umidade relativa - Evapotranspiração potencial

Os dados obtidos em Ilhéus no período 1931-1969 indicam uma notável estabilidade da umidade relativa em torno de 80% ao longo do ano.

A evapotranspiração potencial, estimada através do procedimento básico de Thornthwaite, apresenta um total anual da ordem de 1200 mm - 1.400 mm.

Nebulosidade e Insolação

A nebulosidade, variando de 6.0 a 7.0 (escala 0.10) é relativamente elevada e constante.

No que diz respeito à insolação, os dados recolhidos em Ilhéus (1931-1960) indicam a menor insolação total anual da região Nordeste, caracterizada por uma relativa uniformidade ao longo do ano, sendo os meses de dezembro, janeiro e fevereiro (época das férias escolares), os mais ensolarados.

Conclusão

O clima da região do Parque Nacional de Monte Pascoal é superúmido e úmido, tropical e subtropical, com um ritmo de precipitação mediterrâneo ligado ao mecanismos atmosféricos.

A medida que se afasta do litoral, aparece progressivamente uma estação seca, e com a diminuição da influência oceânica a amplitude térmica anual aumenta.

2.1.4. - Geologia

A região compreende várias unidades geológicas, principalmente do pré-cambriano, algumas estratigraficamente posicionadas no Terciário

rio, constituído por sedimentos areníticos e Quaternário, aluviões e praias (fig.).

No Prê-Cambriano foram diferenciados duas sequências: a do Prê-Espinhaço, representada pelo complexo metamórfico - Migmatítico e a do Supergrupo Espinhaço. O complexo Matamórfico Migmatítico é caracterizado por uma sequência de biotita-muscovita gnaisses, que, migmatização e aumento do grau metamórfico, grada a metaxititos de composição kinzigítica, diatexitos e granitóides, porfiroides. O Supergrupo Espinhaço é definido por uma sequência metassedimentar iniciada por um horizonte quartzítico descontínuo, continuada para o topo por uma sequência de micaxistos a granada com ou sem cianita, que localmente, pode gradar a filitos grafitosos.

São recobertas em grande parte pelo Grupo Barreiras, terciário, que ocorre em larga faixa litorânea. No quaternário há ocorrência de depósitos aluvionares, praias e cordões litorâneos, este último formado por recifes do tipo barreira (fig.).

2.1.5. - Solos

A rocha matriz se constitui num dos fatores predominantes na formação e determinação da qualidade do solo, através da matéria prima fornecida pela decomposição e desintegração de seus elementos. As principais características das rochas, que mais diretamente influenciam na formação do solo são a sua composição mineralógica e química, além de sua textura e resistência mecânica, associados com o clima que representado por seus vários parâmetros (precipitação, temperatura, evaporação, vento e insolação) permitem avaliar as propriedades físicas e químicas dos solos delas decorrentes.

A influência do material originário traz como resultante as propriedades de permeabilidade, retenção de água, granulometria, condições de vida microbiana condicionando os aspectos físicos, químicos e biológicos dos solos.

COLUNA GEOLÓGICA

PERÍODO	DIVISÕES MAIORES	GRUPO	DESCRIÇÃO
QUATERNÁRIO Q			Depósitos aluvionares praias e cordões litorâneos (a)
TERCIÁRIO T		BARREIRAS	Areias grosseiras com interstratificações de argilas variegadas(b)
PRÉ-CAMBRIANO	S. GRUPO ESPINHAÇO		Mica-xistos a granada e/ou cianita (<u>mx</u>), localmente gradando a filitos e filitos grafitosos com intercalações de quartzitos (<u>q</u>) na base
	PRE - ESPINHAÇO COMPLEXO - META - MÓRFICO - MIGMATÍTICO		Granitóides pofiróides (<u>grp</u>) Diatexitos (<u>dtx</u>) Biotita - muscovita gnaises (<u>gn</u>), passando a metatexitos de composição kinzigítica (<u>kz</u>), intercalações de quartzitos (<u>q</u>) e mármore (<u>m</u>)
ROCHAS ERUPTIVAS			Pegmatitos (<u>pg</u>) e granitos equigranulares (<u>gr</u>)

"Hã no Brasil grandíssimas matas de árvores agrestes, cedros, carvalhos, vinháticos, angelins e outras não conhecidas em Espanha, de madeiras fortíssimas pera se poderem fazer delas fortíssimos galêões e, o que mais ẽ, que da casca de algumas se tira a estopa para se calafetarem e fazerem cordas pera enxãrcia e amarras, do que tudo se aproveitam os que querem cã fazer navios, e se podera aproveitar el-rei se cã os mandara fazer.

Nem menos sã as madeiras do Brasil formosas que fortes, porque as hã de todas as cores, brancas, negras vermelhas, amarelas, roxas, rosadas e jaspeadas, porẽm, tirando o pau vermelho a que chamam brasil, e o amarelo chamado tataiũbas, e o rosado araribã, os mais nã tinta de suas cõres.

Outras árvores se estimam ainda que agrestes, por seus saborosos frutos, que sã inumeráveis as que frutificam pelos campos e matas".

(Frei Vicente do Salvador 1564-1636(?))

Formações muito variáveis, conhecidas em alguns estados e pouco em outros, frequentemente com limites incertos.

A grande umidade do ar trazida pelos ventos marinhos, quando resfriada, resulta num alto índice de pluviosidade (pelo menos 1000 mm na maior parte das áreas). Este alto índice de pluviosidade e a ausência de estações secas é que determinam a existência desta mata.

Este extenso manto florestal não é uniforme tendo em vista as peculiaridades do meio geográfico que apresentam duas áreas bem distintas; a dos tabuleiros e a da encosta atlântica que recobre a serra do mar, e é de caráter tropical pluvial.

As florestas, dos tabuleiros se desenvolvem em torno de sedimentos terciários, geralmente arenosos, sendo as espécies mais notáveis no andar superior o jequitibã rosa (*Cariniana estrellensis*) e jequitibã branco (*Cariniana legalis*), peroba rosa (*Aspidosperma polineuron*, Gonçalo Alves (*Astronium macrocalix*), jacarandã (*Dalbergia nigra*). Em seguida há um extrato arbóreo inferior por volta de 15 a 20 metros nem sempre distinto, a ele segue-se um andar arbustivo e outro herbáceo. As formas higrófilas macrófilas são bem menos numerosas que nas florestas atlânticas. Esta floresta é muito importante, não só por sua extensão mas também pela qualidade das essências ali encontradas.

A floresta atlântica é o prolongamento da floresta sul-oriental que recobre a Serra do Mar, da Mantiqueira e sobretudo abaixo do Rio Doce, junto ao Estado de Minas onde o relevo é mais acentuado e o substrato profundamente decomposto. Vários gêneros são endêmicos, como o *Myrocarpus* (Legum papil) e outros. Suas espécies são por assim dizer de evolução local, podendo ser chamados de elementos atlânticos.

A orla marítima (em alguns lugares estendendo-se para o interior) é artilhada por dois tipos básicos de vegetação: os manguezais e a restinga. A costa (leste) tem três espécies principais de manguezais, são eles: *Languncularia recemosa*, *Rhizophora mangle* e *Avicennia tomentosa*. As matas de mangues tem um crescimento denso de plantas com raízes longas formando malhas emaranhadas que são de difícil penetra -

ção, muito poucas plantas crescem em associação com eles. A restinga partilha a costa com os manguezais ocupando áreas arenosas e ventiladas, em contacto com o mar.

Hueck (1972) divide a região entre:

- a) - Mata pluvial tropical das planícies costeiras.
- b) - Mata pluvial tropical das encostas montanhosas.

A primeira cresce sobre solos arenosos com grossa camada de humero, e lençol freático pouco profundo, nas planícies e antigas restingas costeiras. Estas áreas recebem acima de 1000 mm de precipitação anual. As árvores são altas (30-35m) e de grande valor económico. Possuem densa vegetação arbustiva. Samambaias arborecentes, palmeiras, lianas e epífitas são comuns e bem desenvolvidas.

As matas pluviais tropicais crescem nas encostas montanhosas. Devido a grande quantidade de chuva nesta área e temperaturas constantemente altas, estas florestas são semelhantes (com muitas espécies em comum) à floresta amazônica.

Encontramos no entanto grandes controvérsias em consulta feita em um trabalho de Rizzini (1963) sobre o sul da Bahia e norte espirito santense. Fica, a seguir, bem claro a posição de Rizzini no que diz respeito a estas matas. Este extrato contém a reprodução de trechos relativos à região.

"Toma-se como centro de dispersão a amazônia ou Hileia... revela um tipo de distribuição comum em que espécies hielianas aparecem no nordeste seco em nichos favoráveis (serras altas e litoral) congregando-se em massa no sul da Bahia e norte do Espírito Santo, onde as vastas florestas pluviais são puramente amazônicas, e alcançando em vários casos o Estado do Rio. As espécies amazônicas mais notáveis no Nordeste e no Sul da Bahia são: Andira retusa, Apuleia molaris, Bowdichia brasiliensis, Cedrela odorata... Os gêneros Humirianthera e Glycydendron recentemente descritos por Huber e Ducke, respectivamente, na Hileia, foram encontrados também na região em foco, que muitos denominam "matas

costeiras" e "Florestas litorâneas" dando a entender falsas relações com a grande floresta atlântica... O litoral baiano e espírito-santense onde reina o clima úmido e quente, as grandes florestas aí existentes ainda, denominadas matas costeiras não tem qualquer afinidade com a floresta atlântica da cordilheira marítima, já mostramos que são inclaves da grande floresta pluvial de terra firme".

Além destas áreas naturais remanescentes, existe também uma parte que foi desmatada por comerciantes de madeira e para fins agrícolas. Há uma vasta área onde se cultiva o cacau (*Theobroma cacao*) que é de grande importância para a região (Fig.).

2.1.7. - Fauna

A região do Parque Nacional de Monte Pascoal situa-se na Província Tupi da sub-região zoogeográfica brasileira do esquema de Mello-Leitão.

Embora o primeiro levantamento faunístico da referida Província tenha sido feito entre 1638 e 1644 por Macgrave, o qual descreveu 237 mamíferos, aves, répteis, anfíbios e artrópodos e mais de 130 peixes e crustáceos, o nosso conhecimento da fauna original da região apresenta muitas falhas.

Uma relação (em anexo) de ocorrência de mamíferos na região do Parque dá uma idéia aproximada das espécies mais comuns que provavelmente constituíram parte da fauna original da região, e possivelmente encontraram abrigo, alimentação e água nos ecossistemas intactos do Parque.

Quanto à avifauna, segundo Andrade, no século passado mostrava-se variadíssima, porém sem quase nenhuma espécie característica da região. Na área do Parque, um levantamento da avifauna foi efetuado em 1977; encontra-se em anexo no capítulo II.

Deve-se mencionar também "toda uma multidão de outros seres silvestres em que se incluem numerosos invertebrados, batráquios do gêne

ro Rana, ofídios desde as esguias cobras-cipô (gên Chlorosoma e Chironius) até as grandes jibóias, ou cobra-de-veado (Constrictor constrictor)" - Andrade - Levando em consideração a acentuada pressão demográfica, acompanhada de uma exploração praticamente incontrolada e irracional dos recursos naturais e principalmente da floresta sul-baiana, resultando, em última análise na destruição dos "habitats" da fauna regional e no seu desaparecimento, poucas são as áreas virgens da região que ainda permitam estudos sobre a fauna original da região. O Parque Nacional de Monte Pascoal é uma dessas poucas áreas.

2.2. - Fatores Sócio-Econômicos

2.2.1. - Característica da População - Demografia

Na Região Nordeste, a Bahia é um dos Estados de maior população, contando em 1970 com 7.583.140 habitantes, segundo dados do IBGE.

Nos cem últimos anos tem havido um incremento na população baiana tendo se acentuado no último decênio, o que se explica pela expansão da área metropolitana, bem como de um grande número de projetos industriais e agropecuários que a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE implantou na região. Esse aumento verificou-se com maior intensidade na população urbana já que no período de 1960 à 1970 o aumento desta população foi de 50,71% contra 13,71% de aumento da população rural, no mesmo período (IBGE).

Segundo senso realizado pelo IBGE em 1970, mais da metade da população possuía idade inferior a 20 anos e com predominância do sexo feminino constituindo o mesmo 52,2% da população total.

A região Extremo-Sul da Bahia, contava em 1970 com 371 mil habitantes, correspondendo a 4,9% da população estadual tendo sido o crescimento populacional significativo na região, pois no período de 1940 a 1970, o incremento foi de 340,8% correspondendo a um incremento médio anual de 5,1%. A densidade demográfica na região, em 1940 era de 3,1 hab/km² e em 1970 já alcançava 16,9 hab/km². Essa grande expansão populacional no Sul do Estado após 1940 pode ser explicada pela exploração das reservas florestais e a abertura da rodovia BR 101.

Os povoados de Eunápolis, Itabela e Teixeira de Freitas, pertencentes aos municípios de Porto Seguro, Sta. Cruz Cabrália, Alcobaça e Caravelas, tem suas populações computadas como rurais, devido às suas condições político-administrativas. Atualmente cerca de 80% das populações dos municípios citados correspondem aos residentes nos três povoados.

T A B E L A

POPULAÇÃO DA BAHIA - 1940/1970

POPULAÇÃO	1940	1950	1960	1970
TOTAL	3.918.112	4.834.575	5.990.605	7.583.140
URBANA	937.571	1.250.507	2.083.716	3.140.407
RURAL	2.980.541	3.584.068	3.906.889	4.442.733

Fonte - IBGE

POPULAÇÃO DA REGIÃO EXTREMO-SUL DA BAHIA - 1940/70

POPULAÇÃO	1940	1950	1960	1970
TOTAL	84.186	130.038	268.755	371.066
URBANA	13.523	13.700	47.244	76.645
RURAL	70.663	116.338	221.511	294.421

CRESCIMENTO RELATIVO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO EXTREMO SUL DA BAHIA

POPULAÇÃO	1949/50	1950/60	1960/70
TOTAL	54,5	106,7	38,1
URBANA	5,7	244,8	62,2
RURAL	67,0	90,4	32,9

2.2.2. - Economia Regional - Uso do Solo

A economia da Região do Extremo Sul da Bahia baseia-se na exploração da madeira destacando-se ainda a criação do gado bovino e a plantação e colheita do cacau.

A exploração da madeira nesta região, tornou-se significativa a partir do momento que as madeiras de lei foram se tornando escassas nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e as frentes madeireiras procedentes destes estados foram ocupando as áreas do extremo sul da Bahia. Assim, grandes matas foram devastadas já que após a extração das madeiras de lei, as matas eram entregues ao lavradores para abertura de clareiras, a fogo, não se preocupando com as madeiras que para eles não tinha nenhum valor comercial.

A exploração extensiva da madeira fez com que, a medida que os recursos se esgotavam, os exploradores eram obrigados a deslocarem-se para áreas cada vez mais distantes das fontes de beneficiamento, que permaneciam nos estados de origem.

Com a abertura da rodovia BR-101, no trecho Salvador-Vitória - 1973 -, aumentou a facilidade de escoamento do produto, que até esta data era feito por mar, e em decorrência houve um acréscimo do número de serrarias na região.

Embora tenha havido um acréscimo de serrarias, o beneficiamento da madeira continuou sendo realizado em outros estados, o que quase nada traz de contribuição à economia regional. Dados da Secretaria da Fazenda para o ano de 1973 (Itabela - Distrito Industrial) informa que do total de 612 mil metros cúbicos de madeira extraída no Estado da Bahia, 78,7% a proximadamente, foram exportados, permanecendo no estado somente 21,3%.

Sendo a zona madeira uma área de grande extensão, acarreta dificuldades na fiscalização da atividade de extração, bem como de reflorestamento. Grandes empresas madeireiras, acreditando na dificuldade futura de obtenção da matéria prima, adquirem áreas de matas, mantendo-as como re

servas para futura exploração, sendo que no momento, a madeira é comprada de terceiros. Um exemplo típico deste fato, é a reserva florestal localizada ao sul. do Parque Nacional de Monte Pascoal, de propriedade da serra ria Brasil - Holanda.

O Governo, através de uma política fiscal, tem procurado controlar a grande exportação da madeira em toros, ao mesmo tempo que anuncia estímulos, através da redução de ICM, à expansão da exploração da madeira, visando a instalação, na região, de indústrias madeireiras que beneficiem o produto, otimizando o aproveitamento da matéria prima residual, através de sua industrialização, já que seu produto é garantido no mercado.

Outra atividade representativa do setor primário, é a cultura do cacau, que encontra na região, condições físicas favoráveis ao seu desenvolvimento e é estimulada pelas atividades da CEPLAC e do Banco do Brasil. Toda sua produção é vendida a firmas exportadoras, sob forma de amendoas, inexistindo qualquer indústria de beneficiamento na região. Excetuando a cultura do cacau, a agricultura da região é praticamente de subsistência.

A bovinocultura é explorada em todo território baiano, geralmente se processando para fins de corte, leiteiro, engorda e cria.

O Setor secundário gira praticamente em torno da industrialização da madeira, sendo que a importância do setor terciário reside no comércio da madeira, do gado.

Com a construção da rodovia BR 101, houve uma modificação na estrutura regional. Ao longo das margens desta estrada, surgiu em número significativo de povoador, em decorrência de serrarias localizadas em pontos estratégicos para o escoamento da madeira, oferecendo oportunidades de aproveitamento de mão obra.

Grande parte da população dos núcleos localizados no litoral migra para os povoados emergentes em busca de oportunidades de trabalho e melhoria de vida. Dentre estes povoados, destacam-se Itabela, Teixeira de Freitas e Monte Pascoal.

2.2.3. - Meios de Relação

O acesso ao Parque Nacional de Monte Pascoal é feito pela BR 101, a 479 km de Vitória e 690 km de Salvador. A partir deste ponto, percorre-se a BR 500, asfaltada e sinalizada, que irá até o portão de entrada do Parque, a 14 km da BR 101.

Ilhéus é a cidade mais próxima, 285 km, que possui aeroporto com vôos regulares diários para vários pontos do país. Porto Seguro não consta com linha regular de transporte aéreo, possuindo uma pista que permite a aterrizagem e decolagem de aviões de pequeno porte.

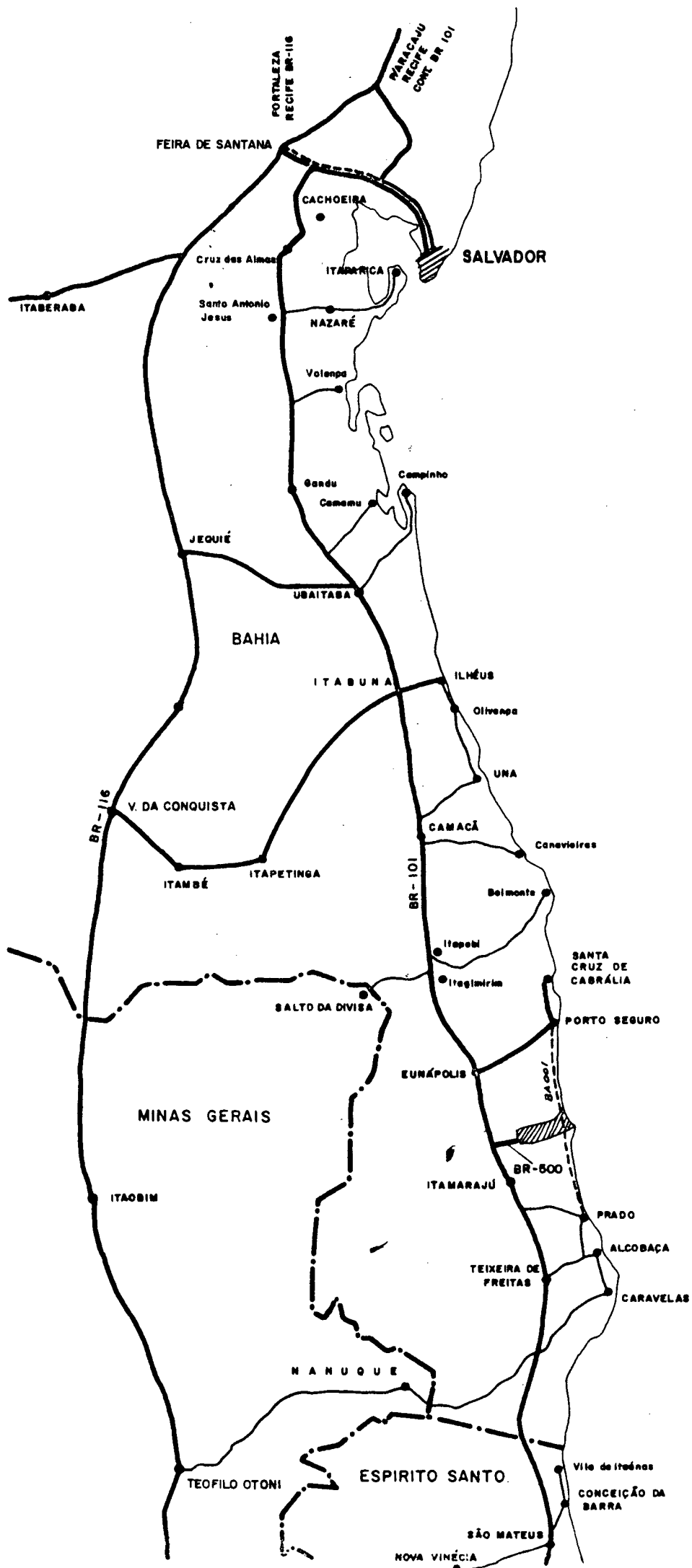
A cidade mais próxima do Parque é Itamarajú, a 35 km do mesmo.

Existe uma estrada projetada pelo DERBA - Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia - a BA 001, traçado ao longo da costa marítima o que inclui a área do Parque. Esta estrada ligará Caravelas à Santa Cruz de Cabrália, já estando encascalhado o trecho Alcobaça-Prado e pavimentado o trecho Porto Seguro - Santa Cruz de Cabrália. (Fig.).

Pode-se prever os prejuízos que causará ao Parque, se esta estrada for implantada conforme o projeto.

2.2.4. - Atividades de Recreio e Turismo

Por seu valor histórico e sua proximidade com Salvador e Vitória a cidade de Porto Seguro sempre foi uma atração turística, no entanto, por falta de melhor condições de acesso, era pouco visitada. A partir da inauguração da BR 101 em 1973, o fluxo de turistas aumentou vertiginosamente, sendo a maior demanda nos meses de julho e durante o verão. A principal atração da cidade é seu valor histórico destacando também quase 80 km de praias, que não sofreram grandes alterações.



OCEANO ATLÂNTICO

CONVENÇÕES

- RODOVIA PAVIMENTADA
- - - RODOVIA IMPLANTADA
- · · RODOVIA EM PROPOSTA
- · - · LIMITE DE ESTADO

Dentre os monumentos históricos existentes em Porto Seguro, destacam-se o Marco do Descobrimento, trazido em 1503 na expedição de Gonçalo Coelho; as ruínas da Igreja da Glória, a primeira igreja construída no Brasil, e a mais antiga "em pé", Igreja da Misericórdia, construída em 1526; construída por Pero de Campos Tourinho em 1535 e reconstruída em 1773 pelo ouvidor José Xavier Machado a Igreja N. S. da Penha que é a matriz da cidade, e abriga a mais antiga imagem do Brasil - a de São Francisco de Assis -, que veio na expedição de Gonçalo Coelho. Pode ser visto ainda a Igreja do Colégio junto às ruínas do primeiro colégio Jesuíta construído no Brasil.

A quase totalidade dos visitantes que chegam a Porto Seguro, inclui uma visita a Santa Cruz de Cabralia, localizada a 16 km, estando o maior interesse relacionado a Praia da Coroa Vermelha, local da primeira missa do Brasil.

Outras opções de lazer que a cidade oferece são os passeios de barco, e a possibilidade de conhecer o Arraial da Ajuda, que possui uma igreja construída pelos jesuítas em 1549/51, tendo um córrego no seu altar, cuja água, segundo lenda da região, é milagrosa, e tem curado milhares de fiéis. A festa do lugar é realizada todo ano a 15 de Agosto.

A infra-estrutura turística ainda é precária, dispondo a cidade, para atender a grande demanda, apenas um hotel de categoria simples e várias pousadas, além de uma área particular de camping.

Em Prado, no dia 20 de janeiro é realizada a mais tradicional festa da cidade, a Festa de São Sebastião, quando é revivida a Batalha Medieval entre mouros e cristãos.

2.3. - Valores Culturais

2.3.1. - História

A história da região onde está localizado o Parque Nacional de Monte Pascoal, é, até determinado momento coincidente com a história do Brasil. Foi nesta área que as caravelas sob o comando de Pedro Alvares Cabral aportaram e mantiveram aí os primeiros contatos com a nova terra.

Até o século XVI as vilas e povoados da região, em sua maioria, localizavam-se na faixa litorânea tendo como atividade econômica a pesca e a exploração do pau-brasil. Esta última despertava a cobiça dos estrangeiros e, a necessidade de defesa da terra descoberta, e de seu produto levou a criação de povoados onde o armazenamento de toros era feito para posterior embarque.

A capitania de Porto Seguro foi doada em 1535 e Pero de Campos Tourinho, que levantou na foz do Buranhém a Vila de Porto Seguro, construindo casas, fortes e capelas. Seguiu as normas portuguesas de implantação ou seja, posta em situação de fácil defesa contra os indígenas ou contra os inimigos vindos do mar. Em 1610 a Vila foi parcialmente destruída por um ataque indígena.

No século XVII a população litorânea passou a penetrar no interior da região seguindo os cursos fluviais e em suas margens passaram a ser desenvolvidas o cultivo de gêneros de subsistência e exploração de madeiras de lei. Esta penetração não foi capaz de gerar nenhum aglomerado humano importante com exceção do Arraial da Conquista que servia de apoio ao fluxo de gado bovino que ia das margens do Rio São Francisco ao litoral.

Com o advento do ciclo da cana de açúcar vários portugueses investiram a instalação de engenhos que com o ataque dos aimorés e sua exploração veio a fracassar restando apenas pequenos engenhos produtores de melado. Como a região não caracterizou com área açucareira, não foi integrada na área de desenvolvimento da Colônia.

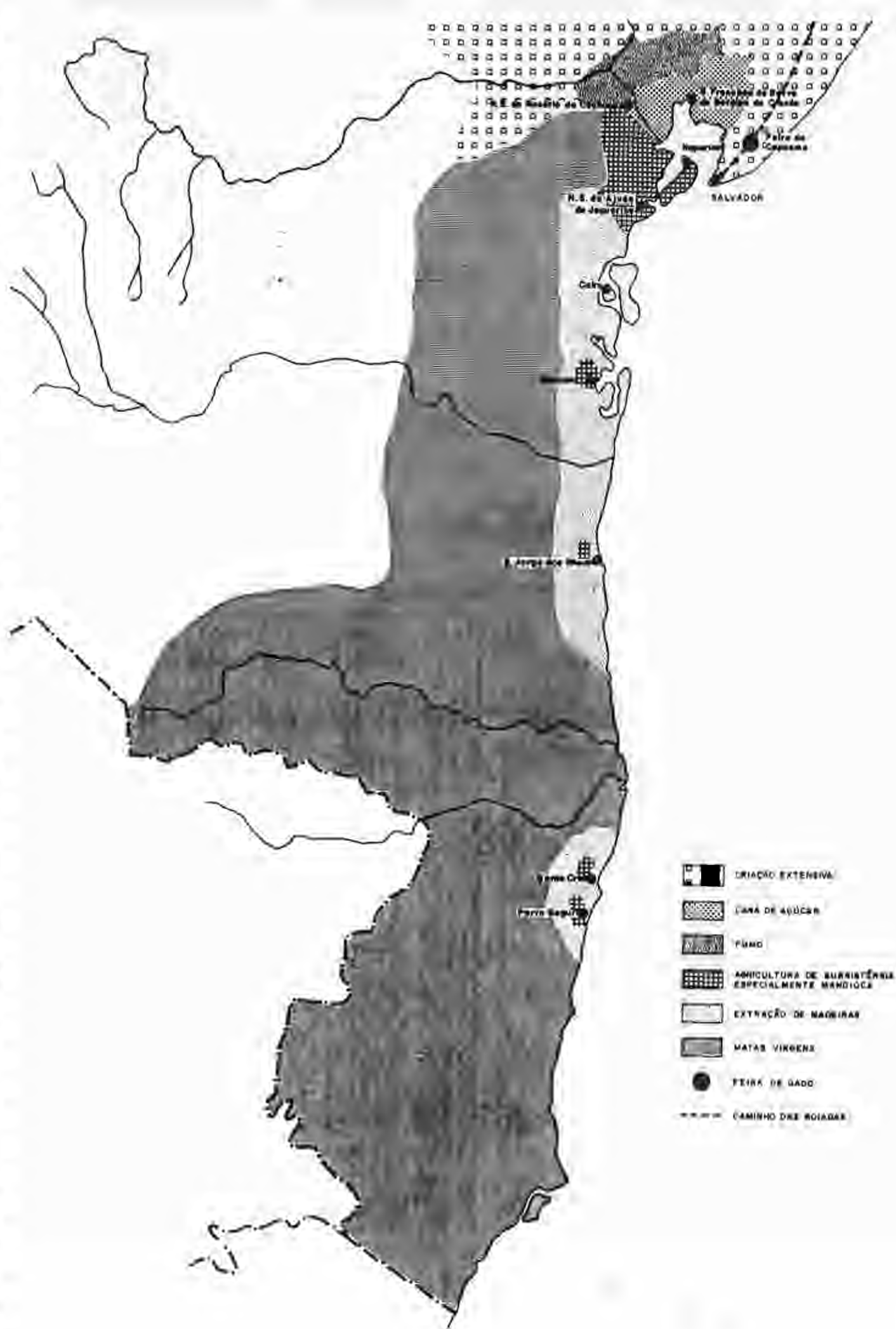
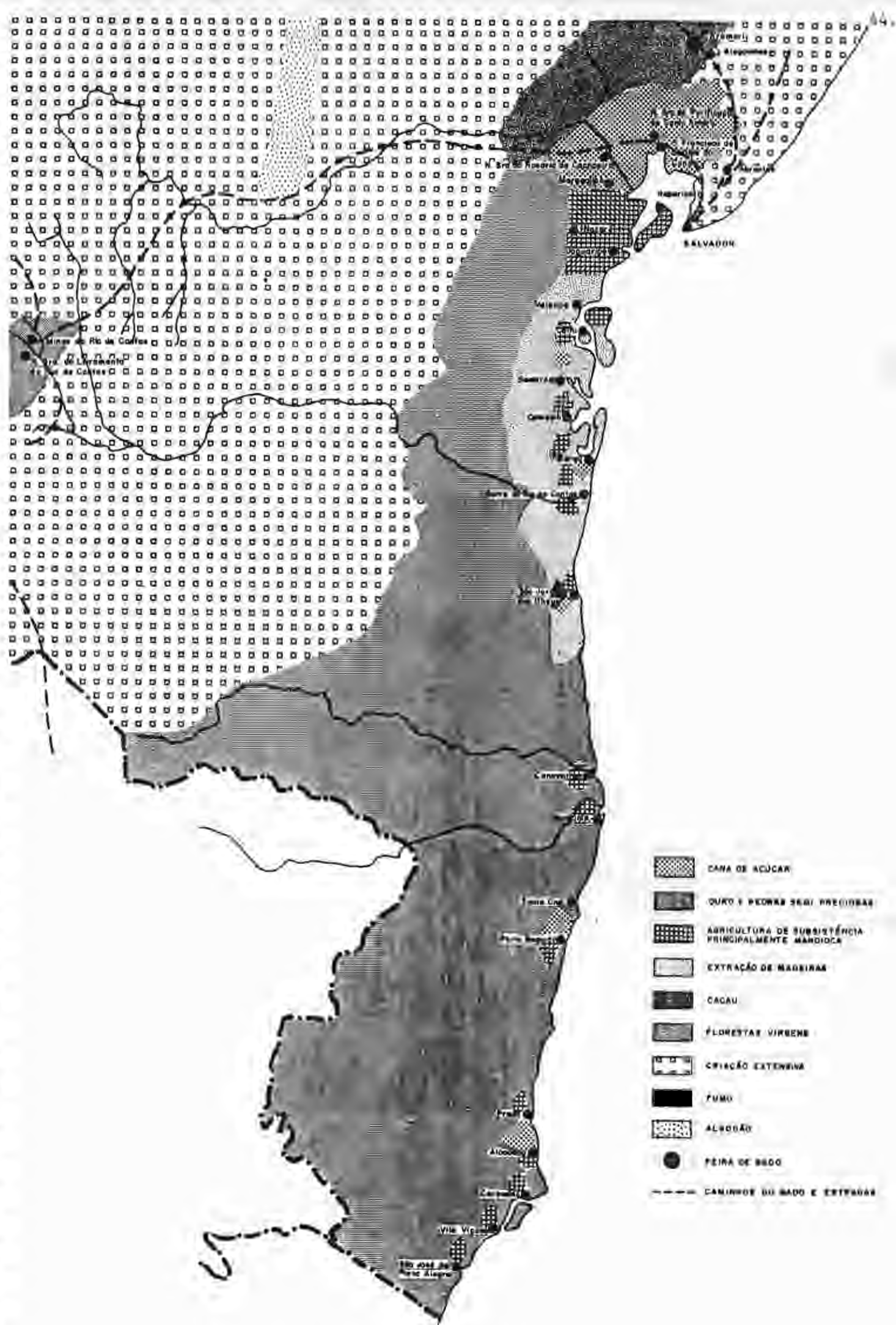


Fig. - BAHIA SÉCULO XVI E XVII



-  CANA DE AÇÚCAR
-  OURO E PEDRAS SEMI PRECIOSAS
-  AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA PRINCIPALMENTE MANDIOCA
-  EXTRAÇÃO DE MADEIRAS
-  CACAÚ
-  FLORESTAS VIRGENS
-  CRIAÇÃO EXTENSIVA
-  FUMO
-  ALGODÃO
-  FEIRA DE SÃO
-  CAMINHOS DO MAR E ESTRADAS

Fig. - BAHIA, SÉCULO XVII

O ciclo do ouro, que sucedeu ao do açúcar, pouco acrescentou a região em termos de integração, ou mesmo de ocupação de sua área não sobressaindo-se como fornecedora de animais de tração para trabalhar nas minas.

Até meados do século XIX o sul da Bahia apresentava como atividade econômica a policultura de subsistência, sobressaindo-se a mandioca, o arroz, o café e as atividades extrativas. Neste século foi introduzido ainda a cultura do cacau que no princípio não foi desenvolvido em grande escala.

"O Polígono de Desenvolvimento, durante quase todo o século XIX, apesar da crescente produção de cacau, e das tentativas com o café, quer nas colônias de imigrantes estrangeiros ou em outras iniciativas, não se mostrara, pelo menos até os anos 90, capaz de funcionar como polo atraente de contingentes humanos significativos, permanecendo a sua massa populacional bastante rala". CEPLAC 1975 - Vol. 8 - Pag. 11.

Durante a primeira metade de século XIX, a situação econômica de Porto Seguro melhora, já que surge uma nova atividade: a construção de embarcações. É neste período criada a cidade baixa, onde estavam concentradas as atividades pesqueiras, armazéns e casas comerciais, enquanto administração, monumentos religiosos e moradias das classes abastadas, permaneciam na cidade alta.

Em 30 de julho de 1891, pelo ato nº 499, a Vila de Porto Seguro foi elevada a categoria de cidade, sendo o município de Porto Seguro foi elevada a categoria de cidade, sendo o município de Porto Seguro criado em 1832.

"Apenas nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do XX, se tornou efetivo o fluxo migratório em direção ao sul do Estado. Isto ocorre quando o cacau passa a constituir um dos mais importantes e, depois, o principal produto de exportação da Bahia, em função da crescente procura e dos preços pagos pelos países consumidores". CEPLAC 1975 - Vol. 8 - Pág. 13.

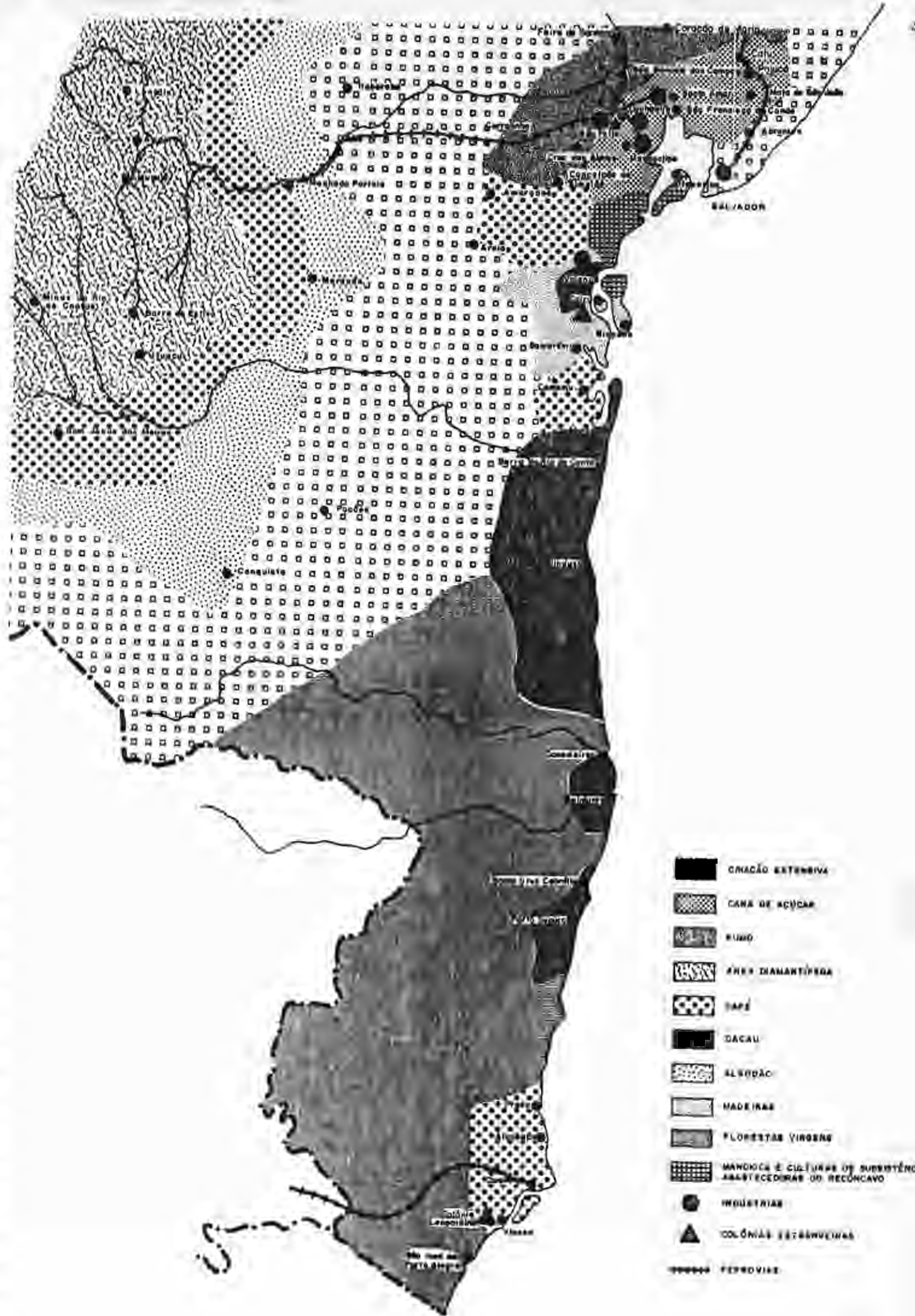


fig - BAHIA SÉCULO XIX

2.4. - Síntese

Primeira Proposta de Redelimitação

Com base nos dados analisados anteriormente, principalmente com relação ao item 2.2.2. Economia Regional - Uso do Solo, propõe-se a inclusão da reserva florestal pertencente a serraria Brasil - Holanda, situada ao sul do Parque Esta proposta justifica-se quando compara-se a área atual do Parque Nacional de Monte Pascoal com a área que em princípio constituía a floresta do sul da Bahia,

e pela razão de que a mesma encontra-se reservada para futura exploração.

CAPÍTULO II

ANÁLISE DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

1. - FATORES BIOFÍSICOS

1.1. - Fisiografia

1.1.1. - Drenagem

X Os rios da região ~~a ser estudada~~ possuem suas nascentes na encosta da Chapada Diamantina e do Espinhaço e se dirigem diretamente para o oceano. A drenagem está condicionada a aspectos tectônicos e litológicos com padrões dendríticos ou subretangulares que tornam esses rios com perfis bastante acidentados. Na área podemos distinguir dois rios importantes: Caraíva e Corumbaú que pertencem a pequena bacia do Mucuri que por sua vez faz parte da bacia do São Francisco em menor escala o Cemitério, tributário do rio Caraíva e Palmeiras do Corumbaú.

Esses rios possuem regime diversificado registrando no alto curso vazantes no Inverno - Primavera e no baixo curso, devido as chuvas abundantes de orla marítima, de maior incidência nos meses de abril e maio refletem enchentes em grande escala.

Outra característica importante desses rios é que cortam uma região relativamente plano e seu leito torna-se encaixado quando cortam os tabuleiros areníticos terciários. Na dependência da aproximação de mar, dos tabuleiros e das colinas, as baixadas alongam-se ou estreitam-se, formando "rios" colmatadas, com suas embocaduras afogadas.

1.1.2. - Topografia

A área do Parque Nacional de Monte Pascoal encontra-se sob a influência dos domínios morfoclimáticos do litoral oriental, caracteriza do por apresentar uma diversidade de acidentes, como: restingas, dunas, lagunas, mangues, tabuleiros de formação barreiras e colinas modeladas em rochas pré-cambrianas.

Decorrente disto, a área apresenta-se encravada em três tipos de relevo: ondulado, relevo suave ondulado e relevo praticamente plano.

O relevo ondulado ocupa uma pequena área a oeste, essencialmente integrada por uma pequena sequência de colinas arredondadas de modelado suave, com associações a uma topografia ondulada de topos concordantes.

A principal colina que esta unidade engloba é a razão da existência do Parque pelo seu aspecto histórico, denominado Monte Pascoal.

Representa também uma zona de transição entre o relevo de serras (forte ondulado) e os "tabuleiros".

O relevo suavemente ondulado, tabuleiro, ocupa grande porção da área sendo formas típicas do litoral nordeste do Brasil, constituindo uma topografia aplainada com cumes de topo plano de altitudes muito constantes em torno de 100 metros que descrevem gradativamente na direção do litoral e vale dos principais rios. São dissecados por vales de fundo chato e bordos escarpados, com desníveis médios em torno de 30 metros.

A passagem dos tabuleiros para a planície flúvio-marinha e aluvial (relevo praticamente plano) se faz de modo brusco, através de escarpamentos retilíneos. Os tabuleiros correspondem ao nível de erosão denominado superfície Paraguaçu.

A planície flúvio marinha e aluvial ocorre em pequenas áreas, sendo representada por cordões litorâneos, meios desenvolvidos no local denominado Ponta do Corumbau, afastando-se da costa para o interior, ao longo dos baixos cursos dos rios Corumbau e Caraíva.

X

1.2. - Climatologia

Não existindo nenhum posto ou estação meteorológico no Parque e num raio de 80 km que possa fornecer dados relativos ao clima do Parque Nacional de Monte Pascoal, foi utilizada a análise espacial da temperatura do Atlas climatológico do Estado da Bahia para, tentativamente, apresentar os seguintes resultados.

Em função da altitude, a temperatura média compensada estima para o ano de 1961/1970 varia de 24,2°C a 21°C entre as altitudes 0m e 500m (altitude do Monte Pascoal: 536m), enquanto as médias das mínimas estimadas e as médias das máximas estimadas variam de 20,6°C a 16,9°C e 30,3°C a 25,6°C.

Os meses mais quentes são os de janeiro e fevereiro e os meses quentes são os de julho e agosto, chegando a média mensal das máximas estimadas à 32,8°C (0m) em janeiro e a média mensal das mínimas estimadas a 13,2°C (500m) em agosto.

No que diz respeito aos outros elementos do clima, não se tem dados mais detalhados que aqueles apresentados no Capítulo I.

1.3. - Geologia e Geomorfologia

1.3.1. - Geologia

X A geo-ogia do Parque Nacional de Monte Pascoal está restrita a três litologias, onde seus contatos são facilmente identificados através das mudanças morfológicas do relevo existente na área.

A idade pré-cambriana está representada por rochas metamórficas gnaíssicas com variações de composição mineralógica apresentando em alguns locais, cordierita, plagioclásio, biotita, quartzo potássio-feldspato, granada. O melhor afloramento da região é o Monte Pascoal que com sua vegetação pouco densa deixa visualizar algumas estruturas.

O resto da área em que ocorre rochas cristalinas encontramos um manto decomposto, areno-argiloso e com vestígios de uma antiga rocha metamórfica, provavelmente gnaíssica com relíquias de estrutura e alguns veios -e quartzo. Morfológicamente as rochas gnaíssicas representam na área um relevo suavemente ondulado.

A idade terciária está representada por rochas sedimentares do Grupo Barreiras constituída na sua maioria por arenitos com colorações variadas e bastante ferruginosas e veios argilosos. Em alguns locais, principalmente aproximando-se da costa, vemos uma cobertura de areias quaternárias.

Morfológicamente, os arenitos terciários do Grupo Barreiras corresponde aos relevos suavemente planos, comumente denominados de tabuleiros.

A idade quaternária está representada pela planície fluvio-marinha constituída na sua essência por praias, aluviões e recifes de coral tipo barreira.

As rochas gnaíssicas possuem as seguintes características:

Características mesocópicas: rocha de coloração cinza escura foliada, granulação média, composta de quartzo, feldspato, biotita e granada.

Composição mineralógica:

Cordierita 32%, plagioclásio 22%, biotita 16%, quartzo 15%
k-feldspato 8%, granada 5% sillimanite 2%, opacos e zinão.

Observações:

Rocha mediamente granulada de textura subidioblástica foliada, com a foliação devida principalmente ao arranjo subparalelo das palhetas de mica. A cordierita se apresenta em grandes cristais, exhibe germinação polissintética e está parcialmente alterada para sericita; a sillimanite aparece em pequenos cristais geralmente inclusos nos grãos da cordierita; a biotita é avermelhada e está em parte, alterada para mica branca.

A rocha é do fácies do anfibolito, e deve ter sido derivada de uma , ou de um folhelho (um sedimento pelítico aluminoso).

1.3.2. - Geomorfologia

A geomorfologia da área do Parque Nacional de Monte Pascoal, as sim como de todo o Brasil oriental, foi definido por King. Nesse trabalho ficou demonstrado que estão presente quatro ciclos geomórficos, sendo o mais recente e o principal Paraguaçu, pós terciário. O ciclo Paraguaçu ' foi particularmente intenso na área, assim como em toda a região e des truiu grande parte das superfícies anteriores. Foram evidenciadas duas fases, a primeira representada por terraços elevados sobre os fundos dos atuais vales nivelados ou não, e que se prolongam para o interior, a ou tra relativa às cachoeiras que marcam o curso dos rios e os fenômenos de afogamentos no litoral, onde o mar avança em direção ao rio. A esse ciclo estão relacionados processos deposicionais aluvionares e os sedimentos ' costeiros.

Na região do PARNA de Monte Pascoal o relevo caracteriza-se pe los depósitos de praias às vezes com bancos de recifes, extensas planícies costeiras, falésias, tabuleiros de Formação Barreiras, colinas e pequenas serras orientadas no domínio das Tochas cristalinas.

X

1.4. - Solos

Na área do Parque Nacional de Monte Pascoal há ocorrência de dois tipos de solos: 1) solos com horizonte oxico (B latossólico) variação haplorthoxs tabuleiro e 2) solos pouco desenvolvidos, variação Quartzipsamento, areias costeiras.

Dentro dessas duas unidades principais pudemos verificar que os solos se comportam na sua maioria como arenosos-de coloração amarela das, textura mediana a argilosa, profundos, bem drenados, para os haplorthoxs - variação tabuleiro; e para os poucos desenvolvidos são sazonais não evoluídos, sem características desenvolvidas, predominando as herdadas do material formado. Os solos quartzipamentos variação areias costeiras, correspondem as areias de praia-marinhas arenosas e quartzosos, sem horizontes genéticos definidos, a não ser o horizonte Al, que, em alguns locais, apresentam um certo desenvolvimento em função da incorporação da matéria orgânica pela vegetação que se forma.

1.5. - Hidrologia

A abundância de nascentes na região e o escoamento da água subterrânea estão condicionados a diversos fatores que são: porosidade das rochas existentes determinada pela ocorrência de uma gama de estrutura, abundância de chuvas, principalmente na parte costeira e relevos relativamente planos. Devido a isso há necessidade de se realizar um estudo detalhado das nascentes, águas subterrâneas e o comportamento do lençol freático na área, que será levado a efeito no subprograma de investigação, programa de manejo do meio ambiente, deste Plano.

Ao longo do mar, e em algumas partes muito espaço dentro dele, hã grandes matas de mangues, uns direitos e delgados de que fazem estas cercas e caibros pera as casas, outros que dos ramos lhes descem as raizes ao lado e delas sobem outros, que depois de cima lançam outras raizes, e assi se vão continuando, de ramos a raizes, e de raizes a ramos, até occupar um grande espaço, que e coisa de admiracão.

(Frei Vicente de Salvador - 1564-1636 (?))

1.6. - Vegetação

A região Sul Baiana tornou-se nos últimos anos alvo de uma intensa exploração florestal isto por possuir abundantes essências de notável beleza, apreciadas internacionalmente para uso em mobiliário nobre. Como exemplo cita-se o jacarandá da Bahia ou jacarandá caviúna (*Dalbergia nigra* Fr. Allem) sendo hoje raros as espécimes com diâmetros comerciáveis encontrados ali. No Parque Nacional de Monte Pascoal podem ser encontrados espécies de rara beleza e grande valor econômico.

A maior parte do Parque Nacional de Monte Pascoal é coberta pela Mata Higrófila Sul Baiana, seguida por campos, Capoeira (aqui compreendida por vegetação secundária desenvolvida no lugar da mata higrófila), restinga e manguezais.

As seguintes descrições são baseadas em Soares e Ascoly (1970); Hueck (1972); Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira (1976); Zoneamento dos Distritos Florestais da Bahia (1977) e Zoneamento Ecológico da Região Nordeste para Experimentação Florestal (1977).

Mata Higrófila Sul Baiana

A mata Higrófila Sul Baiana muito se assemelha estrutural e fisiologicamente à Amazônia.

É formada por espécies latifoliadas com vários andares de vegetação densa e exuberante, sempre verde e com grande variedade de espécies. Desenvolve-se nas áreas remanescentes, principalmente em solos de tabuleiros com índices de precipitação variando de 1800 a 2.300 mm anuais. Apresenta estrutura pluri-estratificada, sendo o sub-bosque e o estrato arbóreo os mais altos, com árvores gigantes que frequentemente se salientam, com fuste cilíndrico e reto.

Dentre as árvores emergentes destacam-se: maçaranduba (*Manikara* spp.), jatobá (*Hymenaea* spp), angelim amargoso (*Andira vermifuga*, M.) e jacarandá (*Dalbergia nigra*).

O extrato arbustivo é denso predominando as Piperáceas e Rubiáceas o substrato herbáceo formado por numerosas Musaceas e Murantaceas.

Mais próximo ao mar uma plamae se faz notar: a piaçava (*Attalea funífera*), palmae de porte médio, cujas fibras são de grande importân -
cia econômica.

Em anexo encontra-se uma relação das árvores existentes nas fai -
xas inventariadas no Parque Nacional de Monte Pascoal.

Campos

São áreas onde predominam plantas herbáceas, sobretudo gramíneas e sub-arbustos, comumente estas comunidades herbáceas são muito variáveis, e ocorrem em solos pouco desenvolvidos de baixa fertilidade, geralmente arenosos e às vezes com drenagem deficiente resultando em campos alagados. Em geral apresentam topografia plana ou suave-ondulada.

Os campos são naturais ou em consequência da retirada da vegeta -
ção natural ou de queimadas sucessivas.

No Parque Nacional de Monte Pascoal existem alguns campos naturais como exemplo o "Campo do Boi", e outros resultantes do uso inadequado do solo. Os campos limpos são na sua maioria consequência da influência huma -
na.

Capoeira

Neste caso compreendida como vegetação secundária que se desenvol -
ve no lugar da mata higrófila.

O Parque possui áreas esparsas que outrora foram roçadas e queima -
das por índios e também posseiros para o cultivo de mandioca e cacau, áreas estas a abandonadas após breve exploração.

Estas capoeiras são formadas por árvores de pequeno diâmetro, in -
do desde a forma arbustiva até arbórea, sendo característica a presença da Embaúba (*Cecropia* spp.). As diversas espécies florestais encontradas nes -
tas matas, em sua maioria são de valor econômico desconhecido. Nas áreas de queimadas geralmente desenvolve uma espécie que devido aos seus rizomas ' -
profundos ricamente ramificados, é protegida, a samambaia (*Pteridim aquilinum*) uma Pteridófito que nestes locais forma comunidades muito den -
sas.

Restinga

A mata de restinga é uma formação vegetal do tipo edáfico. Fisiologicamente possui um aspecto verdejante, embora com árvores de pequeno diâmetro e fustes tartuosos. É grande a presença de Epífitas. Geralmente não possui árvores emergentes, sendo o substrato arbóreo denso e rico em ciperáceas, Bromeliáceas, Liliáceas e Delleniaceas. A forma herbácea-arbustiva possui comumente várias espécies da família Eriocaulácea e algumas palmas de pequeno porte. Associações de coqueiros (cocos nucífera) são frequentes próximos e ao longo da costa.

A forma arbórea na restinga parece obedecer a "cordões" de areia que mantêm um certo paralelismo com a costa que são alternados por depressões periodicamente inundáveis. Sendo que as áreas de ocorrência da restinga são na sua maioria de topografia plana.

Manguezais

Apresenta-se bastante homogêneo tanto sob o ponto de vista fisionômico como na sua composição florística, com um número de espécies muito restrito mas, formando associações muito densas. As árvores chegam a até 15 metros de altura, sendo o mangue em geral muito pobre em epífitas.

A forma arbórea é o estágio climax sendo comum a ocorrência de relativamente grandes áreas em estágio arbustivo e o sub-arbóreo. É típica a presença do mangue vermelho (*Rhizophora* sp) com suas raízes de sustentação, e a da Siriba ou Siriuba (*Avicennia* spp).

Os manguezais são uma associação vegetal do tipo edáfico, uma vez que sua ocorrência está condicionada a um tipo de solo.

Todas as espécies que ocorrem nos mangais são altamente adaptadas às condições ecológicas com marcantes características xerófitas, tais como o revestimento de cutina nas folhas. Algumas espécies comumente encontradas são: Mangue vermelho (*Rizophora mangle*), Siriba, siriuba (*Avicennia* spp) Mangue manso (*Laguncularia racemosa*) mangue branco (*Conocarpus erectus*).

1.7. - Fauna

A maior parte do Parque Nacional de Monte Pascoal, florestada, abriga uma fauna essencialmente dendrícola, isto é, uma fauna que apresenta adaptações à vida nas árvores.

Pode-se citar, entre outros, os papagaios (Psittacidae) providos de patas prensoras e os pássaros trepadores tais como os pica-paus (Picidae). Entre os mamíferos alguns marsupiais (Gên. Didelphis) apresentam patas posteriores prensoras e vários primatas, além de dedos oponíveis têm uma cauda preênsil (Gên. Cebus, Callithrix); as garras dos representantes da família Felidae (Gên. Felis,, as unhas hipertrofiadas e recurvas da preguiça (Gên. Bradypus) e as unhas aguçadas dos serelepes ou Caxinguelês (Gen. Guerlingueteus) são outros exemplos de tais adaptações à vida arborícola.

Levando em consideração a existência de outras formações tais como campos e capoeiras, restingas e manguezais pode-se supor que a fauna que encontrou abrigo no Parque apresenta uma riqueza e uma variedade muito grande; isto sem falar da fauna aquática, tanto de água doce como de água salgada.

Encontra-se em anexo "A fauna vertebrada do Parque Nacional de Monte Pascoal", (Ruschi, 1987). A lista (em anexo) de 176 espécies de aves observadas no Parque dá uma idéia, não tão somente das supostas riquezas e variedade, mas também do que precisa ser feito, primeiramente, para melhor conhecer a fauna do Parque.

As aves mencionadas por Pero Vaz de Caminha em sua conhecida carta a D.Manuel chamaram a atenção de Oliverio Pinto que, tentativamente, se propôs a determinar as espécies provavelmente observadas pelos companheiros de Cabral.

Comparando as "Notas sobre as aves mencionadas por Pero Vaz de Caminha" com a lista de aves observadas por Sick e Ridgely, nota-se espécies citadas nos dois trabalhos e outras não.

Entre os papagaioa (Pisttacidae) "uns verdes e outros pardos, grandes e pequenos, de maneira que me parece, que haverá nesta terra

muitos" os gêneros *Amazona* e *Pionus* figuram nos dois trabalhos enquanto "os papagaios vermelhos, muito grandes e formosos" provavelmente *Ara chloptera* "e dois verdes pequeninos" provavelmente *Fropus passerinus* não constam na lista das aves observadas por Sick e Ridgely.

Quanto aos papagaios pardos "é pergunta a que de todo não me parece possível responder" (Oliverio Pinto).

Outras espécies citadas nos dois trabalhos são *Columba speciosa* que Pinto considera como sendo provavelmente as "pombas seixas" mencionadas por Caminha e *Cacicus haemorrhous* considerado como sendo as "outras aves pretas, quase como pégas, senão quanto tinham o bico branco e os rabos curtos" chamado na linguagem do povo japû, guaxe ou japira.

Quanto às rolas, "alguns diziam, que viram rolas, mas eu não as ví", provavelmente do gênero *Columbigallina* não foram observadas por Sick e Ridgely.

1.8. - História dos Fogos

Durante a grande estiagem que assolou a região sul da Bahia no início do ano de 1973, vários focos de fogo surgiram dentro e fora da área do Parque.

Os primeiros, nas proximidades do aldeamento dos Pataxós, foram provocados pelo nefasto hábito da "queima de roças" sem o necessário cuidado, os segundos, nas proximidades do Monte Pascoal, também ocasionais, provocados pela inadvertência do grande número de operário empregados pela firma construtora da rodovia de acesso ao Parque.

Felizmente, os danos causados pelo fogo foram de pouca monta, devido à pronta intervenção dos funcionários do Parque, arregimentando os próprios índios Pataxós e trabalhadores rurais da região, utilizando-os no combate ao fogo e isolamento de áreas atacadas.

Tal seca excepcional pode vir a se repetir; deverão ser tomadas medidas preventivas de forma a não deixar o fogo ocasional pôr em pe rigo a integridade do Parque.

2. - FATORES SÓCIO-ECONÔMICOS

2.1. - Uso Atual do Solo

Na entrada do Parque, uma casa pré-fabricada, de madeira, funciona como recepção e administração. Partindo deste ponto existem caminhos, permitindo subido até o topo do Monte Pascoal, o outro acesso a antiga sede, chega até uma pequena clareira denominada Praça do Céu Azul. Deste local tem-se uma visão de quase toda extensão do Parque em direção ao mar, e do Monte Pascoal. No interior da mata, próxima a entrada, encontra-se uma rede de trilhas, remanescentes de antiga estradas.

Junto a antiga sede, hoje uma casa em ruínas, existe um campo de pouso abandonado, e uma residência de madeira pré-fabricada, em bom estado de conservação porém nunca utilizada.

A compra de uma área após a criação do Parque, levou uma propriedade de de aproximadamente 120 ha, ficar praticamente dentro da área, devido sua localização. Para atingir-se determinados pontos do Parque, é necessário passar por esta propriedade.

Um dos problemas atuais do Parque, é relacionado à fiscalização, já que o número de guardas é bastante reduzido não contando com meios de locomoção. Suas atividades estão divididas entre o controle do público visitante e a fiscalização restante da área. Apesar da falta de condições para o desenvolvimento destas atividades os guardas do Parque tem cumprido seu papel com extrema dedicação.

A única área que apresenta, com relação a ocupação humana, é junto ao litoral, pois aí situa-se a aldeia indígena Pataxó sob a jurisdição da FUNAI.

As informações referentes a área ocupada pelos Pataxó, foram integralmente extraídas de "Os Paraxó de Barra Velha" - Seus Subsistema Econômico", de Maria do Rosário G. de Carvalho, elaborado em 1977.

Ao ser concluído o referido trabalho, a população Paraxó, residente na área era de 599 hab., assim distribuídos; 401 hab. na Aldeia de Barra Velha e 198 hab. na área do Parque Nacional de Monte Pascoal. (...) "Embora as duas populações tendam a formar uma unidade, pois a sociedade Pataxó internamente organizada é resultado da ação concreta desses dois segmentos, o fato de serem espacialmente distintos, um localizado fronteiro ao mar e o outro mais para o interior, do mesmo modo que também distinta é a época da formação dos dois núcleos espaciais, sendo inclusive o último, ou seja aquele da área do Parque composta por uma população que aí se fixou mais recentemente, consideramos que tratá-los num primeiro momento em separado é o melhor procedimento, só ao final analisando o conjunto que eles compõem". (Pág. 113).

"Seis meses após a realização do recenseamento demográfico, a Aldeia apresentou um incremento da ordem de 15,71%, sendo 12,72% por migração e 2,99% por crescimento vegetativo; - (...) O incremento por migração, por outra parte,, fornece-nos um bom indicador da potencial capacidade de expansão da população étnica e socialmente Pataxó, ainda hoje em fase de reorganização, e da necessidade de se levar esse dado em conta do ponto de vista da disponibilidade de recursos econômicos e da própria limitação do fator de produção básico para o grupo, a terra, na proporção em que, crescentemente, novos membros venham a se reunir àqueles já fixados no local, hipótese que tende a ser confirmada, comparativamente, pelo maior grupamento de Pataxó entre os que migraram no período acima referido". (Pág. 117).

"O papel econômico fundamental do Pataxó, como produtor agrícola, é vital para a manutenção e reprodução do grupo, cuja dieta se compõe basicamente de carboidratos fornecidos pela farinha de mandioca. (...) Antes, pelo fato de já a produzir, pode ter nela um produto de troca que permite a obtenção de bens não produzidos por ele, mas indispensáveis". (Pág.185).

"O ciclo da agricultura inicia-se nos meses de junho a julho, época de poucas chuvas, que garante o sol necessário à secagem das árvores e galhos abatidos, para permitir a queima que antecede o plantio das roças.

(...) Contudo, podendo os meses citados serem considerados como os da abertura oficial do ciclo, isso não significa que necessariamente todos os produtores sigam o calendário, por força mesmo de certos fatores externos à regulação do ambiente natural.. (...) Assim, em certos casos, é possível abrir roças durante todo o ano, excetuando-se, para início do cultivo, apenas os meses de inverno rigoroso!" (pág. 189.

"A escolha do terreno é a primeira providência a ser tomada; procura-se a melhor terra, que garanta uma plantação viçosa e desenvolvida, que significará boa colheita e o retorno do dispêndio físico realizado. E a melhor terra é considerada aquela que tem mistura de areia com barro, que é macia e que pode ser revolvida. (...) Ao mesmo tempo buscam-se áreas menos ocupadas, e portanto com maior possibilidade de optar pelos terrenos mais férteis. Geralmente, a um primeiro produtor que se localiza em determinado núcleo, seguem-se vários outros, e dentro em pouco os melhores pontos estão ocupados, forçando a abertura de outras unidades pelo mesmo produtor, em núcleos diferentes e mesmo distantes do primeiro!" (Pag. 190).

O feijão, milho, batata, arroz, abóbora, melancia e abacaxi, cultivava-se em terrenos de tipos variados.

Após a escolha do terreno a "roçagem" é a primeira de uma série de operações. A "derrubada quando não se realiza junto à "roçagem" segue - a imediatamente. A queima tem lugar no momento em que a vegetação abatida encontra-se suficientemente seca para ser incinerada. "Após um lapso de três dias a uma semana após a "queima inicia-se a plantação, havendo só plantam depois que chove. (...) (Pág. 199).

"Os cultivos menores - maxixe, quiabo, cebola e fava - seguem aos considerados mais importantes no consumo das unidades de produção". (Pág. 209). A laranja - tangerina, o café e o fumo só merecem a atenção de um número reduzido de agricultores, e assim mesmo em pequena escala (Pág.210).

"Após quatro anos de utilização contínua abandona-se a "roça", para que possa regenerar-se a vegetação, devolvendo ao solo sua fertilidade. Nessa altura, o terreno já apresenta sinais de exaustão.. (...) Sendo necessário o pousio, geralmente de cinco a seis anos de duração.. (...) Muitas

vezes há, porém, em que antes da época regular ocorre o abandono das "rocas", devido principalmente a invasão de formigas. (...) (Pág. 237).

"A "criação" compreendendo animais de carga, galinhas e porcos, desempenha papel de fundamental importância no subsistema econômico Pataxó." (pág. 286).

"A pesca tem importância considerável na dieta pataxó, constituindo complemento básico dos produtos agrícolas". (Pág. 295).

"Ocupando uma área de 240 ha, o mangue representa 4,40% do espaço economicamente utilizável. A sua importância como fonte de proteína animal é grande, estando o grupo tradicionalmente ligado à coleta que ali realiza e que, em muitas oportunidades, tem garantido a sua sobrevivência. (...) Atualmente, já se observa uma apreciável independência de bastantes famílias em relação ao mangue, e muitos indivíduos nos declararam que há um tempo considerável para lá não se dirigiam. (...) (Pág. 339). A coleta principal e mais constante é a de caranguejo alimento essencial tanto quanto o peixe, embora também sejam capturados siris, ostras, conchas, guaiamus, aratus e búzios." (Pág. 343). A coleta de ouriço, polvo e lagostins é feita nos recifes fronteiros à praia, quando ficam descobertos.

"O campo, a restinga, o brejo e a mata são as partes do ambiente onde é realizada a coleta vegetal." (Pág. 353). Os principais frutos coletados são a mangaba, caju, "coco xandó", "murta", "armesca", "guaru", "cardo", "jabuticaba", "araçá", "piqui", entre outros. "A "piaçava", nativa dos campos e capoeiras, além do grande valor econômico que tem por causa da extração de suas fibras, oferece pequenos cocos largamente utilizados como alimento por adultos e crianças". (Pág. 356).

"A extração da piaçava, uma atividade quotidiana nos tempos mais difíceis que o grupo atravessou, é presentemente exercida com menor intensidade, embora não tenha perdido sua importância como mercadoria de grande valor de troca no mercado regional, que possibilita ao extrator a obtenção da moeda necessária à aquisição de bens industrializados" (Pág. 357).

"O comércio exercido através de "vendas" permanentes e organizadas num cômodo específico de certas moradias, é atividade muito recente na aldeia, datando seu início de, aproximadamente, dois anos atrás" (Pág. 363).

O artesanato é outra atividade desenvolvida hoje na aldeia.

A atual base física da FUNAI na área, consta de um alojamento, administração, escola, posto médico, almoxarifado com refrigeradores, centro comunitário, motor de luz, além de um campo de pouso em bom estado de conservação. Foi adquirido um barco de pesca e iniciados os trabalhos de demarcação para construção de um pequeno porto. Pretende-se desenvolver a agricultura mecanizada e implantar o saneamento básico na aldeia.

A pouca distância da praia, uma linha de telégrafo corta a área do Parque.

2.2. - Uso Atual da Área pelos Visitantes

A visitaçãõ do Parque baseia-se fundamentalmente no aspecto histórico do Monte Pascoal, motivo principal de interesse dos visitantes.

As opções de atividades oferecidas atualmente são bastante restritas. Consistem basicamente em duas ou seja, o caminho até a Praça Ceu Azul, roteiro feito na maioria das vezes de carro e por todos visitantes que ai permanecem o tempo necessário para uma visãõ do Monte e fotografã-lo, e a subido ao Monte Pascoal. Para subir até o topo do Monte e descer, são necessárias aproximadamente 2 horas e 30 minutos. Como este roteiro é feito com certa dificuldade pois existem trechos bastante íngrimes, e as pessoas normalmente estão de passagem, são poucos os visitantes que se dispõe a realizar este percurso. Do topo do Monte, quando existe bom tempo, tem-se visãõ de tãõda área do Parque, inclusive do mar.

Nãõ é oferecida infra-estrutura básica como sanitãrios e água potãvel. Assim, o visitante que nãõ se dispõe a subir o monte, permanece em média apenas 30 minutos na área, e suas solicitaçãõs sempre são no sentido de que o Parque ofereça condiçãõs mĩnimas para maior permanẽncia, e que haja maior diversidade de opçãõs de lazer. A rede de trilhas existentes, nãõ estã aberta ao pũblico.

A tendẽncia é de haver a cada ano um aumento significativo do nũmero de visitantes, em funçãõ do acelerado desenvolvimento do sul da Bahia, e do grande incentivo que as cidades histãricas da regiãõ vẽm recebendo.

2.3. - Caracterização dos Visitantes

A quase totalidade dos visitantes que chegam a área do Parque, são aquelas pessoas que, passando pela BR 101, são alertadas pela boa sinalização indicando o Parque Nacional de Monte Pascoal, e em função de sua proximidade, optam por visitá-lo; e por pessoas normalmente em meses de férias que transitarão pela BR 101, incluem uma entrada no Parque em seu roteiro de viagem. É quase insignificante o número de pessoas que vêm dos municípios vizinhos visitar o Parque periodicamente.

A maior frequência é de grupos familiares em férias, e os meses de julho, e dezembro e fevereiro são os que recebem maior número de visitantes.

Alguns ônibus de turismo procedentes tanto do Nordeste quanto do sul, incluem o Parque em seu roteiro, mas permanecem na área apenas o tempo suficiente para que se tenha uma visão geral da área e do Monte.

Com exceção dos ônibus especiais, todos visitantes chegam ao Parque de automóvel, pois devido a sua localização, 14 km da BR 101, não é possível a utilização de ônibus comercial para atingí-lo.

O principal motivo da visita, conhecer o Monte Pascoal, a falta de outras opções e de infra-estrutura básica, faz com que a grande maioria dos visitantes se desloquem até a área apenas uma vez, e aí permaneçam por um curto período.

VALORES CULTURAIS

3.1. - História

Senhor:

A partida de Belém, como Vossa Alteza sabe, foi, segunda feira, 9 de março. Sábado, 14 do dito mês, entre as oito e as nove horas, nos achamos entre as Canárias, mais perto da Grã Canária, onde andamos todo aquele dia em calma, à vista delas, obra de três a quatro léguas. E domingo, 22 do dito mês, às dez horas, pouco mais ou menos houvemos vista das Ilhas de Cabo Verde, ou melhor, da Ilha de S. Nicolau, segundo o dito de Pero Escolar, Piloto.

Na noite seguinte, segunda feira, ao amanhecer, se perdeu da frota Vasco de Ataíde com sua nau, sem haver tempo forte nem contrário para que tal acontecesse. Fez o capitão suas diligências para o achar, a uma e outra parte, mas não apareceu mais!

E assim seguimos nosso caminho, por este mar, de longo, até que, terça feira das Oitavas de Páscoa, que foram vinte e um dias de abril, estando da dita ilha obra de 660 ou 670 léguas, segundo os pilotos diziam, topamos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E, quarta-feira seguinte pela manhã topamos aves a que chamam furabuchos.

Neste dia, a horas da véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul d'ele; e de terra chã, com grande arvoredos: ao monte

alto o capitão pôs nome - o MONTE PASCOAL e
 à terra - a TERRA DA VERA CRUZ.

Mandou lançar o prumo. Acharam vin
te e cinco braças; e, ao sol pôsto, obra de
 seis lēguas de terra, surgimos âncoras, em
 dezenove braças - ancoragem limpa. Alĩ per-
 manecemos toda aquela noite. E à quinta fei
ra, pela manhã, fizemos vela e seguimos di
reitos à terra, indo os navios pequenos di-
ante, por dezassete, dezasseis, quinze, qua
torze, treze, doze, dez e nove braças, até
 meia lēgua da terra, onde todos lancãmos ân
coras em frente à bôca de um rio. E chegarã
 mos a esta ancoragem às dez horas pouco mais
 ou menos.

Dalĩ avistãmos homens que andavam
 pela praia, obra de sete ou oito, segundo
 disseram os navios pequenos, por chegarem
 primeiro.

Então lancãmos fora os batēis e
 esquifes; e vieram logo todos os capitães
 das naus a esta nau do capitão-mor, onde fa
laram entre si. E o capitão-mor, onde fa
laram entre si. E o capitão-mor, mandou em
 terra no batel a Nicolau Coelho para ver
 aquêle rio. E tanto que êle começou de ir
para lã, acudiram pela praia homens, quando
 aos dois, quando aos três, de maneira que,
 ao chegar o batel à bôca do rio, já alĩ ha
via dezoito ou vinte homens.

Eram pardos, todos nus, sem coisa
 alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas
 nãos traziam arcos com suas setas. Vinham
 todos rijamente sôbre o batel; e Nicolau
 Coelho lhes fez sinal que pousassem os ar-
 cos. E êles ou pousaram.

Alí não poude dēles haver fala, nem entendimento de proveito, por o mar quebrar na costa. Deu-lhes sōmente um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto. Um deles deu-lhe um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma capazinha pequena de penas vermelhas e pardas como de papagaio; e outro deu-lhe um ramal grande de continhas brancas, miudas, que querem parecer de aljaveira, as quais peças creio que o capitão manda a Vossa Alteza, e com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder haver dēles mais fala, por causa do mar.

Na noite seguinte ventou tanto sueste com chuvaceiros que fez caçar as naus, e especialmente a capitania. E sexta pela manhã, às oito horas, pouco mais ou menos, por conselho dos pilotos, mandou o Capitão levantar âncoras e fazer vela; e fomos ao longo da costa, com os batéis e esquifes amarrados à pôpa na direção do norte, para ver se achávamos alguma abrigada e bom pouso, onde nos demorássemos, para tomar água e lenha. Não que nos minguasse, mas por aquí nos acertar - mos.

"Carta de Pero Voz de Cominha"

3.3. Cultura Contemporânea

O SACRIFÍCIO DE YNAIÁ

Ynaiá é uma lenda de amor e abnegação. A Índia vivia feliz em Caraíva, localidade à margem do Atlântico. O Abaitara dos Aimorés era o seu irmão. Em princípios de 1503, surgiu atrás da fôz do Corumbau uma esquadra. Era a expedição de Gonçalo Coelho. Um saveiro aproximou-se, e os Aimorés deixaram cair por terra as flexas agressivas.

O navegador português conquistou a amizade dos silvícolas. Foi a desgraça de Ynaiá. A esquadra rumou para Porto Seguro, vencendo em horas o percurso.

A Índia deveria ser a Iracema, cantada por Alencar. Uma Índia com os olhos negros como o pescado. Apaixonou-se pelo homem branco. Foi o primeiro amor da mulher selvagem da terra de Santa Cruz pelo homem civilizado.

Um dia, Ynaiá fugiu da tribo e caminhou pelo litoral. Quando a selvagem atingiu Porto Seguro, as naus portuguesas já haviam regressado. O homem branco não compreendeu o amor da selvagem, e Ynaiá morreu apaixonada. Ela não podia amar um homem branco.

A romântica Ynaiá foi sepultada na Igreja de São Francisco, hoje reduzida a um montão de pedras que resistem a impetuosidade das águas do Atlântico.

O abaitara, chefe dos Aimorés, vingou a morte de sua irmã, a apaixonada Ynaiá. Mandou destruir o povoado de Santo Amaro. Somente a imagem de Nossa Senhora d'Ajuda escapou a fúria do chefe indígena. A santa foi retirada do povoado dos colonizadores portugueses e conduzida para Porto Seguro, onde ficou guardada num arraial. Apareceram os jesuítas, e constituíram uma igreja, nela colocando a santa. É a igreja de Nossa Senhora d'Ajuda.

"Extraído de "Sob os Céus de Porto Seguro"
Diretoria de Cultura e Divulgação do Estado da Bahia.
Bahia Imprensa Oficial do Estado. - 1940.

to a margem sul seria dominada pelos Botocudos, temidos pelas outras tribos. Observa ainda que as florestas do mucuri eram também habitadas pelos Parachós e que sô acidentalmente os Botocudos as atravessavam.

Com base nos documentos analisados, Carvalho conclui que "Chega-se a necessidade de reconhecer dois grandes grupamentos Pataxô, uso entre o São Mateus e o Rio de Santa Cruz Cabrália, e o outro, entre o Rio de Contas e o Pardo, sendo, ambos, classificados como Tapuias pelo sábio alemão".

O Príncipe encontrou os Pataxô na Vila do Prado em 1816. Estes estariam em contato amigável com os habitantes do Prado desde 1813, através da mediação dos Maxakali, que a mais tempo se mantinham em convívio pacífico. É plausível a hipótese que o contato do grupo tenha sido feita de forma não simultânea e sim distinta de bando para bando.

Poderia ser estabelecido como termo de início de contato dos Pataxô meridionais - deles fazem parte, provavelmente, os atuais Pataxô de Barra Velha - os fins do século XVIII, ou os inícios do século XIX.

"... Graças a um outro ofício do Diretor Geral dos Índios dirigido a Ministro e Secretário do Estado dos Negócios do Império, Visconde de Mont'Alegre, apresentando a relação das aldeias da província, fica-se sabendo que ainda em 1851 havia na vila do Prado "hordas de indígenas bravos, que algumas vezes tem saído com ânimo de fazerem hostilidades, e raras vezes saem sem fazer mal". É que não há, nesse documento, qualquer referência a aldeia de Índios no local onde está situada Barra Velha atualmente, como também não parecia haver em 1816, se levarmos em consideração que nessa época a foz do Corumbau era em frente do local onde hoje se localiza a aldeia, como veremos adiante, e que tendo passado por a Wied - Neuwied, nenhuma menção faz à presença de Índios, afirmando que as margens do Corumbau "eram somente frequentadas no momento, por graças, alguns maçaricos e gaivotas (Larus), já que os Aimorês, ou Botocudos tinham expulsados os habitantes com os seus feros ataques". Mais adiante, porém, no vilarejo de Cramimõa (hoje Caraiva), recebeu

dos índios locais notícias dos Pataxó que viveriam nas florestas vizinhas, aonde os primeiros iam buscar os arcos e flechas que utilizavam nas caçadas trocando-as por facas".

Em 1844 há um requerimento dos habitantes da Vila do Prado ao Presidente da Província, solicitando providências contra "os selvagens indígenas, que ora assaltando inesperadamente as roças tem não só devastado as plantações, como barbaramente arrancado a vida aqueles que de súbito encontram..." Por ter sido solicitado um destacamento de pelo menos trinta praças, foi enviado um destacamento da Guarda Nacional da Bahia. Em 1851, o Diretor Geral dos Índios dá conta da situação das missões do Prado e Mucuri, informando que os indígenas selvagens saem das matas mais de uma vez por ano as vezes fazendo hostilidades.

O subdelegado da Província do Prado, em ofício ao Diretor Geral dos Índios, datado de fevereiro de 1857, registra que o Reverendo Prefeito dos Missionários Capuchinhos e mais outro sacerdote haviam se dirigido para o Prado e daí para um sítio denominado Lage, de onde voltaram sem ver os índios "pois que estes cansados de esperarem, foram para as matas onde tem suas roças e até hoje não tem aparecido". Carvalho observa que "Nota-se assim que tais índios já eram agricultores, mantendo roças nas matas de Prado".

Em 1861, o Presidente da Província Antônio da Costa Pinto, falando a Assembléia Provincial, trata da criação de uma aldeia de índios no rio Corumbau, e informa que em torno da Vila do Prado "há centenas de famílias, ora nas brenhas, e ora na referida vila, sem caráter hostil é verdade mas persistente em seus costumes selváticos. Estes índios vão pescar constantemente no rio-Corumbau - em cujas margens armam ranchos, onde moram, até que terminada a pesca e a salga, se retiram para as matas".

"A 25 de abril do mesmo ano o Diretor Geral dos Índios dirige-se ao Presidente da Província concordando com a opinião do Vigário Capitular quanto ao estabelecimento de uma aldeia às margens do Corumbau..." Despachado para o Delegado Diretor Geral das Terras, o ofício tem parecer favorável, dizendo "que se funde a aldeia de índios conforme opina o respectivo Diretor".

Carvalho observa que "se ligarmos a resolução de criar essa aldeia às margens do Corumbau do requerimento dos fazendeiros moradores na vila do Prado (MS3), se não como fator determinante, pelo menos como provocador, já teremos exemplo bem ilustrativo da competição econômica entre índios e nacionais..."

"Quanto a criação da aldeia perto do Corumbau, afirmava o Presidente da Província Antonio da Costa Pinto que: "as terras aí são fertilíssimas e tem proporções para grandes fazendas, mormente para criação de gado Um padre, pois, que saiba com doçura encaminhar para a verdade os espíritos desta gente... será suficiente para tirá-los da vida que têm vivido, abrindo-lhes os tesouros da civilização".

Tudo faz crer que a aldeia planejada para ser estabelecida às margens do Corumbau seja a atual aldeia de Barra Velha. Agostinho já levantara essa hipótese, comparando a carta nº 1200 da Diretoria de Hidrografia e Navegação, publicada em 1943 e corrigida em 1963, com a mesma carta dirigida até 1971, e constatando que: "a foz do Corumbau parece ter sofrido considerável deslocamento para o sul, o que, nessa zona costeira ocupada por extensos cordões litorâneos, não se afigura impossível... (pois) na carta cuja correção vai até 1963, o Rio Corumbau deságua muito próximo do sítio hoje ocupado pela povoação: é cabível imaginar que essa proximidade e o posterior deslocamento da foz justifiquem o próprio nome da aldeia, Barra Velha".

Se Agostinho colocara isso em termos de hipótese, podemos hoje afirmar, baseada em depoimento dos índios e na descrição da costa pelo Capitão -

-mor de Porto Seguro em 1805 (Castro e Almeida 1918:241), que a foz do Corumbau era frente do sítio onde se localiza a aldeia, tendo-se posteriormente deslocado mais para o sul, o que realmente justifica a denominação da aldeia como Barra Velha. Assim sendo, não parece estar muita dúvida quanto ao fato de ser a atual aldeia - Barra Velha a mesma criada em 1861 para reunir os índios que viviam em volta da vila de Prado. Resta porém precisar a identidade étnica desses índios, sem deixar margem a qualquer dúvidas...".

A última notícia que se dispõe sobre a presença de pataxós em torno de Prado é de 1857, ou seja, antes do estabelecimento da aldeia ou do projeto de sua criação.

"Em 1892, ou seja, trinta e um anos depois do provável estabelecimento da aldeia às margens do Corumbau, há uma referência explícita à Barra Velha... Viana (1892:556) cita os "arraiais de Itaquena, Caraivamenvan, os mais florescentes, e Cachoeira S. Simão e Barra Velha, perto de Caraivamenvan". Conclui-se, assim, que por essa época já se dera o deslocamento da foz do rio Corumbau, passando a aldeia a chamar-se pelo nome atual.

Em 1939 uma esquadilha realizou um vôo a Porto Seguro, sob o comando do Almirante Gago Coutinho, e esteve na aldeia de Barra Velha.

"Deixamos a aldeia de Barra Velha às primeiras horas da madrugada. É desolador o aspecto de miséria do povoado onde passamos a primeira noite... Temos visto caboclos inteiramente abandonados. Caboclos doentes e analfabetos. Na aldeia Barra Velha, encontramos uma pequena população descendentes dos Tupiniquins. Todo mundo é doente uns atacados pelo impaludismo, outros pela verminose..."

Nota-se, assim, que a aldeia se encontra em franca decadência e que a população se achava muito pouco integrada ao subsistema imediatamente mais amplo. "Os caboclos que são descendentes dos Tupiniquins, são indolentes. Vivem da caça

e raramente atiram suas redes ao mar, que dista quatro quilômetros da aldeia".

Até essa época Barra Velha parecia inteiramente desconhecida e isolada do sistema mais amplo, não vindo a público a sua existência nem quando da criação do Parque Nacional de Monte Pascoal, que uma comissão encarregada pelo Presidente da República resolvera instalar para "determinar o ponto exato do descobrimento do Brasil". Essa Comissão, presidida pelo então ministro Bernardino José de Souza estava, na época da viagem de Gago Coutinho, em Trabalhos na área.

Só em 1951, chega ao conhecimento do público a existência da Aldeia de Barra Velha, figurando seu nome nos noticiários dos jornais em função de um movimento de sublevação em que se viram envolvidos os Pataxó. De motivações ainda muito pouco claras, transformou os até então ignorados Pataxó em "facínoras" e "bandoleiros" para o veemente noticiário, tendo provocado uma forte reação policial que, além de danos físicos, provocou a desorganização do pequeno grupo, até então absolutamente inofensivo. Debelada em tempo breve, a "revolta dos caboclos de Porto Seguro" (A tarde, 30-5-51) revelou a existência de pessoas em "lastimável estado de miséria, todos passando fome e alguns doentes" (ibidem), que teriam sido insuflados por dois indivíduos que o "capitão" da época conhecera no Rio de Janeiro, e que teriam prometido dirigir-se à aldeia para realizar a medição de suas terras. Tal aconteceu, quando pretextando ser isso necessário para a consecução de seus objetivos, indispueram os Índios contra as populações nacionais vizinhas, conseguindo conduzi-los até a povoação de Corumbau onde teve lugar um assalto a um comerciante, o que desencadeou a repressão policial... Da repressão resultou a morte de dois líderes brancos e a prisão do "capitão", tendo sido feitos "dez prisioneiros inclusive homens e mulheres" (A Tarde, 1.6.1951).

A rebelião terminou como começara, desorganizada e sem condições de resistência por parte dos sublevados - "a aldeia fora atacada de madrugada e em menos de uma hora ocupada" (A Tarde 11.6.51); caboclos foram mortos sem que os jornais soubessem precisar o número e a aldeia incendiada pelo destacamento policial, pro-

vocando a debandada de crianças e adultos e a dispersão forçada do grupo.

(...) Dessa forma, há um desconhecimento geral pela literatura especializada, da existência de um grupo indígena que se auto-identifica como Pataxô, vivendo nos limites meridionais de Porto Seguro. (...) isto implica em considerarmos que, se não fora o movimento de 1951, talvez ainda hoje a sua existência fosse ignorada, continuando a ser considerado um grupo "EXTINTO"

4 . - SÍNTESE

4.1. - Principais Ecossistemas

São representados no Parque os ecossistemas de transição entre o litoral e a floresta pluvial como por exemplo: restinga, manguezal e campo, além dos ecossistemas aquáticos de água doce e de água sal gada.

Ocorrem também em manchas, ecossistemas alterados pelo homem, tais como campos e capoeiras. (Fig.).

4.2. - Qualidade Paisagística

A maior parte do Parque encontra-se inalterada com exceção da área ocupada pelos Pataxós que nos últimos anos vem se dispersando da praia para o interior, desmatando e queimando áreas para implantação de roças, já tendo atingido o local denominado "Campo de Boi". Foram observados alguns desmatamentos junto à confluência dos rios Caraíva e Cemitério.

4.3. - Declaração de Significância

A importância histórica do Parque decorre do fato de situar-se nesta área o Monte Pascoal razão principal de sua criação. A definição de seus limites, permitiu incluir numa única área três fases geomorfológicas distintas do Ciclo Paraguaçu, um dos fatores que contribuiu para ocorrência de formações de transição entre os ecossistemas do litoral e da floresta pluvial dos tabuleiros terciários.

A importância do Parque deve-se ainda ao fato de ser possível a preservação de uma das últimas amostras de "Uma disjunção da floresta hileiana de terra firme na Província Atlântica" (Rizzini 1963), dentro da região definida como "madeira" no sul da Bahia.

CAPÍTULO III

MANEJO E DESENVOLVIMENTO

1. - OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE MANEJO DA ÁREA

- Conservar uma amostra representativa dos ecossistemas de transi-
ção entre o litoral e a floresta pluvial dos tabuleiros terciá-
rios.
- Conservar em estado natural o Monte Pascoal.
- Conservar os recursos genéticos.
- Administrar serviços recreativos compatíveis com os demais ob-
jetivos do Parque.
- Possibilitar e fomentar atividades de educação e investigação
que sejam compatíveis com os objetivos do Parque.

2. PROPOSTA DEFINITIVA DOS NOVOS LIMITES

A área que se propõe como definitiva para o Parque Nacional de Monte Pascoal, compreende basicamente de:

a) Ampliação do limite norte até a estrada que margeia o rio Cemitério indo até a confluência deste, com o rio Caraíva.

- Justifica-se tal inclusão pelo fato dos citados rios pertencerem ao Parque, e que sua fiscalização é quase impossível pela sua margem esquerda, cortada por diversos riachos em quase toda sua extensão, e a estrada já existente próximo a sua margem direita, possibilita melhor deslocamento dos guardas. O rio Cemitério é bastante estreito para ser considerado um bom limite e a área proposta funcionará como área "tampão" para a Zona Intangível.

Acredita-se que não haverá grandes problemas para aquisição da citada área, já que esta constitui-se de uma faixa de terra bastante íngreme e não é utilizada para cultivo.

b) Ampliação do limite sul, incluindo a reserva florestal do Brasil-Holanda.

Por ser a área proposta uma das poucas amostras de floresta dos tabuleiros terciários no sul da Bahia;

Por encontrar-se reservada para futura exploração;

Por considerar-se o tamanho relativo do Parque em comparação com áreas anteriormente cobertas por florestas nativas; justifica-se esta proposta de ampliação.

c) Definição dos limites da área ocupada pelos Pataxó, a nordeste do Parque.

A proposta de desvinculação da área justifica-se por ser incompatível com os objetivos do Parque a presença do índio, haja visto que a legislação da FUNAI que trata das terras indígenas, permite que os recursos naturais aí existentes sejam explorados.

d) Ampliação do limite sudeste.

Pelo fato de se haver desvinculado a terra ocupada pelos índios, o limite com o mar será reduzido. É necessário que o Parque continue a apresentar amostra dos ecossistemas de transição entre a floresta dos tabuleiros terciários e o mar, e para que isto ocorra de forma mais significativa, é necessário que seja compensada a área perdida.

e) Inclusão de uma faixa de 1 km de mar, abrangendo os recifes aí existentes.

3. ZONEAMENTO

3.1. - Zona de Uso Intensivo

Definição:- consiste de áreas naturais ou alteradas pelo homem. Contêm paisagens únicas, recursos que possam servir às atividades recreacionais, relativamente concentradas, com facilidades de trânsito e de assistência ao público. O ambiente é mantido o mais natural possível. Deve conter centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços.

Objetivo Geral

O objetivo geral de manejo é de facilitar a educação ambiental e recreação intensiva de tal maneira que se harmonize com o meio ambiente natural, e cause menor impacto negativo possível.

Descrição:

Encontra-se localizada na parte oeste do Parque a 1,8 km da entrada, numa clareira denominada Praça do Céu Azul da qual se tem uma visão do Monte e de grande parte do Parque. Limita-se com as zonas Primitiva e de Uso Extensivo.

Objetivos Específicos

- Proporcionar a orientação básica e a educação ambiental através de Centro de Visitantes.
- Proporcionar o descanso em área tratada para este fim.
- Dar infra-estrutura básica que possibilita o desenvolvimento das atividades educacionais e recreacionais.

Normas

- Será permitida a visitação pública em geral.
- Será permitido o uso de veículo motorizado.
- Não serão permitidas atividades recreativas em conflitos com os objetivos do Parque.
- As estradas serão pavimentadas de forma a não permitir altas velocidades.
- Os estacionamentos receberão o mesmo tipo de pavimentação.
- As construções consistirão do mínimo básico necessário para conduzir

- os programas de manejo. Seus projetos e materiais deverão harmonizar-se com o ambiente natural. O gabarito permitido, será de um pavimento.
- A área de descanso deverá ser guarnecida com latas de lixo.
 - Resíduos sólidos serão removidos para a zona de Uso Especial em áreas previamente designadas para seu enterramento.
 - As atividades comerciais serão restritas àquelas de uma lanchonete com exceção de bebida alcóolica; e publicações.
 - As investigações científicas de fenômenos naturais, culturais e sociológicas, deverão ser previamente autorizados.

3.2. - Zona de Uso Extensivo

Definição:

Consiste principalmente de áreas naturais, mas pode conter áreas com alguma alteração humana. Engloba paisagens típicas e amostras significativas de aspectos e topografia do Parque. É suficientemente resistente para permitir estradas e poucas facilidades educativas e recreacionais em escala extensiva. É uma zona de transição entre as zonas de Uso Intensivo e de Uso Primitivo.

Objetivo Geral:

O objetivo geral de manejo é o de manter um ambiente natural com o mínimo impacto humano embora ao mesmo tempo facilitando acesso ao público e proporcionando condições para atividades educacionais e recreativas sem grandes concentrações de visitantes.

Descrição:

Esta zona situa-se a noroeste do Parque e limita-se com as zonas de Uso Intensivo, Uso Especial, Uso Primitivo e Intangível.

Objetivos Específicos:

- Compatibilizar a proteção com o uso público permitido nesta zona.
- Oferecer condições para atividades de recreação e educação ambiental.

- Permitir e fomentar pesquisa científica compatíveis com os demais objetivos do Parque.
- Permitir o acesso de visitantes ao Parque.

Normas:

- Será permitida a visitação pública sem grande concentração.
- Só será permitido o trânsito de veículos no circuito da entrada até a Praça do Céu Azul.
- Será permitida a abertura de trilhas interpretativas que deverão conter sinalização, mesas para piquenique e lixeiras em lugares pré-determinados.
- As pesquisas deverão ser previamente autorizadas.
- A estrada de acesso deverá ser pavimentada de forma a não permitir altas velocidades.
- O estacionamento receberá a mesma pavimentação da estrada.
- O lixo será removido para a Zona de Uso Especial em áreas previamente designadas para seu enterramento.
- As atividades recreativas serão restritas ao passeio pelas trilhas e piquenique.

3.3. - Zona de Uso Primitivo

Definição:

Esta zona consiste de áreas naturais onde a intervenção humana tenha sido pequena ou mínima. Pode conter ecossistemas únicos, espécies da flora e fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico, que podem tolerar ocasionalmente o uso limitado do público, especificamente excluídos veículos motorizados.

Objetivo Geral:

O objetivo geral de manejo é preservar os ecossistemas naturais e os recursos genéticos embora possa ser permitido o uso científico autorizado, educação ambiental e recreação primitiva.

Descrição:

Esta zona abrange duas áreas, sendo que a primeira está situada no sudoeste do Parque, circundada pelas Zonas de Uso Intensivo, Uso Especial, e Uso Especial e Intangível, estando em seu interior a Zona Histórica Cultural. A segunda área está situada na faixa litorânea abrangendo uma faixa de mar de 1 km, acompanhando o litoral dentro dos limites propostos. Sua área limita-se com a zona de Uso Especial.

Objetivos Específicos:

- Oferecer proteção a Zona Histórico-Cultural do Monte Pascoal.
- Permitir a recreação primitiva na zona de floresta e na zona costeira.
- Permitir a pesquisa científica relacionada com aspectos característicos desta Zona.

Normas:

- Uso Público limitado.
- Não é permitido o uso de veículos motorizados.
- As pesquisas deverão ser devidamente autorizadas
- Construções não são permitidas e com exceção de algumas trilhas rústicas para passeio, uso da administração e uso científico.
- Uma sinalização sumária será autorizada.

3.4. - Zona Histórico-CulturalDefinição:

V - Zona Histórico-Cultural - São áreas onde manifestações históricas e culturais ou arqueológicas são encontradas e serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público. Servem à pesquisa, educação e uso científico.

Objetivo Geral:

O objetivo geral de manejo é proteger um elemento histórico em seu estado natural.

Descrição:

Esta zona define-se pela cota 170 até a rota 586 do Monte Pascoal. Situa-se a sudoeste do Parque estando circundada pela Zona Primitiva.

Objetivos Específicos:

- Proteger o Monte Pascoal
- Proporcionar atividades de recreação e interpretação, educação e uso científico.

Normas:

- Uso público limitado com visitaçãõ exclusivamente acompanhada de funcionário do Parque.
- Não é permitido o uso de veículos motorizados.
- As pesquisas deverão ser devidamente autorizadas.
- Construções são proibidas.
- As únicas infra-estruturas permitidas serão a recuperação da trilha de acesso já existentes, inclusive com colocação de corrimão nos lugares mais íngremes e recursos básicos para interpretação.

3.5. - Zona de Uso Especial

Definição:

Pertencem a esta zona as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços do Parque Nacional, abrangendo habitações, oficinas e outros. Estas áreas são escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com seu caráter natural e devem localizar-se, sempre que possível, na periferia do Parque Nacional.

Objetivo Geral:

O objetivo geral de manejo é de minimizar o impacto no ambiente, eliminando as atividades e estruturas não relacionadas com o Parque.

Descrição:

Esta zona consiste de uma faixa que circunda toda a extensão do Parque, sendo que no limite leste coincide com a linha de telégrafo, separando a Zona Primitiva da Zona de Recuperação. No limite oeste corresponde à área da antiga sede e campo de pouso, bem como das terras a serem adquiridas em prioridade. Ao norte acompanha a margem esquerda do Rio Cemitério e Caraíva, até o limite com a reserva indígena, contornando-a.

Objetivos Específicos:

- Possibilitar a fiscalização e proteção
- Permitir as atividades de administração
- Prover facilidades para visitantes oficiais e pesquisadores
- Permitir acesso por via aérea.

Normas:

- A faixa que contorna o Parque será um roçado de 3 metros de largura, sendo que no limite com a reserva indígena será um aceiro de 5 metros de largura. A faixa e o aceiro serão utilizadas pela fiscalização.
- As guaritas de fiscalização, estrutura administrativa e apoio para técnicos estarão situadas nesta Zona.
- As construções deverão ser localizadas nas áreas já degradadas.
- Os detritos e lixos deverão ser enterrados nesta Zona.
- As estradas de acesso já existentes serão reservadas para uso específico desta Zona.
- As águas servidas não poderão ser eliminadas nos rios nascentes ou cursos d'água ou a menos de 25 metros deles.

- Os funcionários e seus dependentes não poderão utilizar de recursos do Parque.
- Poderá ser mantido um número limitado de animais domésticos, exceto ovinos e bovinos, indispensáveis para alimentação do pessoal administrativo e seus familiares. Estes animais deverão ser mantidos confinados. Será proibida a criação de quaisquer outros animais domésticos e caseiros.
- Qualquer plantio a ser efetuado pelos moradores desta área deverá ser submetido a apreciação da administração.
- Serão criadas nesta área capineiras, e estábulos para animais a serem utilizados na fiscalização.
 - Os limites com a reserva indígena, bem como aqueles passíveis de penetração deverão ser cercados.
- As edificações deverão harmonizar-se com a paisagem e não poderão ter mais um andar sobre o nível do solo.

3.6. - Zona Intangível

Definição:

I - Zona Intangível - Compreendem-se nesta Zona, áreas em que a primitividade da natureza permanece intacta, não se tolerando quaisquer alterações humanas. Puras e primitivas, elas representam o mais alto grau de preservação. Essas zonas constituem preciosas áreas de testemunho, onde a natureza mantém todo o seu potencial biológico intacto e funcionam como matrizes de repovoamento de outras zonas onde já são permitidas atividades humanas reguladas. Esta zona é dedicada à proteção integral de ecossistemas dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental.

Objetivo Geral:

O objetivo geral de manejo é preservar os ecossistemas naturais, e os recursos genéticos.

Descrição:

Localiza-se na parte ocidental do Parque limitando-se com as Zonas de Uso Especial, Uso Extensivo, Uso Primitivo e de Recuperação.

Objetivos Específicos:

- Preservar os ecossistemas da Floresta Fluvial dos tabuleiros terciários.
- Permitir atividades de pesquisas e monitoriamento, compatíveis com o objetivo desta Zona.

Normas:

- Visitação pública é proibida;
- Pesquisas científicas deverão ser previamente autorizadas pela Administração Central do IBDF;
- O acesso a esta área quando autorizado será exclusivamente a pé. Em caso de emergência este acesso poderá ser feito a cavalo.
- Só serão permitidas pesquisas e estudos científicos que envolvam observações estando proibida a captura ou coleta.
- É proibida qualquer infra-estrutura na Zona.

3.7. - Zona de RecuperaçãoDefinição:

VI - Zona de Recuperação: É uma zona que contém áreas que sofreram considerável alteração humana. É uma Zona provisória, e uma vez restaurada, esta Zona será incorporada novamente em uma das categorias permanentes. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas. Preferivelmente e quando possível a restauração deverá ser natural ou naturalmente agilizada.

Objetivo Geral:

O objetivo geral de manejo é de deter a degradação dos recursos e obter a restauração da área o mais natural possível.

Descrição:

Esta zona corresponde a área de influência agrícola dos Pataxó. Quando concretizada a aquisição das terras propostas para ampliação do limite sul, estas deverão ser enquadradas nesta Zona.

Objetivos Específicos:

- Recuperar áreas degradadas pelas atividades dos índios Pataxó.
- Recuperar áreas degradadas das terras propostas para ampliação do limite sul, após sua aquisição.
- Proporcionar termas de pesquisa ecológica.

Normas:

- Esta zona deverá ser completamente desocupada, em trabalho conjunto IBDF/FUNAI.
- A restauração da área deverá ser natural até que melhor conhecimento indique, se for o caso, as intervenções humanas a serem aplicadas.
- Deverão ser controlados, por intermédio de aceiros, incêndios vindos do exterior do Parque.
- Será proibido o trânsito de veículos, exceto para os serviços ligados com a recuperação, e casos de emergência.
- As normas relativas a área a ser adquirida no limite sul serão definidas, uma vez concretizada a ampliação.
- As pesquisas deverão ser devidamente autorizadas.
- Será proibido o uso público.
- Nesta Zona, próximo a Zona Intangível, será aberta uma trilha de fiscalização dando acesso ao lado sul.

4. DETERMINAÇÃO DA CAPACIDADE DE CARGA

Capacidade de carga é um termo subjetivo, pois conforme definição de Wagar (1964) é "... o nível de uso no qual a qualidade se mantém constante".

Devido a falta de informações concernentes aos efeitos de uso recreacional sobre os ecossistemas da área, bem como sobre os valores e atitudes dos visitantes ao Parque, não foi possível nesta etapa, determinar a capacidade de carga das diferentes zonas do Parque. Os únicos parâmetros que se dispõe atualmente para esta definição, é o fato da subida ao Monte Pascoal ser necessariamente acompanhada, e feita por um grupo máximo de 6 pessoas em cada visita; e a capacidade física do Centro de Visitantes ser na ordem de 50 pessoas.

5 . PROGRAMAS DE MANEJO

5.1. - Programa de Manejo do Meio Ambiente

5.1.1. - Subprograma de Investigaçãõ

Objetivos:

Aprofundar os conhecimentos sobre os recursos naturais da área, bem como o tipo de uso por parte dos visitantes, visando o manejo apropriado do Parque.

Atividades:

- Contactar técnicos e entidades para realização dos levantamentos básicos da flora e da fauna; de geologia e solo.
- Divulgar a necessidade de pesquisas e estudos a serem realizados no Parque tais como: Inter-relação flora-fauna, incluindo mapas de distribuição e estudos fenológicos; condições edáficas; sucessão vegetal; auto-ecologia de espécies da flora e fauna, pesquisas geológicas e hidrológicas, determinação da capacidade de carga.
- Aplicar e analisar os questionários para visitantes.

Normas:

- As pesquisas a serem efetuadas no Parque deverão ter a autorização do IBDF conforme a legislação vigente.
- Será dada prioridade àquelas que derem subsídios ao Plano de Manejo do Parque.
- As cópias de qualquer investigação, e publicação além de constar dos arquivos da Administração Central, devem compor os arquivos do Parque.
- Quando apropriado, algumas das pesquisas citadas poderão ser efetivadas por estudantes universitários a nível de teses de pós-graduação.
- Será mantida no Parque uma coleção representativa de toda e qualquer espécie ali coletada.
- Serão mantidos no Parque registros para todas as coletas feitas dentro dele.

- Os pesquisadores poderão aproveitar a condução interna do Parque, quando disponível.
- A administração do Parque fornecerá aos pesquisadores dados já disponíveis, relativos à pesquisa que será efetuada.
- A publicação divulgando as necessidades de pesquisas, deverá incluir também uma breve descrição do Parque e suas instalações, prioridades de pesquisa para manejo, apoio disponível do IBDF e referência geral às relevantes leis e políticas. Esta publicação incluirá também itens a serem divulgados pelo Subprograma de Relações Públicas, Educação e Monitoriamento.

Requisitos:

- Alojamento para técnicos e pesquisadores na Área de Desenvolvimento Si-
quara.
- Publicação indicando as necessidades de pesquisas.
- Pessoal especializado fora do IBDF.

Prioridades

- Dentro deste subprograma será dada prioridade ao contacto com técnicos e entidades para realização dos levantamentos básicos da flora e da fauna, de geologia e solo e aplicação e análise de questionários.

Resultados e Benefícios Esperados

Maior conhecimento dos recursos naturais da área e seu manejo racional.

5.2. - Subprograma de Manejo de Recursos

Objetivo:

- Recuperar as áreas alteradas.
- Facilitar a regeneração de espécies danificadas.

Atividades:

- Manter contacto com a FUNAI, para finalizar entendimentos sobre a reserva indígena e consequente desocupação da área pertencente ao Parque.
- Demolir as moradias existentes na Zona de Recuperação.

Normas:

A recuperação será natural até que os resultados das pesquisas indiquem, se for o caso, as investigações humanas a serem aplicadas.

Requisitos:

- Concretização do acordo com a FUNAI, sem o qual não será possível a efetivação deste Plano de Manejo.
- Será primeira prioridade a concretização dos entendimentos com a FUNAI.

Resultados e Benefícios Esperados:

- Recuperação das áreas degradadas do Parque.

5.1.3. - Subprograma de MonitoramentoObjetivos:

- Acompanhar periodicamente a evolução dos recursos naturais do Parque.
- Conhecer e analisar periodicamente as características sócio-econômicas dos visitantes do Parque.
- Conhecer as condições climáticas do Parque.

Atividades:

- Através da Administração Central do IBDF, deverão ser contactados técnicos e entidades para levantamentos periódicos de desenvolvimento ecológico das áreas alteradas, mudança de cursos dos rios e qualidade da água e mudança na composição e abundância de espécies da fauna e flora.

- Analisar periodicamente questionários sobre os visitantes.
- Contactar entidades competentes para instalação de um posto meteorológico.
- Coletar dados obtidos nas estações meteorológicas.
- Elaborar fichas para observações das inter-relações entre flora e fauna.
- Anotar, por funcionários do Parque, sobre as inter-relações flora - fauna observadas.
- Tirar fotografias gerais, dos mesmos locais, anualmente, das áreas alteradas nos principais ecossistemas.
- Adquirir material fotográfico.

Normas:

- De forma geral, as normas para o Subprograma Monitoramento deverão seguir as mesmas indicadas no Subprograma de Investigação.
- As especificações de local e cuidados na instalação da estação meteorológicas estarão previstas em contrato específico, bem como os tipos de dados a serem levantados e treinamento do pessoal indicado para esta atividade dentre os funcionários do Parque.
- Os funcionários do Parque, que anotam dados meteorológicos o farão sem prejuízo de suas atividades normais.
- Será elaborada junto à Administração Central do IBDF uma ficha para anotar as observações das inter-relações flora, fauna incluindo data, hora, espécie de animal, alimento consumido, clima, localização e qualquer outra observação complementar.
- As fotografias das áreas alteradas deverão ser acompanhadas com sua data, localização e outras observações pertinentes.

Requisitos:

- De forma geral, os requisitos para o Subprograma Monitoramento são os mesmos indicados no Subprograma de Investigação.
- Cópia dos resultados das pesquisas anteriores.
- Mapas e fichas para efetuar as atividades previstas.
- Funcionários do Parque capacitados para anotar os dados meteorológicos.

- Publicação indicando as necessidades de pesquisas periódicas.
- Equipamento fotográfico (máquina e lentes).

Prioridades:

Dentro deste subprograma será dada prioridade a elaboração de fichas para inter-relações entre flora e fauna, e aplicar e analisar os questionários sobre os visitantes.

Resultados e Benefícios Esperados:

Maior conhecimento dos recursos naturais da área, e das características dos visitantes.

5.2. - Programa de Uso Público

5.2.1. - Subprograma de Recreação

Objetivos:

- Proporcionar oportunidades para que os visitantes possam realizar atividades recreativas compatíveis com os recursos e objetivos do Parque, tais como observações, fotografia, piquenique e passeio a pé.

Atividades:

- Definir sinalização do Parque.
- Estabelecer e sinalizar as trilhas e áreas de piquenique nas Zonas de Uso Extensivo e Intensivo.
- Contratar firma para confeccionar as placas de sinalização.
- Estabelecer as trilhas na Zona de Uso Primitivo.
- Recuperar e sinalizar áreas de estacionamento já existentes na Zona de Uso Extensivo - ao pé do monte - e na Zona de Uso Intensivo.
- Recuperar a trilha já existente no Monte Pascoal.
- Fornecer serviços básicos de higiene e água potável.

- Recuperar a estrada de acesso a Área de Desenvolvimento Céu Azul

Normas:

- A sinalização deverá seguir as normas indicadas pelo DN.- IBDF
- Na Zona de Uso Extensivo serão aproveitadas na medida do possível as trilhas já existentes.
- A construção de trilhas, estacionamento e áreas de piquenique deverá causar o menor impacto paisagístico e ambiental possível.
- As estradas, acostamento e estacionamento serão revestidos de cascalho retirados de áreas fora do parque.
- A infra-estrutura das áreas de piquenique constará de mesas de madeira com bancos e lixeiras sendo que na área de desenvolvimento Posto Velho, terá ainda água potável e sanitário rústico.
- As trilhas nas áreas da Zona de Uso Primitivo contarão apenas com sinalização indispensável e lixeiras.
- A trilha do Monte Pascoal deverá manter o percurso atual, sendo que nos lugares mais íngremes receberá um escoramento de madeira em forma de degrau e corrimão de madeira.
- A estrada de acesso a Área de Desenvolvimento Céu Azul manterá a atual largura devendo por isto ter a cada 100 metros aproximadamente um acostamento para 2 carros evitando na medida do possível a derrubada de árvores.
- A subida ao Monte Pascoal será obrigatoriamente acompanhada por um funcionário do parque, e feita por um número máximo de 6 pessoas.

Requisitos:

De forma geral, todas as atividades mencionadas neste Subprograma ' serão executadas por pessoal do Parque com exceção do traçado das trilhas e sinalização, que serão definidas pela administração central do IBDF sendo que a sinalização se contratará firma ou indivíduos capacitados para confecioná-las.

Cronologia

- Neste subprograma será dada prioridade a recuperação da trilha do Monte Pascoal, e definição da nova sinalização.

Resultados e Benefícios Esperados

Criação de atividades recreativas compatíveis com os objetivos do Parque.

5.2.2. - Subprograma de Interpretação

Objetivos:

- Ajudar o visitante a entender e apreciar os recursos naturais da área de modo que a sua experiência seja positiva e agradável.
- Alcançar metas de manejo favorecendo o uso racional dos recursos
- Promover uma compreensão pública do IBDF.

Atividades:

- Elaborar o projeto arquitetônico do Centro de Visitantes.
- Contratar firma para construir o Centro de Visitantes.
- Elaborar o plano de Interpretação.
- Elaborar folhetos com orientação geral sobre o Parque.

Normas:

- A construção do Centro de Visitantes deverá alterar o mínimo possível a vegetação da área.
- O projeto de arquitetura do Centro de Visitantes deverá ser aprovado pela administração central do IBDF.
- O centro de visitantes contará basicamente com: recepção, sala para exposições, auditório, sanitário, biblioteca, escritório, lanchonete, água e luz. Será previsto um dispositivo contra incêndio.

- Para a contratação de firmas construtoras, serão observadas as normas vigentes para licitação.
- A capacidade máxima do Centro de Visitantes, será de 50 (cinquenta) pessoas.
- O centro de visitantes deverá localizar-se na Área de Desenvolvimento Céu Azul.
- Administração Central do IBDF, elaborará o Projeto Arquitetônico para o Centro de Visitantes.
- O folheto de orientação deverá conter: mapa do Parque, uma lista das atividades possíveis de serem desenvolvidas na área, resumo dos regulamentos, definição do Parque Nacional, serviços oferecidos pelo Parque, e precauções de segurança.
- O Plano de Interpretação deverá incluir informações suplementares ao Plano de Manejo necessárias a interpretação do Parque, e definição dos meios a serem recomendados (serviços pessoais, programas audiovisuais, exposições, instalações para atividades auto-executadas, atividades exteriores ao Parque e publicações).
- O Plano de Interpretação deverá especificar o material necessário para preparação e apresentação dos seus programas.

Requisitos:

- Elaboração do Plano de Interpretação.
- Material para preparação do folheto.

Cronologia

A elaboração do projeto do Centro de Visitantes, a confecção de folhetos e elaboração do Plano de Interpretação são prioritários.

Resultados e Benefícios Esperados:

- Enriquecimento da experiência do visitante, através de maior conhecimento dos recursos naturais da área.

- Conscientização do visitante para com a existência dos Parques Nacionais do Brasil, e a posição deste Parque no contexto nacional.

- Orientação dos visitantes para os lugares menos susceptíveis de degradação.

- Colaboração do público no sentido de proteger e conservar os recursos naturais e culturais do Parque.

5.2.3. - Subprograma de Educação

Objetivos:

- Dar oportunidades a estudantes e professores para observações e estudos práticos, tais como biologia, geologia e geomorfologia.

Atividades:

- Divulgar a disponibilidade do Parque, para observações práticas por universitários nacionais e estrangeiros.
- Criar programas audiovisuais adaptados aos níveis: primário, médio e superior.
- Criar um programa audiovisual específico de aspectos ecológicos da floresta pluvial dos tabuleiros terciários.
- Criar outros programas considerados convenientes para grupos específicos segundo as necessidades.

Normas:

- Será solicitada a colaboração de professores da região, para, juntamente com o Chefe de Interpretação, elaborar os programas audiovisuais sobre temas específicos.
- A disponibilidade do Parque para observações práticas de universitários, será divulgada juntamente com as necessidades de estudos específicos previstos nos subprogramas de Investigação e Monitoramento.

- As observações práticas dos universitários devem ser autorizadas pelo IBDF e está sujeito às leis vigentes.
- A utilização de dormitórios e laboratório poderá ser autorizada a estudantes universitários participantes em cursos de campo quando não interferirem com pesquisas em andamento, e sob supervisão da administração do Parque.
- Não será cobrado o ingresso de grupo de estudantes acompanhado de professores.

Requisitos

- Equipamento audiovisual
- Projetor de slides e máquina fotográfica
- Publicação indicando a disponibilidade do Parque para estudo de campo, e de suas instalações, como descrito no Subprograma de Investigação.

Cronologia

Dentro deste Subprograma as atividades serão executadas simultaneamente.

Resultados e Benefícios Esperados

Integração do Parque dentro do contexto educacional regional.

5.2.4. - Subprograma de Turismo

Objetivos

- Incentivar a visitaçãõ de turistas nacionais e estrangeiros ao Parque.

Atividades:

- Distribuir folhetos sobre o Parque nas agências de turismo e redes hoteleiras regionais e nacionais.
- Incentivar a inclusão do Parque em roteiros turísticos regionais e nacionais.
- O IBDF contactará a EMBRATUR ou outros órgãos apropriados, para incentivar a construção de hotéis, alojamentos e área de camping, fora dos limites do parque.
- Contactar o DNER para colocaçãõ de placa indicativa que informe a distância e horário de visitaçãõ pública do Parque

Normas

- As placas deverão se localizar no entroncamento da BR 101 com a BR 500.

Requisitos:

- Dispor de folheto
- Dispor de uma lista de enderêço de agências de turismo e redes hoteleiras.

Cronologia

Contacto com o DNER é considerado prioritário neste subprograma.

Resultados e Benefícios Esperados

- Divulgaçãõ do Parque seus recursos e finalidades.
- Fomento da economia regional através do turismo.

5.2.5. - Subprograma de Relações Públicas e Extensão

Objetivos:

- Divulgar ao público os objetivos, recursos, programas e benefícios do Parque.

Atividades:

- Solicitar à Assessoria de Relações Públicas - IBDF elaboração de um filme para divulgação do Parque.
- Apresentar os programas audiovisuais preparados para o Subprograma de Educação, a grupos de escolares, universitários e outras organizações.
- Divulgar a existência de programas audiovisuais sobre o Parque.
- Solicitar à Assessoria de Relações Públicas do IBDF a elaboração de um poster sobre o Parque.
- Distribuir os posters.
- Incentivar a divulgação do Parque, através de meios de comunicação.
- Promover a visita ao Parque, de jornalistas, políticos e outras pessoas que possam influir na opinião pública.
- Adquirir gravador, fitas, projetor de slides e tela, para uso fora do Parque.

Normas:

- O filme deverá ser de boa qualidade a cores, sonoro, com duração máxima de 10 minutos, enfocando os aspectos importantes dos programas de manejo do Parque.
- A apresentação dos programas audiovisuais será concedida pela solicitação prévia, por escrito, à Direção do Parque.
- A apresentação dos programas audiovisuais será sempre acompanhado por um funcionário do IBDF.
- Os posters serão impressos a cores, em papel couchet 50 gr, a primeira tiragem será de aproximadamente 1.000 unidades.

- A administração Central do IBDF fornecerá a fotografia para os posters.
- Os posters serão distribuídos gratuitamente a órgãos oficiais e vendidos ao público, pelo IBDF.
- A disponibilidade do programa audiovisual será divulgada com as publicações previstas dos Subprogramas de Investigação e Monitoriamento.

Requisitos:

- Ofício do Departamento de Parques Nacionais à Assessoria de Relações Públicas - IBDF, solicitando a elaboração do filme e posters, conforme as normas estabelecidas.
- Lista de nomes e endereços de órgãos oficiais que receberão os posters.

Cronologia

Os programas de relações públicas não deverão ser implementados, até que o Centro de Visitantes e os Programas de Interpretação sejam desenvolvidos, e o Parque esteja pronto para receber os visitantes.

Resultados e Benefícios Esperados

O principal benefício a ser obtido é uma crescente consciência pública sobre o Parque.

5.3. - Programa de Operações

5.3.1. - Subprograma de Proteção

Objetivos:

- Proteger os recursos naturais do Parque.
- Proporcionar segurança aos visitantes.
- Ampliar o Parque incluindo área de floresta e outra que incluirá a totalidade da Bacia do Rio Cemitério, propriedade praticamente dentro do limite do Parque e uma faixa de mar.

Atividades:

- Patrulhar o Parque nos seus limites, trilhas e Áreas de Desenvolvimento.
- Construir uma casa na Área de Desenvolvimento. "Ponta do Corumbãú" e "Caraiva."
- Avrir acesso nos limites do Parque.
- Cercar o limite com a reserva indígena e aquêles possíveis de penetração.
- Comprar equipamento de radio-comunicação.
- Comprar 2 jipes e 8 animais para fiscalização com equipamento completo de montaria.
- Colocar cancela na estrada de acesso a Zona de Uso Especial.
- Solicitar autorização do DENTEL para utilizar equipamento de comunicação
- Comprar e manter equipamentos de primeiros socorros.
- Abrir trilha de acesso no limite da Zona Intangível com a Zona de Recupera
ção para fiscalização do limite norte e sul.
- Comprar a propriedade do limite oeste do Parque.
- Entrar em contacto com o Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia-DERBA-
informando-lhe da impossibilidade de concretizar seu projeto BA 001 por atraves
sar a área do Parque.
- Formar comissão junto à Delegacia do IBDF para cadastramento das proprieda-
des e avaliação das benfeitorias das áreas a serem anexadas.

- Preparar e encaminhar proposta de reformulação do decreto de criação do Parque, incluindo a nova delimitação.
- Comprar as propriedades cadastradas.
- Desapropriar as propriedades cadastradas não compradas.
- Cercar a área ampliada no limite sul e retirar a cerca do atual limite adjacente a área ampliada.
- Construir casa para fiscalização na Área de Desenvolvimento prevista para área a ser ampliada.
- Patrulhar os limites da área a ser anexada.
- Contactar a marinha quanto a possibilidade de jurisdição do IBDF numa faixa de mar de 1 km acompanhando o litoral dentro dos limites propostos.
- Comprar embarcação para fiscalizar a faixa de mar do limite leste.

Normas:

- Na área de Desenvolvimento Ponta do Corumbau ficarão dois guardas permanentemente em sistema de rodízio.
- As casas de guarda deverão ter capacidade para alojar dois funcionários, construídas de madeira e em harmonia com o ambiente natural.
- Na área de desenvolvimento Caraíva deverá ter uma capineira junta a casa do guarda.
- A casa na Área de Desenvolvimento Caraíva será utilizada esporadicamente, e não como residência permanente.
- A cerca deverá ser feita com um número de fios de arame que impeça a passagem de animais domésticos, e poste de concreto.
- O equipamento de comunicação deverá constar de 2 rádios de base, um na sede administrativa e outro em Salvador; 4 rádios volantes sendo 1 na "Ponta do Corumbau", 2 nos jipes e 1 no portão de entrada e 3 Walkie - talkie.
- Os jipes deverão ter capota de lona, tração dupla e guincho.
- O pronto-socorro contará com material básico de primeiros-socorros.

- O treinamento básico de primeiros socorros e utilização do material a ser mantido no pronto-socorro, será dado como parte dos cursos previstos no Subprograma de Administração e todo o pessoal deverá participar neste treinamento.
- A trilha de acesso no limite da Zona Intangível com a Zona de Recuperação será apenas um roçado que permita a passagem de um cavalo.
- As comissões de cadastramento e avaliação serão designadas por portaria específica, e seus membros deverão estar capacitados para tal atividade.
- A ação judicial de desapropriação só será proposta caso não seja possível um equacionamento amigável com os proprietários.
- É proibida a entrada de animais domésticos no Parque com exceção daqueles previstos para fiscalização e na Zona de Uso Especial.
- O material para construção não pode ser retirado da área do Parque.

Requisitos:

- Projeto e pessoal capacitado para construção de casas para guardas.
- Topografo para demarcar os limites como a reserva indígena.
- Postes de concreto e arame farpado e pessoal para colocar a cerca.
- Autorização do DENTEL para operar as rádios.

Prioridades

A prioridade neste subprograma é cercar o limite com a reserva indígena e aqueles passíveis de penetração compra da área no limite oeste, compra de jipes e animais para fiscalização e contacto com o DERBA.

Resultados e Benefícios Esperados

Proteção dos recursos naturais do Parque, segurança dos visitantes, anexação de uma área de floresta evitando assim seu futuro desmatamento, proteção de recifes, inclusão da totalidade da bacia do Rio Cemitério e regularização de uma área praticamente dentro do limite do Parque.

5.3.2. - Subprograma de Manutenção

Objetivos:

Manter os equipamentos, instalações e serviços do Parque em perfeito estado de funcionamento.

Atividades:

- Contratar firma para construir uma oficina, posto mecânico e carpintaria devendo estes serem equipados.
- Cumprir todas as tarefas de rotina necessárias ao bom funcionamento do Parque.
- Recuperar campo de pouso.
- Dotar de infra-estrutura básica e recuperar o alojamento para técnicos.
- Estudar as viabilidades do fornecimento de energia elétrica a Zona de uso Especial e de Uso Intensivo.

Normas:

- O lixo recolhido será enterrado em local apropriado na Zona de Uso Especial, com uma distância adequada dos olhos e cursos d'água.
- A oficina posto mecânico e carpintaria estarão localizadas na Zona de Uso Especial e terão um tamanho mínimo indispensável para seu funcionamento.
- O óleo usado retirado dos veículos do Parque, será levado a Itamarajú e doado a um posto de gasolina para sua reciclagem.
- Deverá ser mantido no Parque um tambor de gasolina, óleo, material para limpeza, pinturas e peças para reposição.
- O fornecimento de energia elétrica ao Parque deverá ser conforme resultado dos estudos a serem providenciados pela DE Bahia sobre o assunto, sujeito a aprovação da Administração Central do IBDF.
- As instalações e equipamentos serão utilizados exclusivamente para uso do Parque.
- Todo material para construção e reparação não poderá ser retirado do Parque.

Requisitos

- Aquisição da propriedade no limite oeste.
- De modo geral todas as atividades serão executadas por pessoal do Parque com exceção das construções e estudo das viabilidades para fornecimento de energia elétrica.

Cronologia:

O estudo de viabilidade para fornecimento de energia elétrica é considerado prioritário neste subprograma.

Resultados e Benefícios Esperados:

Condição para funcionamento geral do Parque.

5.3.3. - Subprograma de Administração

Objetivos:

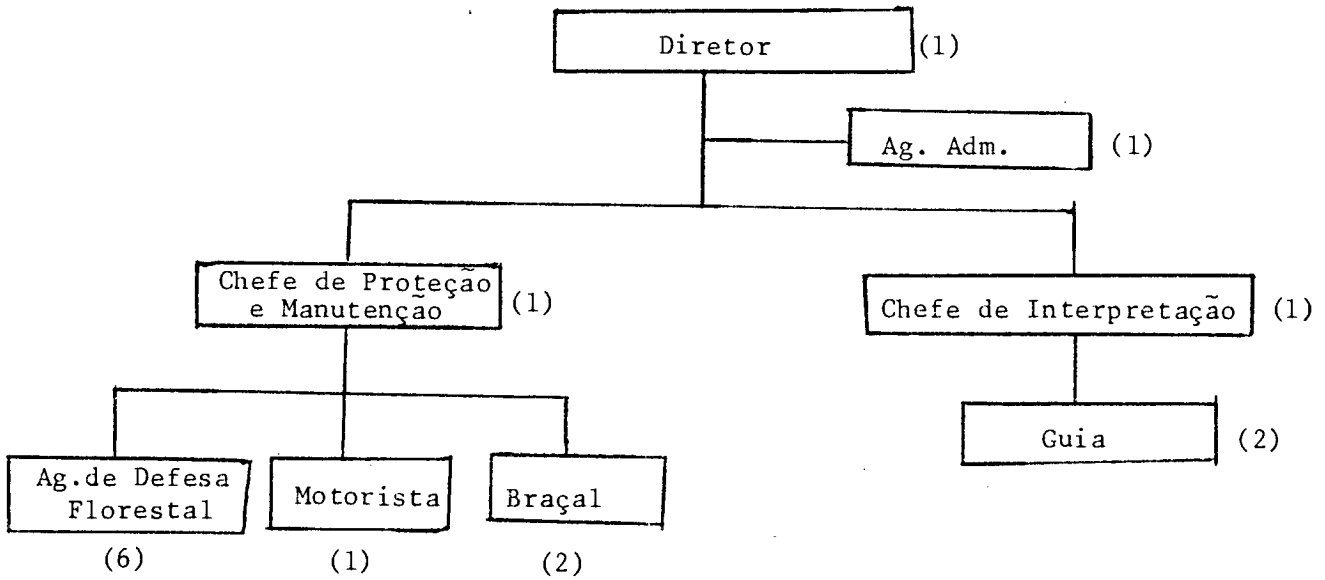
Dotar o Parque de pessoal e estrutura necessária para cumprir os Programas de Manejo.

Atividades:

- Designar o Diretor do Parque, Chefe de Proteção e Manutenção.
- Designar Chefe de Interpretação.
- Designar 6 agentes de defesa florestal
- Designar 1 assistente administrativo
- Designar 1 motorista
- Designar 2 guias
- Contratar 2 braçais.
- Contratar firma para elaborar projeto da Cada do Diretor, do Chefe de Proteção e Manutenção, sede administrativa e laboratório.
- Contratar firma para construir as residências.
- Comprar uma kombi micro-ônibus
- Ministras curso de treinamento para os funcionários do Parque.
- Elaborar regimento interno do Parque.
- Atualizar o Plano de Manejo.

Normas:

- Administração do Parque funcionará conforme, organograma da página seguinte.
- O número de funcionários é o mínimo indispensável para que sejam cumpridos os Programas de Manejo.



ORGANOGRAMA DO PARQUE NACIONAL DE MONTE PASCOAL

- Diretor do Parque e o chefe de manutenção deverão residir na sede administrativa, todos os demais funcionários residirão fora do Parque.
- O Diretor do Parque será responsável pela implementação do Plano de Manejo.
- O assistente será responsável por todos os serviços administrativos tais como contabilidade, manutenção de arquivos e preparação de informes administrativos.
- Os chefes de proteção e manutenção, e interpretação serão responsáveis pela implementação das atividades previstas nos respectivos subprogramas.
- Os dois trabalhadores braçais serão contratados na região.
- Com exceção do diretor e assistente todos os demais funcionários deverão estar sempre uniformizados.
- Até que seja construído o Centro de Visitantes os guias desempenharão as funções de agentes de defesa florestal e se revezarão no acompanhamento de visitantes ao Monte Pascoal
- Uma vez construído o Centro de Visitantes os guias deverão ali permanecer e conforme visitaçãõ serão distribuídos nas Zonas Histórico-Cultural e Extensiva.
- Na Área de Desenvolvimento Ponta do Corumbau deverá permanecer dois agentes de defesa florestal em sistema de revezamento.
- O campo de pouso só poderá ser utilizado por aviões devidamente autorizados.
- As edificações deverão ser de um pavimento e o material para sua construção não poderá ser retirado da área do Parque, devendo seus projetos terem aprovação da administração central.
- O laboratório terá localizado junto ao alojamento para técnicos e suas instalações incluirão um herbário e um local para preservar animais taxidermizados planejados por pessoas capacitadas para este fim.
- A sede Administrativa constará basicamente de escritório do diretor, sala do assistente, sala de rádio, sala de espera, copa, sanitários e garagem.
- Os cursos a serem ministrados deverão familiarizar os funcionários do Parque com os programas de manejo e capacitá-los para atividades que lhe compete.
- O acesso ao longo dos limites do Parque será um roçado de 3 metros de largura, sendo que nos limites com a reserva indígena será um aceiro de 5 metros.

A atualização do Plano de Manejo deverá ser feita num prazo máximo de cinco anos.

Requisitos:

- Residência para um diretor e um chefe e sede administrativa.
- Laboratório.
- Uniforme para os funcionários
- Animais e equipamentos de montaria
- Carros e equipamentos de rádio comunicação.
- Treinamento para pessoal.

Cronologia

Todas as atividades descritas neste Subprograma serão de primeira ou segunda prioridade exceto a atualização do Plano de Manejo.

Resultados e Benefícios Esperados

Implementação do Plano de Manejo e capacitação do pessoal do Parque para desempenho de suas atividades.

6. - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

6.1. - Áreas de Desenvolvimento

6.1.1. - Área de Desenvolvimento Entrada

Tema

- Entrada do Parque, fiscalização e controle de visitação.

Atividades

- Fiscalização e controle
- Cobrança de ingresso
- Informação e orientação para o visitante.

Instalação:

- Guarita de entrada
- Rádio
- Cancela
- Caixa registradora
- Sinalização.

6.1.2. - Área de Desenvolvimento Céu Azul

Tema

Interpretação, observação e vistas panorâmicas.

Atividades:

- Interpretação ambiental
- Observação da paisagem
- piquenique
- Passeios a pé
- Fiscalização.

Instalações

- Centro de visitantes
- Local para piquenique
- Trilhas
- Estacionamento para 8 carros e 2 ônibus
- Sinalização
- Cestas de Lixo.

6.1.3. - Área de Desenvolvimento Jequitibá

Fema

Área onde se localizam os principais serviços administrativos, de fiscalização e manutenção do Parque.

Atividades:

- Administrar, controlar e manter os serviços fundamentais visando atender os objetivos do Parque.
- Comunicação entre a sede administrativa e os pontos de fiscalização, outras área de desenvolvimento e a delegacia de Salvador.

Instalação:

- Sede administrativa
- Duas casas para o pessoal administrativo do Parque
- Um centro de comunicação.
- Posto e oficina mecânica para atender os veículos do Parque.
- Serviços de eletricidade
- Serviços de água potável
- Estacionamento
- Coletores de lixo
- Sinalização
- pronto-Socorro.
- Carpintaria
- Estábulo e capineira.

6.1.4. - Área de Desenvolvimento Posto Velho

Tema

Observação, interpretação ambiental e piquenique.

Atividades

- Passeio a pé para observar a paisagem
- Piquenique
- Interpretação ambiental
- Fiscalização.

Instalações

- Sinalização
- Coletores de lixo
- Trilhas
- Sanitário
- 3 Mesas de piquenique com bancos para 6 pessoas cada.
- Serviço de água potável.

6.1.5. - Área de Desenvolvimento Siquara

Tema

Área onde se localiza instalações de infra-estrutura para técnicos e pesquisadores.

Atividades:

- Pesquisa e acomodação para cientistas técnicos e autoridades ligadas ao setor.

Instalações:

- Uma casa para técnicos e cientistas.
- Um laboratório
- Campo de pouso.
- Serviços de eletricidade.
- Serviços de água potável
- Sinalização
- Coletores de lixo.

6.1.6. - Área de Desenvolvimento Caraíva

Tema:

Área destinada para dar apoio a fiscalização localizada na confluência do Rio Cemitério com Caraíva.

Atividades:

- Fiscalização

Instalações

- Uma casa
- Capineira
- Estábulo

6.1.7. - Área de Desenvolvimento Ponta do Corumbau

Tema: Área destinada a fiscalização.

Atividades:

- Fiscalização.

Instalações

- Uma casa
- Estábulo
- Serviço de rádio

6.1.8. - Área de Desenvolvimento Palmares

Tema:

Área destinada a fiscalização que será implantada após a aquisição da terra.

Atividades

- Fiscalização.

Instalações:

- Uma casa
- Serviço de Rádio
- Estábulo
- Capineira

6.3. - Circulação

• Não se prevê a construção de novas estradas já que o atual sistema de circulação satisfaz plenamente as necessidades.

Será mantida a entrada e o percurso atual. Sendo que a estrada de acesso a zona de uso especial somente será utilizada pelo pessoal do Parque.

As trilhas previstas nas zona de Uso Primitivo e Extensivo serão feitos em sentido de via única, isto é, de forma que os visitantes não se cruzem na ida e na volta

5.1 - PROGRAMA DE MANEJO DO MEIO AMBIENTE

	E T A P A S				
	I	II	III	IV	V
5.1.1 - <u>Subprograma de Investigação</u>					
- Contratar técnicos e entidades para realização dos levantamentos básicos da flora e da fauna; de geologia e solo.			X		
- Divulgar a necessidade de pesquisas e estudos a serem realizados no Parque			X		
- Aplicar e analisar os questionários para visitantes.			X		
5.1.2 - <u>Subprograma de Manejo do Recurso</u>					
<u>Concretizar entendimentos com a FUNAI</u>	X				
- Demolir as moradias existentes na zona de recuperação		X			
5.1.3 - <u>Subprograma de Monitoramento</u>					
- Contactar técnicos e entidades para levantamentos periódicos.			X		
<u>Analisar periodicamente questionários sobre os visitantes</u>			X	X	X
- Contactar entidades competentes para instalação um posto meteorológicos.			X		
<u>Coletar dados obtidos nas estações meteorológicas</u>				X	X
- Elaborar fichas para observações das inter-relações entre flora e fauna.		X			
<u>Anotar, por funcionários do Parque, sobre as inter-relações flora-fauna observadas.</u>			X	X	X
- Tirar fotografias gerais, dos mesmos locais, anualmente, das áreas alteradas nos principais ecossistemas.			X	X	X
<u>Adquirir material fotográfico.</u>		X			

5.2. - PROGRAMA DE USO PÚBLICO

E T A P A S

5.2.1. - Subprograma de Recreação

	I	II	III	IV	V
- Definir sinalização do Parque.	X				
- Estabelecer e sinalizar as trilhas e áreas de piquenique nas zonas de uso extensivo.			X		
- Contratar firma para confeccionar as placas de sinalização		X			
- Estabelecer as trilhas na zona de Uso Primitivo			X		
- Recuperar e sinalizar áreas de estacionamento já existentes na zona de uso extensivo - ao pé do monte - e na zona de uso intensivo			X		
- Recuperar a trilha já existente no Monte Pascoal		X			
- Fornecer serviços básicos de higiene e água potável			X		
- Recuperar a estrada de acesso a Área de Desenvolvimento Cêu Azul			X		

5.2.2. - Subprograma de Interpretação

- Elaborar o projeto arquitetônico do Centro de Visitantes.	X				
- Contratar firma para construir o centro de Visitantes.		X			
- Elaborar o plano de Interpretação.		X			
- Elaborar folhetos com orientação geral sobre o Parque	X				

5.2.3. - Subprograma de Educação

- Divulgar a disponibilidade do Parque, para observações práticas por universitários nacionais e estrangeiros.				X	
- Criar programas audiovisuais adaptados aos níveis: primário, médio e superior.				X	
- Criar um programa audiovisual específico de aspectos ecológicos da floresta pluvial dos tabuleiros terciários.					X
- Criar outros programas considerados convenientes para grupos específicos segundo as necessidades					X

	I	II	III	IV	V
5.2.4. - <u>Subprograma de Turismo</u>					
- Distribuir folhetos sobre o Parque nas agências de turismo e redes hoteleiras regionais e nacionais				X	
- Incentivar a inclusão do Parque em roteiros turísticos regionais e nacionais				X	
- O IBDF contactará a EMBRATUR ou outros órgãos apropriados, para incentivar a construção de hotéis, alojamentos e área de camping, fora dos limites do parque.			X		
- Contactar o DNER para colocação de placa indicativa que informe a distância e horário de visita pública do Parque	X				
5.2.5. - <u>Subprograma de Relações Públicas e Extensão</u>					
- Solicitar à Assessoria de Relações Públicas - IBDF elaboração de um filme para divulgação do Parque.				X	
- Apresentar os programas audiovisuais preparados para o Subprograma de Educação, a grupos de escolares, universitários e outras organizações.					X
- Divulgar a existência de programas audiovisuais sobre o Parque					X
- Solicitar à Assessoria de Relações Públicas do IBDF a elaboração de um poster sobre o Parque			X		
- Distribuir os posters.				X	
- Incentivar a divulgação do Parque, através de meios de comunicação.				X	
Promover a visita ao Parque, de jornalistas, políticos e outras pessoas que possam influir na opinião pública.					X
- Adquirir gravador, fitas, projetor de slides e tela, para uso fora do Parque.				X	
5.3. - <u>PROGRAMA DE MANUTENÇÃO</u>					
5.3.1. - <u>Subprograma de Proteção</u>					
- Patrulhar o Parque nos seus limites, trilhas e Áreas de Desenvolvimento	X	X	X	X	X

	I	II	III	IV	V
- Construir uma casa na Área de Desenvolvimento, Ponta do Corumbau e Caraiva.		X			
- Abrir acesso nos limites do Parque		X			
- Cercar o limite com a reserva indígena e aquêles possíveis de penetração.	X	X			
- Comprar equipamento de rádio-comunicação			X		
- Comprar 2 jeepes e 8 animais para fiscalização com equipamento completo de montaria.	X				
- Colocar cancela na estrada de acesso a Zona de Uso Especial.			X		
- Solicitar autorização do DENTEL para utilizar equipamento de comunicação			X		
- Comprar e manter equipamentos de primeiros socorros		X			
- Abrir trilha de acesso no limite da Zona Intangível com a zona de recuperação para fiscalização do limite norte e sul.			X		
- Comprar a propriedade do limite oeste do Parque	X				
- Entrar em contacto com o Depto de Estradas e Rodagem da Bahia-DERBA - informando-lhe da impossibilidade de concretizar seu projeto BA 001 por atravessar a área do Parque	X				
- Formar comissão junto à Delegacia do IBDF para cadastramento das propriedades e avaliação das benfeitorias das áreas a serem anexadas.		X			
- Preparar e encaminhar proposta de reformulação do decreto de criação do Parque, incluindo a nova delimitação.			X		
- Comprar as propriedades cadastradas.			X		
- Desapropriar as propriedades cadastradas não compradas				X	

	I	II	III	IV	V
- Cercar a área ampliada no limite sul e retirar a cerca do atual limite adjacente a área ampliada				X	
- Construir casa para fiscalização na Área de Desenvolvimento prevista para a área a ser ampliada.					X
- Patrulhar os limites da área a ser anexada.					X
- Contactar a marinha quanto a possibilidade de jurisdição do IBDF numa faixa de mar a 1 km acompanhando o litoral dentro dos limites propostos.		X			
- Comprar embarcação para fiscalizar a faixa de mar do limite leste.			X		
5.3.3. - Subprograma de Administração					
- Designar o Diretor do Parque e o Chefe de Proteção e Manutenção.	X				
- Designar Chefe de Interpretação.	X				
- Designar 6 agentes de defesa florestal	X				
- Designar 1 assistente administrativo	X				
- Designar 1 motorista	X				
- Designar 2 guias	X				
- Contratar 2 braçais.		X			
- Contratar firma para elaborar projeto da Casa do Diretor, do Chefe de Proteção e Manutenção e sede Administrativa e Laboratório		X			
- Contratar firma para construir as residências.		X			
- Comprar uma kombi micro-ônibus	X				
- Ministrando curso de treinamento para os funcionários do Parque.			X		
- Elaborar regimento interno do Parque			X		
- Atualizar o plano de manejo					X

7

K i

LITERATURA CITADA

- Andrade, G.O. de - Revestimento Florística e Fauna Silvestre do Nordeste
- Atlas Climatológico do Estado da Bahia - Análise Espacial da Temperatura
Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia - Centro de
Planejamento da Bahia - 1976.
- Carvalho, Maria do Rosário G. - Os Pataxó de Barra Velha - Seus Subsistema
Econômico.
- Cortesão, Jaime - Carta de Pero Vaz de Caminha
- Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira - Comissão Executiva do
Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC - Bahia - 1975.
- Itabela Distrito Industrial - Governo do Estado da Bahia
- Marília Velloso Galvão - Regiões Bioclimáticas do Brasil - Revista Brasileira
de Geografia - Ano 20 - 1.
- Normas Climatológicas - 1969 - Escritório de Meteorologia Vl. II - Ministério
de Agricultura - Rio de Janeiro.
- Notas sobre as Aves Mencionadas por Pero Vaz de Caminha. - Oliveiro Pinto
- Papéis Avulsos do Departamento de Zoologia - Secretaria da
Agricultura - São Paulo - Vol. II nº 9 pp. 135-142 - 2 XII-1942
- Pádua M.T. Jorge e Magnanini A. - Parques Nacionais do Brasil - IBDF.
- Plano de Desenvolvimento Urbano Porto Seguro/Cabrália, Estado da Bahia -
Rec. do Planejamento, Ciência e Tecnologia - Instituto de Urbanismo
e Administração Municipal - 1974.
- Rizzini, Carlos Toledo - Nota Prévia sobre a Divisão Fitogeográfica (Floristico-
Sociológica) do Brasil. Revista Brasileira de Geografia
IBDF - Jan-Mar. 1963 - ano XXV - Nº 1.
- Salvador, Frei Vicente - História do Brasil - de 1500 a 1627 - Ed. Melhoramentos.
- Zoneamento Ecológico da Região Nordeste para Experimentação Florestal -
PRODEPEF - PNUD/FAO/IBDF/BRA-45 - Série Técnica nº 10.

A N E X O S

RELAÇÃO DAS ÁRVORES EXISTENTES NAS FAIXAS INVENTARIADAS NO PARQUE

NACIONAL DE MONTE PASCOAL NA BAHIA

Brasil Florestal-nº2-Abril - Junho - 1970 - ano 1

Roberto Onety Soares

Roberto Bittencourt Ascoly

<u>NOME VULGAR</u>	<u>FAMÍLIA</u>	<u>ESPÉCIE</u>
Abio-do-mato	Sapotaceae	Pouteria sp
Acã	Sapotaceae	Ecclinusa sp
Aderno	Icacenaceae	Emmotum niteno (Benth) Miers.
Agrião Cedro	Vochysiaceae	Vochysia sp
Agrião graveto	Vochysiaceae	Vochysia sp
Algodoeiro	Moraceae	Basiloxylon brasiliensis (Fr.All) K. Sch
Amoreira		Clorophira tinctoria Grand
Amburana	Legum papil	Amburana cearensis (Pr.Alleni)A.SMITH
Angelim-côco	Legum. papil	Andira sp.
Angelim-amargoso	Legum. papil	Vataireops araroba (Aguiar) Ducke
Angelim-pedra	Legum. papil	Andira amthelminthia Benth
Angélica	Rubiaceae	Guetharda sp.
Angico-prêto	Legum. Mimos.	Piptadenia macrocarpa (Benth)
Angico-branco	Legum. Mimos.	Piptadenia peregrina (L) Benth
Angico-vermelho	Legum. Mimos	Piptadenia rígida Benth
Almesca	Burseraceae	Protium sp.
Arariba-fôlha-miúda	Rubiaceae	Sickingia glaziovii K. Shum
Arariba-rosa	Legum. papil	Centrolobium tormetosum Guill
Arapaçu	Legum. caesalp	Sclerolobium sp
Arapati	Legum.	
Araçã	Myrtaceae	Psidium riparium Mart.
Arruda vermelha	Legum Caesalp	Seartzia euxilophora Rizz. Mart.
Barriga d'água	Tiliaceae	Hidrogaster trinerve Kulma
Bacumixã	Sapotaceae	Sideroxylon sp.
Batinga	Sapotaceae	Pouteria sp.
Barriguda	Bombacaceae	Cavanillesia arbores (Vield) K. Schum
Bicuiba-branca	Myristicaceae	Virola officinalis (Mart.) Marb
Bicuiba-vermelha	Myristicaceae	Virola gardeniarri (D.C.) Marb
Biriba	Lechythidaceae	Eschweilera rigida Miers
Brauna-parda	Legum. Caesalp	Melanoxylon braunica Schott
Bauna -preta	Legum Caesalp	Melanoxylon Schott
Buranhém	Sapotaceae	Pradosia glycyplaea
Bapeba	Sapotaceae	Pouteria sp

<u>NOME VULGAR</u>	<u>FAMÍLIA</u>	<u>ESPÉCIE</u>
Canjerana	Meliaceae	Cabralea canjerana Sald.
Carne-de-vaca	Proteaceae	Roupala sp.
Carne-de-galinha	/ Myctaginaceae	Torruba sp
Casca-doce	Sapotaceae	Pradosia lactescens (Vell.) Radl.
Canela-amarela	Lauraceae	Nectandra sp
Canela-preta	Lauraceae	Nectandra Mollis Nees.
Canela-tapinhão	Laureaceae	Mezilaurus navalium (Pr. Allen) Jaub.
Camaçari	Guttifera	Caraipa sp
Caingá	Legu. Mimos.	Sclerolobium sp.
Cedro	Meliaceae	Cedrela fissilis Vell.
Cedro-branco	Burseraceae	Protium sp.
Chifre de bode	Bignoniaceae	Tabebuia sp.
Cinco-folhas	Bignoniaceae	Sparattosperma vernicos (Cham)Burr et K.Chum
Coronel	Rutaceae	Hortia arborea
Conduru	Moraceae	Brozimum paraense Huber
Comumbã	Legum. Caesalp.	Macrolobium latifolium Vog.
Comburuçu	Bombacaceae	Bombax sp.
Comburuçu-quiabo	Lecythidaceae	Couratari sp.
Comburuçu	Lecythidaceae	Couratari sp
Carinha-sêca	Sterculiaceae	Basyloxylon brasiliensis(Fr. Allen)K. Kchum
Caria	Protaceae	Roupala sp
Carameleira	Moraceae	Ficus sp
Caraxeta	Simarubaceae	Simaruba versicolor st. Hill
Carapipapo	Rubiaceae	Genipa americana L.
Carapema-de-ovo	Rubiaceae	Guetharda sp.
Carindiba	Elaeocarpaceae	Sloanea sp
Caruanandi	Guttiferae	Calophyllum brasiliensis Camb.
Cararapa	Legum. Caesalp.	Apuleira molaris Spr. et Benth
Carabiabeira	Rutaceae	Esenbeckia leucarpa Engl.
Cariribã-amarelo	Legum. Caesalp.	Goniorrhachis marginata Taub.
Cariribã-preto	Anacardiaceae	Astronium macrocalyx Engl.
Carhaiba	Lecythidaceae	Eschwellera rhodogonoclada Rizz. e Matt.
Carigã	Legum. Mimos.	Ingã sp.
Caraguçu		
Carapê-amarelo	Bignoniaceae	Tabebuia sp.
Carapê-roxo	Bignoniaceae	Tabebuia impetiginosa(Mart) standl

<u>NOME VULGAR</u>	<u>FAMÍLIA</u>	<u>ESPÉCIE</u>
Jacarandã-da-Bahia	Legum. papil	Dalbergia Nigra Fr. Allem
Jacarandã-caviuna	Legum. papil	Machaerium scleroxylon Tul.
Jacarandã-tã	Legum. papil	Machaerium pedicelatum Vog.
Jatobã-rôxo	Legum. caesalp.	Humenaea scleroylon Tul
Jequitibã-branco	Lecythidaceae	Cariniana legalis (Mart) O. Ktz.
Jequitibã-rosa	Lecythidaceae	Cariniana estrellensis (Raddi) O. Ktz
Joerana	Legum. Mimos.	Parkia pendula (Wild). Benth
Jataipeba	Legum. caesalp.	Dialium guianense (Aubl) Sandw
Laranjinha	Legum. Caesalp.	Swartzia sp
Louro-da-mussununga	Lauraceae	Nectandra sp.
Louro-pardo	Borraginaceae	Cordia trichotoma (Vell) Arrab.
Macucu	Euphorbiaceae	Senefeldera sp.
Maçaranduba	Sapotaceae	Manilkara clata (Fr.Allem.) Monac.
Mocitaiba	Legum. caesalp.	Zollernia ilicifolia Vog.
Milho-torrado	Rosaceae	Licania sp.
Oiticica	Moraceae	Clarisia racimosa R. et Pav.
Oiti-mirim	Rosaceae	Couepia sp.
Oleo-pardo	Legum. papil	Myrocarpus frondosus Fr. Allem
Oleo-copaiba	Lagum. caesalp.	Capaifera langsdorffii Desp.
Oleo-vermelho	Legum. papil	Miroxylon balsamum (L.) Marms.
Orelha-de-onça	Legum. caesalp (?)	Zollernia ilicifolia. Vog.
arajú	Sapotaceae	Manilkara longifolia (DC) Dub
au-sangue	Legum. papil	Pterocarpus violaceus. Vog.
au-pereira	Apocynaceae	Geissopermum... leave (Vell) Bail
au-couro	Legum. papil	Swartzia sp.
au-vidro	Olacaceae	Tetrastylidium brasiliensis Engl.
equiã	Apocynaceae	Aspidosperma sp.
peroba-amarela	Bignoniaceae	Paratecoma peroba (Record) Kulm
peroba-candeia	Apocynaceae	Aspidosperma sp.
peroba-rosa	Apocynaceae	Aspidosperma polineuron Muell. Arg.
requi	Caryocaraceae	Caryocar barbinerve Mic.
titomba-vermelha	Lagum. caesalp.	Cassia sp.
equi-vinagreira	Caryocaraceae	Caryocar barbinerve Mic.
elada	Combretaceae	Terminalia sp.
inha-da-mata	Magnoliaceae	Talauma ovata St. Hil

<u>NOME VULGAR</u>	<u>FAMÍLIA</u>	<u>ESPÉCIE</u>
Quina-rosa	Rubiaceae	Ladenbergia hexandra (Pohl) Kl.
Rouxinho	Legum.caesalp	Peltogyne confertiflora(Hagne) Benth
Saco-de-mono	Sapotaceae	Pouteria sp
Sapucaia	Lecythidaceae	Lecythis pisonis L.
Siriba	Nyctaginaceae	Andradea floribunda Fr.Allem
Sucupira-amarela	Legum.papil	Ferreira spectabilis Fr. Allem
Sucupira-parda	Legum.papil	Bowdichia sp.
Sucanga	Rutaceae	Raputia sp.
Tambor	Violaceae	Ronores bahiensis Moric.
Tento	Legum.papil	Ormosia sp.
Timbuiba	Legum.Mimos.	Enterolobium sp.
Urucum-mata	Bixaceae	Bixia arborea Hub.
Vassourinha	Melastomaceae	Miconia sp.
Vinhático	Legum. Mimos.	Plathymenia foliosa, Benth.

RELAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE MAMÍFEROS NA REGIÃO DO PARQUE
NACIONAL DE MONTE PASCOAL

Maria Tereza Jorge Padua
Alceo Magnanini

MARSUPIALIA

<u>Metachirus nudicaudatus myosuros</u>	Jupati
<u>Didelphis a. azarae</u>	Sariguêia
<u>D. marsupialis aurita</u>	Sariguêia

CHIROPTERA

<u>Diclidurus alba</u>	Morcego-branco
<u>Vampirus s. spectrum</u>	Andira-guaçu
<u>Desmodus r. rotundus</u>	Vampiro

PRIMATES

<u>Cebus apella robustus</u>	Macaco-prego
? <u>Ateles belzebuth marginatus</u>	Macaco-aranha
<u>Brachyteles arachnoides</u>	Mono Ameaçada
? <u>Callithrix geoffroyi</u>	Sagui

CARNIVORA

<u>Cerdocyon thous azarae</u>	Cachorro-do-mato
<u>Nasua n. nasua</u>	Coati
<u>Potos flavus nocturnus</u>	Japurá
<u>Eira b. barbara</u>	Irara
<u>Conepatus semistriatus amazonicus</u>	Maritacaca
<u>Lutra e enudris</u>	Lontra-do-norte
<u>Pteronura b. brasiliensis</u>	Ariranha Ameaçada
<u>Felis pardalis mitis</u>	Jaguatirica
<u>F. tigrina guttula</u>	Gato-do-mato-pintado
<u>F. w. wiedii</u>	Maracajá
<u>F. y. yagouaroundi</u>	Jaguarundi
<u>F. concolor greeni</u>	Suçuarana
<u>Leo onca onca</u>	Jaguar

RODENTIA

<u>Sciurus aestuans alphonsei</u>	Paracatota
<u>S.a. garbei</u>	Coati-coco
<u>S.a. ingrami</u>	Caxinguelê
<u>Akodon arviculoides</u>	Rato-do-chão
<u>Nectomys squamipes aquaticus</u>	Rato-d'água
<u>Oryzomys capito intermedius</u>	Rato-do-mato
<u>O.ö. oniscus</u>	Rato-do-mato-cinzento
<u>Phaenomys ferrugineus</u>	Rato-do-mato-ferrugíneo
<u>Isothrix picta</u>	Rato-corô
<u>Chaetomys subspinosus</u>	Ouriço-preto Ameaçada
<u>Coendu p. prehensilis</u>	Ouriço-cacheiro
<u>C.i. insidiosus</u>	Ouriço-cacheiro
<u>Galea spixii wellsi</u>	Preã
<u>Cavia a. aperea</u>	Preã
<u>C. porcellus</u>	Cobaia
<u>Dasyprocta a. aguti</u>	Cotia
<u>Agouti p. paca</u>	Paca
<u>Hydrochaeris.h. hydrochaeris</u>	Capivara
<u>Sylvilagus b. brasiliensis</u>	Tapiti
<u>XENARTHRA- EDENTATA</u>	
<u>Bradypus infuscatus brasiliensis</u>	Preguiça
<u>B. torquatus</u>	Preguiça Ameaçada
<u>Priodontes giganteus</u>	Tatu-canastra Ameaçada
<u>Dasypus novemcinctus</u>	Tatu-galinha
<u>ARTIODACTYLA</u>	
<u>Ozotoceros b. bezoarticus</u>	Veado-campeiro Ameaçado
<u>Tayassu t. tajacu</u>	Caitetú
<u>T.a. albirostris</u>	Queixada
<u>Tapirus t. terrestris</u>	Anta

LISTA DAS AVES OBSERVADAS NO PARQUE NACIONAL DE MONTE PASCOAL-
- 30 de setembro - 5 de outubro de 1977

Helmut Sick e Robert. S. Ridgely

TINAMIDAE	Inambus, Perdizes	
Tinamus solitarius	Macuco	Rara
Crypturellus soui	Tururim	
Crypturellus variegatus	Jaó do litoral (?)	
Crypturellus tataupa	Inambuxintã	
CATHARTIDAE	Urubus	
Sarcoramphus papa	Urubu-rei	Rara
Coragyps atratus	Urubu-de-cabeça-preta	
Cathartes aura	Urubu-de-cabeça-vermelha	
ACCIPITRIDAE	Gaviões	
Leptodon cayanensis	Gavião-de-cabeça-cinza	
Chondrohierax uncinatus	Milhafre-bico-de-gancho	
Ictinia plumbea	Sovi	
Buteo magnirostris	Gavião-carijó	
Leucopternis lacernulata	Gavião-de-pescoço-branco	Rara
FALCONIDAE	Falcões, Caracarás	
Herpetotheres cachinnans	Acauã	
Micrastur semitorquatus	Gavião-relógio	
M. ruficollis	Gavião-caburé	
Milvago chimachima	Carrapateiro	
Polyborus plancus	Caracarã	
Falco ruficularis	Falcão - cinza	
F. sparverius	Quiriquiri	
CRACIDAE	Araquãs, Jacus	
Ortalis guttata	Araquã	
Pipile jacutinga	Jacutinga	Ameaçada
Crax blumenbachii	Mutum comum	Ameaçada

PHASIANIDAE	Urus	
Odontophorus capueira	Uru	Rara
RALLIDAE	Saracuras-Frangosd'água	
Rallus nigricans	Saracura-sanã	
Laterallus melanophaius	Pinto-d'água-comum	
L. viridis	Frango-d'água	
CHARADRIIDAE	Quero-queros. Batuiras	
Vanellus chilensis	Quero-quiero.	
SCOLOPACIDAE	Maçaricos-Narcejas	
Tringa solitaria	Maçarico-solitãrio	
COLUMBIDAE	Pombos-Rolas	
Columba speciosa	Rõla-pedrês	
C. cayennensis	Pomba-galega	
Columbina talpacoti	Rolinha-roxa	
Leptotila verreauxi	Juriti-pupu	
PSITTACIDAE	Periquitos-Papagaios	
Aratinga leucopthalmus	Maracanã-malhada	
A. aurea	Periquito-rei ou jandaia	
A. auricapilla (?)		Rara
Pyrrhura cruentata	Tiriba	Rara
P. leucotis	Periquito-de-rosto-vermelho	Rara
Brotogeris tirica	Periquito verdadeiro	
Touit surda	Papagainho-de-cauda-dourada	Ameaçada
Pionus menstruus	Papagaio-de-cabeça-azul	
Amazona rhodocorytha	Jauã	Ameaçada
A. farinosa	Juruauçu	
CUCULIDAE	Papa-Lagartas, Anus	
Piaya cayana	Alma-de-gato	
Crotophaga ani	Anu-preto	

Guira guira	Anu-branco	
Tapera naevia	Peitica	
STRIGIDAE	Corujas	
Otus atricapillus	Corujinha-sapo	Rara
Glaucidium brasilianum	Caburê	
CAPRIMULGIDAE	Bacuraus	
Lurocalis semitorquatus	Tuju	Rara
Nyctidromus ablicollis	Bacurãu	
Nyctiphrynus ocellatus		Rara
APODIDAE	Andorinhões	
Cypseloides fumigatus	Andorinhão-preto-de-cascata	Rara
Chaetura cinereiventris	Andorinhão-cinzento	
C. andrei	Andorinhão-do-temporal	
TROCHILIDAE	Beija-flores	
Ramphodon dohrnii	Beija-flor-de Dohrn	Ameaçada
Glaucis hirsuta		
Phaethornis ruber	Beija-flor-avermelhado	
Anthracothorax nigricollis	Beija-flor-de-veste-preta	
Discosura longicauda		Rara
Thalurania watertonii		
T. glaucopsis	Beija-flor-de-fronte-violeta	
Hylocharis cyanus		
Amazilia versicolor	Beija-flor-de-Cauda-branca	
TROGONIDAE	Surucuãs	
Trogon viridis	Perua-choca	
T. rufus	Surucuã-de-barriga-amarela	
MOMOTIDAE	Juruvas	
Baryphthengus ruficapillus	Juruva	

GALBULIDAE	Beija-flor-grande	
Galbula ruficauda	Beija-flor-d'água	
BUCONIDAE		
Chelidoptera tenebrosa	Tatera	
RAMPHASTIDAE	Tucanos. Araçaris	
Pteroglossus aracaria	Araçari-minhoca	
Selenidera maculirostris	Araçaripoca	
Rhamphastos vitellinus	Tucano-de-bico-preto	
PICIDAE	Pica-paus	
Piculus flavigula	Pica-pau-de-garganta-amarela	
Celeus falvescens	João-velho	
Dryocopus lineatus	Pica-pau-de-banda-branca	
Melanerpes flavifrons	Benedito-testa-amarela	
Veniliornis maculifrons	Pica-pau-de-ouvidos-amarelos	
Phloeocastes robustus	Pica-pau-cabeça-vermelha	
DENDROCOLAPTIDAE	Arapaçu	
Dendrocincla fuliginosa	Arapaçu-liso	
Sittasomus griseicapillus	Arapaçu-verde	
Glyphorhynchus spirurus		
Xiphorhynchus guttatus	Arapaçu-de-garganta-laranja-amarelada	
Lepidocolaptes fuscus	Arapaçu-rajado	
FURNARIIDAE	Joões-de-barro. Limpa-folhas	
Synallaxis frontalis	Petrim	
S. spixi	João-tenenem	Rara
Automolus leucopthalmus	Barranqueiro-olho-branco	
Xenops rutilans	Bico-virado-carijó	
X. minutus		
Sclerurus mexicanus		
Synallaxis cinerascens	Pi-pui	Rara

FORMICARIIDAE	Papa-formigas	
Thamnophilus palliatus		
T. punctatus		
Thamnomanes caesius		
Myrmotherula axillaris		
M. minor		
M. menetriessi		Rara
Herpsilochmus rufimarginatus		
Dryophila squamata	Papa-formigas	
Pyriglena leucoptera	Papa-taõca	
Formicarius colma		
Conopophaga melanops		Rara
COTINGIDAE	Anambês-Pavõs	
Carpornis melanocephalus		Ameaçada
Xipholena atropurpurea	Anambê	Ameaçada
Lipaugus vociferans	Cricriõ	
Pachyramphus marginatus		
Tityra cayana	Anambê-branco-rabo-preto	
Procnias nudicollis	Araponga ou Guiraponga	
PIPRIDAE	Dançadores	
Pipra rubrocapilla	Uirapurú	
P. pipra		
Manacus manacus	Rendeira	
Machaeropterus regulus		Rara
Schiffornis turdinus		
TYRANNIDAE	Papa-moscas	
Tyrannus melancholicus	Sirirí	
Myiodynastes maculatus	Bem-te-vi-rajado	
Megarhynchus pitangua	Neinei ou Bem-te-vi-do-bico-chato	
Myiozetetes similis		
Pitangus sulphuratus	Bem-te-vi	
Atila spadiceus		
Atila rufus	Capitão-de-saíra	

Myiarchus tuberculifer	Maria-cavaleira	
Myiobius atricaudus		
Tolmomyias sulphurescens	Bico-chato-orelha-preta	
T. poliocephalus		Rara
T. flaviventris		
Rhynchocyclus olivaceus		
Myiornis auricularis	Miudinho ou Cigarra	
Elaenia flavogaster	Maria-é-dia	
Leptopogon amaurocephalus	Cabeçudo	
Pipromorpha oleaginea		
Rhytipterna simplex		
HIRUNDINIDAE	Andorinhas	
Progne chalybea	Andorinha-doméstica-grande	
Notiochelidon cyanoleuca	Andorinha-pequena-de-casa	
Stelgidopteryx ruficollis	Andorinha-serradora	
TROGLODYTIDAE	Corruiras	
Campylorhynchus turdinus		
Thryothorus longirostris	Curruirussú	
T. genibarbis	Vô-vô	
Troglodytes aedon	Corruira	
MIMIDAE	Sabiás-do-campo	
Donacobius atricapillus	Japacanim	
TURDIDAE	Sabiás	
Turdus amaurochalinus	Sabiá-poca	
T. fumigatus	Carachuê-de-capoeira	
T. nigriceps	Sabiá-ferreiro	
SYLVIIDAE		
Ramphocaenus melanurus		
VIREONIDAE	Juruviaras	
Vireo olivaceus	Juruviara	

COEREBIDAE

Coereba flaveola
 Cyanerpes cyaneus
 Chlorophanes spiza
 Dacnis cayana

Cambacicas-Saís

Cambacica
 Saí

Saí-azul

PARULIDAE

Parula pitiayumi
 Geothlypis aequinoctialis

Mariquitas

Mariquita
 Pia-cobra

ICTERIDAE

Molothrus bonariensis
 Scaphidura oryzivora
 Psarocolius decumanus
 Cacicus haemorrhous
 Gnorimopsar chopi
 Icterus icterus
 Leistes superciliaris

Chopins

Vira-bosta
 Triste-pia

Guaxe

Chopim

Polícia-inglesa

THRAUPIDAE

Euphonia chlorotica
 E. violacea
 E. pectoralis
 Tangara velia
 T. seledon
 T. mexicana
 Piranga flava
 Thraupis sayaca
 T. ornata
 T. palmarum
 Ramphocelus bresilius
 Habia rubica
 Tachyphonus cristatus
 Hemithraupis flavicollis

Gaturamos. Sanhaços

Fim-fim

Gaturamo-verdadeiro

Gaturamo-serrador ou Ferro-velho

Saira-de-sete-cores

Cambada-de-chaves

Sanhaçu-de-fogo

Sanhaçu-cizento

Sanhaçu

Sanhaçu-de-coqueiro

Sangue-de-boi

Tiê-do-mato-grosso

Tiê-galo

FRINGILLIDAE

Saltador maximus

Caryothraustes canadensis

Volatinia jacarina

Sporophila nigricollis

S. ardesiaca

S. caerulescens

Oryzoborus angolensis

Cardeais.Tico-ticos

Canário-do-mato

Tisiu

Papa-arroz

Papa-capim

Curió

Rara

BOLETIM DO MUSEU DE BIOLOGIA

PROF. MELLO LEITÃO
SANTA TERESA — E. E. SANTO — BRASIL

SÉRIE ZOOLOGIA — Nº 94 — 14/IX/78

A FAUNA VERTEBRADA DO PARQUE NACIONAL DE MONTE PASCOAL

Augusto Ruschi
Museu Nacional

Em cumprimento ao Convênio estabelecido entre o IBDF e o Museu de Biologia Prof. Mello Leitão, nos anos de 1972-1978, tivemos oportunidade de realizar várias visitas à região do Parque Nacional de Monte Pascoal, na Bahia, tanto para o estudo da fauna como da flora e compará-las com as espécies que ocorrem no E. Santo. Há bastante semelhança entre a fauna e a flora do norte do E. Santo, região limítrofe com a Bahia. Como ainda não foi feito um estudo mais aprofundado da fauna desse Parque Nacional, achamos por bem publicar algo que possa servir de subsídio para estudos futuros. Limitamo-nos a relacionar as espécies que foram observadas durante as várias visitas ali empreendidas e nos valemos muito das espécies que em muitas ocasiões pudemos ter à mão e que foram abatidas por pessoas que residem em áreas limítrofes ao parque e também pelos índios que estão alojados na região. Naturalmente que ainda muitas espécies poderão ser adicionadas a esta primeira lista, para isso entretanto se torna indispensável uma estadia em períodos diversificados do ano, abrangendo as várias estações do ano.

MAMÍFEROS:

- Gambá: *Didelphis marsupialis marsupialis* Linnaeus
- Cuíca: *Metachirops opossum quica* Temminck
- Gambasinho: *Philander laniger laniger* (Desmarest)
- Catita: *Marmosa cinerea cinerea* (Temminck)
- Morcego de focinho: *Rhynchiscus naso* (Wied-Neuwied)
- Morcego de cauda livre: *Eumops auripendulus* (Shaw)
- Morcego das casas: *Molossus ater ater* E. Geoffroy S. Hil.
- Morcego pescador: *Noctilio leporinus leporinus* (Linnaeus)
- Morcegão de folha nasal em lança: *Phyllostomus hastatus hastatus* (Pallas)
- Morcego de lábios enrugados: *Trachops cirrhosus* (Spix)
- Morcego de orelhas grandes redondas: *Tonatia bidens* (Spix)
- Morceguinho de orelhas grandes: *Micronycteris megalotis megalotis* Gray
- Morcego com verruga central no lábio: *Machophyllum macrophyllum* (Wied-Neuwied)
- Morcego chupa-flor: *Glossophaga soricina soricina* (Pallas)
- Morceguinho sem cauda: *Lochoglossa ecaudata* (Wied-Neuwied)

- Morcegão de fruta: *Artibeus jamaicensis planirostris* (Spix)
Morcego estrido de branco: *Vampyrops lineatus sacrillus* Thomas
Morcego vampiro do gado: *Desmodus rotundus rotundus* E. Geoff. S. Hil.
Morcego vermelho e amarelado: *Lasiurus borealis blossevillii* (Lesson e Garnot).
Morcego marron e amarelo: *Eptesicus brasiliensis brasiliensis* (Desmarest)
Morceguinho preto: *Myotis nigricans nigricans* (Wied-Neuwied)
Morceguinho pardo claro: *Natalus stramineus espiritosantensis* (Ruschl)
Macaco saúá: *Callicebus personatus* (E. Geoff. S. Hil.)
Guariba: *Alouata fusca fusca* (E. Geoffroy)
Macaco preto: *Cebus variegatus* E. Geoffroy
Sagui: *Callithrix penicillata penicillata* (E. Geoffroy)
Tamanduá bandeira: *Myrmecophaga tridactyla tridactyla* Linnaeus
Tamanduá colete: *Tamandua tetradactyla tetradactyla* (Linnaeus)
Preguiça de coleira: *Bradypus torquatus* (Illiger)
Tatú canastra: *Priodontes giganteus* (E. Geoffroy)
Tatú galinha: *Dasypus novemcinctus novemcinctus* Linnaeus
Tapetí: *Sylvilagus brasiliensis brasiliensis* (Linnaeus)
Caxinguelê: *Guerlingueteus ingrami ingrami* (Thomas)
Rato da mata: *Oryzomys oniscus* Thomas
Rato canela: *Occomys cinnamomeus* (Pictet e Pictet)
Ratazana: *Rattus norvegicus norvegicus* (Bekenhout)
Rato de casa: *Rattus rattus rattus* (Linnaeus)
Camundongo: *Mus musculus brevisrostris* (Waterhouse)
Ouriço cachiero: *Coendou prehensilis prehensilis* (Linnaeus)
Ouriço preto: *Chaetomys tortilis* (Olfers)
Preá: *Galea wellsi* (Osgood)
Cotia: *Dasyprocta aguti aguti* (Linnaeus)
Paca: *Cuniculus paca paca* (Linnaeus)
Rato de espinho: *Echimys blainvilliei* (Cuvier)
Mão pelada: *Procyon cancrivorus nigripes* Mivart
Coati mundéu: *Nasua nasua nasua* (Linnaeus)
Jupará: *Potus flavus nocturnus* (Wied)
Irara, Papa mel: *Tayra barbara barbara* (Linnaeus)
Furão: *Grisson vittatus brasiliensis* (Thunberg)
Onça pintada: *Panthera onca onca* (Linnaeus)
Suçuarana, onça parda: *Felis concolor borbensis* Nelson e Goldman
Jaguaririca: *Felis pardalis brasiliensis* (Oken)
Maracajá: *Felis wiedii wiedii* Schinz
Gato mourisco: *Felis yaguarondi yaguarondi* Lacepède
Anta: *Tapirus terrestris terrestris* (Linnaeus)
Queixada: *Tayassu pecari pecari* (Link)
Caeteté: *Tayassu tajacu tajacu* (Linnaeus)
Veado mateiro: *Mazama americana americana* (Erxleben)
Veado catingueiro: *Mazama simplicornis simplicornis* (Illiger)

AVES:

- Macuco: *Tinamus solitarius solitarius* (Vieillot)
Tururim: *Crypturellus soui albigularis* (Brabourne e Chubb)
Chororão: *Crypturellus variegatus variegatus* (Gmelin)
Zabelê: *Crypturellus noctivagus noctivagus* (Wied)
Socozinho: *Butorides striatus striatus* (Linné)
Socó-Boi: *Tigrisoma lineatum marmoratum* (Vieillot)
Urubú-rei: *Sarcoramphus papa* (Linné)
Urubú comum: *Coragyps atratus brasiliensis* (Bonaparte)
Urubú cabeça vermelha: *Cathartes aura ruficollis* Spix
Gavião peneira: *Elanus leucurus leucurus* (Vieillot)
Gavião Tezoura: *Elanoides forficatus yetapa* (Vieillot)
Gavião bico bidentado: *Harpagus bidentatus bidentatus* (Latham)
Gavião saúveiro: *Ictinia plumbea* (Gmelin)
Tauató pintado: *Accipiter poliogaster* (Temminck)
Gavião pomba: *Leucopternis lacernulata* (Temminck)
Cauá: *Buteogallus urubitinga urubitinga* (Gmelin)
Gavião real: *Harpia harpyja* (Linné)
Tém-tém: *Micrastur semitorquatus semitorquatus* (Vieillot)
Pinhé: *Milvago chimachima chimachima* (Vieillot)
Cará-cará: *Polyborus plancus plancus* (Miller)
Gavião de coleira: *Falco femoralis femoralis* Temminck
Gavião quirí-quirí: *Falco sparverius cearae* (Cory)
Jacupemba: *Penelope superciliaris jacupemba* Spix
Aracuaá: *Ortalis guttata aracuan* (Spix)
Uru, Capueira: *Odontophorus capueira capueira* (Spix)
Saracura tres potes: *Aramides cajanea cajanea* Muller
Frango água azul: *Porphyryla martinica* (Linné)
Piaçoca: *Jacana spinosa jacana* (Linné)
Pomba verdadeira: *Columba speciosa* Gmelin
Pucaçú: *Columba cayennensis sylvestris* Vieillot
Pomba amargosa: *Columba plumbea plumbea* Vieillot
Rolinha: *Columbina talpacoti talpacoti* (Temminck)
Fogo apagou: *Scardafella squammata squammata* (Lesson)
Rola azul: *Claravis pretiosa* (Ferrari-Perez)
Juriti: *Leptotila verreauxi approximans* Cory
Juriti vermelha: *Geotrygon montana montana* (Linné)
Arara vermelha: *Ara chloroptera* Gray
Ararinha: *Ara severa severa* (Linné)
Maracanã: *Ara maracana* (Vieillot)
Tiriba: *Pyrrhura cruentata* (Wied)
Tiribinha: *Pyrrhura leucotis leucotis* (Kuhl)
Piriquito verde: *Brotogeris viridissimus* (Kuhl)
Periquitinho: *Forpus crassirostris vividus* (Ridgway)
Maitaca: *Pionus menstruus menstruus* (Linné)
Maitaquinha: *Pionus maximiliani maximiliani* (Kuhl)
Papagaio chaurá: *Amazona dufresniana rhodocorytha* (Salvadori)
Papagaio jurú: *Amazona farinosa farinosa* (Boddaert)

- Alma de gato: *Piaya cayana macroura* Gambel
 Saci: *Tapera naevia chochi* (Vieillot)
 Anú-coróia: *Grotophaga major* Gmelin
 Anú preto: *Crotophaga ani* Linné
 Anú branco: *Guira gruiira* (Gmelin)
 Caburé-coruja: *Otus choliba choliba* (Vieillot)
 Coruja batuqueira: *Pulsatrix perspicillata pulsatrix* (Wied)
 Caburé de sol: *Glaucidium brasilianum brasilianum* (Gmelin)
 Urutáu: *Nyctibius grandis grandis* (Gmelin)
 Urutáu pequeno: *Nyctibius griseus griseus* (Gmelin)
 Curiango: *Nyctidromus albicollis derbyanus* Gould
 Bacurauzinho da mata: *Nyctiphrynus ocellatus ocellatus* (Tchudi)
 Andorinha do temporal: *Chaetura cinereiventris cinereiventris* Sclater.
 Balança rabo canela: *Ramphodon dohrnii* (Bourcier e Mulsant)
 Balança rabo de bico curvo: *Glaucis hirsuta hirsuta* (Gmelin)
 Limpa casa: *Phaethornis pretrei pretrei* (Lesson e De Lattre)
 Bezourinho: *Phaethornis ruber ruber* (Linné)
 Bezourinho escuro: *Phaethornis idaliae* (Bourcier e Mulsant)
 Rabo branco da Fazenda Klabin: *Phaethornis margarettae* Ruschi
 Beija-flor tezoura: *Eupetomena macroura simoni* Hellmayr
 Beija-flor orelhudo: *Colibri serrirostris* (Vieillot)
 Beija-flor de frente preta: *Anthracothorax nigricollis nigricollis* (Vieillot)
 Beija-flor vermelho: *Crhysolampis mosquitus* (Linné)
 Topetinho vermelho: *Lophornis magnifica* (Vieillot)
 Bandeirinha: *Discosura longicauda* (Gmelin)
 Beija-flor verde de garganta azul: *Chlorestes notatus cyanogenys* (Wied)
 Beija-flor verde dourado: *Chlorostilbon aureoventris pucherani* (Bourcier e Mulsant).
 Beija-flor tezoura de cabeça violeta: *Thalurania glaucopis* (Gmelin).
 Beija-flor garganta marron e azul: *Hylocharis sapphirina latirostris* (Wied)
 Beija-flor roxo de bico vermelho: *Hylocharis cyanus cyanus* (Vieillot)
 Beija-flor verde de cauda negra: *Amazilia fimbriata nigricauda* (Elliot)
 Beija-flor verde e branco: *Heliothryx aurita auriculata* (Nordmann)
 Bico grande verde: *Heliomaster squamosus* (Temminck)
 Bezourinho ametista: *Calliphlox amethystina amethystina* (Boddaert)
 Surucuá barriga amarela: *Trogon viridis melanopterus* Swainson
 Surucuá garganta negra: *Trogon rufus chrysochloros* Pelzen
 Surucuá de colar: *Trogon collaris eytoni* Frazer
 Martim pescador grande: *Ceryle torquata torquata* (Linné)
 Martim-pescador da mata: *Chloroceryle aenea aenea* (Pallas)
 Martim-pescador verde: *Chloroceryle amazona amazona* (Latham)
 Juruva: *Baryphthengus ruficapillus ruficapillus* (Vieillot)
 → Galbula: *Galbula ruficauda rufoviridis* Cabanis
 João barbudo: *Malacoptila striata striata* (Spix)
 João bobo: *Nonnulla rubecula rubecula* (Spix)
 → Miolinho: *Chelidoptera tenebrosa brasiliensis* Sclater
 Tucano de bico negro: *Ramphastos vitellinus ariel* Vigors.
 Araçari: *Pteroglossus aracari aracari* (Linné)
 Araçari-póca: *Selenidera maculirostris maculirostris* (Lichtenstein)
 Picapáu-garganta amarela: *Piculus flavigula erythropis* (Vieillot)

- Picapáu amarelo: *Celeus flavescens flavescens* (Gmelin)
Picapáu topete amarelo: *Celeus flavus subflavus* Sclater e Salvin
Picapáu estriado vermelho: *Dryocopus lineatus erythroptus* (Valenciennes)
Picapáu de frente amarela: *Melanerpes flavifrons flavifrons* (Vieillot)
Picapáu-vermelho: *Veniliornis affinis affinis* (Swainson)
Picapáu gigante de cabeça vermelha: *Phloeocastus robustus* (Lichtenstein)
Picapausinho: *Picumnus exilis exilis* Lichtenstein
Subideira arapaçú: *Dendrocincla fuliginosa turdina* (Lichtenstein)
Arapaçú oliva: *Sittasomus griseicapillus olivaceus* Wied
Arapaçú garganta branca: *Xiphocolaptes albicollis albicollis* (Vieillot)
Arapaçú grande: *Dendrocolaptes platyrostris platyrostris* Spix
Arapaçú vermelho: *Xiphorhynchus guttatus guttatus* (Lichtenstein)
Arapaçú bico-fino: *Lepidocolaptes fuscus tenuirostris* (Lichtenstein)
Arapaçú beija-flor: *Campylorhamphus trochilirostris trochilirostris* Lichtenstein
João de barro: *Furnarius rufus badius* (Lichtenstein)
Rabo estriado: *Thriphaga macroura* (Wied)
João corta-páu: *Phacellodomus erythrophthalmus erythrophthalmus* (Wied)
Limpador de folha: *Philydor atricapillus* (Wied)
Limpador de folha ferrugem: *Cichocolaptes leucophrys leucophrys* (Jardine e Selby)
Caçador de árvore pequeno: *Xenops minutus minutus* (Sparrman)
Caçador de árvore estriado: *Xenops rutilans rutilans* Temminck
Vira-folhas: *Sclerurus scansor scansor* (Ménétriés)
Vira-folha rabo preto: *Sclerurus caudatus umbretta* (Lichtenstein)
Chocão: *Hypodaleus guttatus leucogaster* Pinto
Chóca: *Thamnophilus punctatus ambiguus* Swainson
Chóca: *Dysithamnus mentalis mentalis* (Temminck)
Chóca-cinza: *Thamnomanes plumbeus plumbeus* (Wied)
Formigueiro cauda rajada: *Myrmotherula usticincta* Sclater
Papa formiga escamada: *Drymophila squamata* (Lichtenstein)
Papa formiga: *Pyriglena leucoptera* (Vieillot)
Formigueiro cauda vermelha: *Myrmeciza ruficauda ruficauda* (Wied)
Pinto do mato: *Formicarius colma ruficeps* (Spix)
Tovaca: *Chamaeza campanisona campanisona* (Lichtenstein)
Galinha do mato: *Grallaria varia intercedens* Berlepsch e Leverkuhn
Chupa dente: *Conopophaga lineata lineata* (Wied)
Cuspidor: *Corythopsis delalandi* (Lesson)
Tapacu peito branco: *Scytalopus indigoticus* (Wied)
Crocoió: *Ampelion melanocephalus* (Wied)
Crijua preto-vinho: *Xipholena atropurpurea* (Wied)
Araponguinha: *Attila spadiceus uropygiatus* (Wied)
Planadeira esverdeada: *Lainocera hypopyrrha hypopyrrha* (Vieillot)
Planadeira cinza: *Rhytipterna simplex simplex* (Lichtenstein)
Trapeiro: *Lipaugus vociferans vociferans* (Wied)
Araponguinha canjica: *Tityra cayana braziliensis* (Swainson)
Pavó: *Pyroderus scutatus scutatus* (Shaw)
Araponga: *Procnias nudicollis* (Vieillot)
Uirapurú: *Pipra erythrocephala rubrocapilla* Temminck
Tangará cabeça branca: *Pipra pipra cephalocephala* Thunberg
Uirapurú amarelo cabeça vermelha: *Machaeropterus regulus regulus* (Hahn)

Rendeira: *Manacus manacus gutturosus* (Desmarest)
 Dançador sabiá: *Schiffornis turdinus turdinus* (Wied)
 Fruchú: *Neopelma aurifrons aurifrons* (Wied)
 Lavadeira: *Fluvicola nengeta nengeta* (Linné)
 Siriri: *Tyrannus melancholicus melancholicus* Vieillot
 Bentevi preto: *Myodynastes solitarius* (Vieillot)
 Bentevi bicó chato: *Megarynchus pitangua pitangua* (Linné)
 Bentevi de corôa: *Pitangus sulphuratus maximiliani* (Cabanis e Heine)
 Maria cavaleira: *Myiarchus tyrannulus bahiae* Berlepsch e Leverkuhn
 Maria cavaleira: *Myiarchus ferox ferox* (Gmelin)
 Papa moscas barbudo: *Myiobus barbatus mastoacalis* (Wied)
 Bico-chato corôa cinza: *Tolmomyas poliocephalus sclateri* (Hellmayr)
 Bico-chato azeitona: *Rhynchoicyclus olivaceus olivaceus* (Temminck)
 Cigarra bico-chato: *Myiornis auricularis cinereicollis* (Wied)
 Doradinho de crista: *Pseudocolopteryx sclateri* (Oustalet)
 Cucurutado: *Elaenia flavogaster flavogaster* (Thunberg)
 Curavaca da baixada: *Camptostoma obsoletum obsoletum* (Temminck)
 Andorinha grande: *Progne chalybea domestica* (Vieillot)
 Andorinha pescoço vermelho: *Stelgidopteryx ruficollis ruficollis* (Vieillot)
 Andorinha de bando: *Hirundo rustica erythrogaster* Boddaert
 Garrinchão: *Heleodytes turdinus turdinus* (Wied)
 Garrinchão de bigodes: *Thryothorus genibarbis genibarbis* Swainson
 Corruira: *Troglodytes aedon musculus* (Naumann)
 Sabiá verdadeira: *Turdus fumigatus fumigatus* Lichtenstein
 Sabiá laranja: *Turdus rufiventris juensis* (Cory)
 Gente de fóra vem: *Cyclarhis gujanensis cearensis* Baird
 Sai azul: *Daenis cayana paraguayensis* Chubb
 Mariquita: *Compsothlyps pitiayumi pitiayumi* (Vieillot)
 Gaturamo: *Tanagra xanthogaster xanthogaster* (Sundevall)
 Guriatá: *Tanagra violacea auranticollis* (Bertoni)
 Saira pérola: *Tangara velia cyanomelaena* (Wied)
 Saira de bando: *Tangara mexicana brasiliensis* (Linné)
 Sanhaço de mamoeiro: *Thraupis sayaca sayaca* (Linné)
 Sanhaço da palmeira: *Thraupis palmarum palmarum* (Wied)
 Sanhaço bico grosso: *Thraupis cyanopectera* (Vieillot)
 Sangue-de-boi: *Ramphocelus bresilius dorsalis* Sclater
 Japuíra: *Cacicus haemorrhous affinis* Swainson
 Tempera viola: *Saltator maximus maximus* (P. L. S. Muller)
 Canário do mato: *Caryothraustes canadensis brasiliensis* Cabanis
 Coleirinha: *Sporophila caerulescens* (Vieillot)
 Tisiu: *Volatinia jacarina jacarina* (Linné)

RÉPTEIS:

A fauna de répteis do Parque Nacional de Monte Pascoal é bastante rica, mas nos limitamos a citar as espécies mais reconhecíveis e que sempre estão sendo mortas durante o tráfego de veículos pelas rodovias que atravessam o Parque, assim assinalamos:

Jibóia: *Constrictor constrictor* (Linné)
Muçurana: *Cloelia cloelia* (Daud.)
Jararaca: *Bothrops jararaca* Wied
Caçaca: *Bothrops atrox* Linné
Surucucu: *Lachesis muta* Linné
Jararacuçu: *Bothrops jararacussu* Lacerda

ANFÍBIOS:

Ha no Parque Nacional de Monte Pascoal, uma rica fauna de anfíbios e se destacam em número muitas espécies dos Gêneros: *Hyla*, *Bufo*, e *Leptodaectylus* e também espécies dos Gêneros: *Physalaemus*, *Elosia*, *Sphaenorhynchus*, *Phyllomedusa* e outros.

SUMMARY

In the present paper the author describes the List of the vertebrate of the Monte Pascoal National Park.

BIBLIOGRAFIA

- RUSCHI, A. — 1965 — Lista dos mamíferos do E. E. Santo. Bol. Mus. Biol. M. Leitão Sér. Zool. n.º 24A.
- RUSCHI, A. — 1967 — Lista atual das Aves do E. E. Santo. Bol. Mus. Biol. M. Leitão. Sér. Zool. n.º 28A.
- RUSCHI, A. — 1966 — Lista dos répteis do E. E. Santo. Bol. Mus. Biol. M. Leitão. Sér. Zool. n.º 26A.
- RUSCHI, A. — 1967 — Lista dos Anfíbios do E. E. Santo. Bol. Mus. Biol. M. Leitão. Sér. Zool. n.º 27A.
- RUSCHI, A. — 1978 — Morcegos das Reservas Biológicas do E. E. Santo e algumas observações novas — Considerações sobre algumas descobertas publicadas em 1952-53. Bol. Mus. Biol. M. Leitão. Sér. Zool. n.º 91.
- PINTO, O.M. de O. — 1978 — Novo Catálogo das Aves do Brasil. 1.ª Parte. Aves não Passeriformes não Oscines, com exclusão da Família Tyrannidae. S. Paulo.
- PINTO, O.M. de O. — 1944 — Catálogo das Aves do Brasil. 2.ª Parte. Superfamília TYRANNOIDEA. Dep. Zool. da Sec. Agric. do Est. São Paulo.